

Revista

Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

ISSN: 2177-7780 · ONLINE

ISSN: 1806-5457 · IMPRESSA

DOI: 10.25194/Rf.V16i3

VOLUME 16

NÚMERO 3

DEZEMBRO 2023



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA
DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão **2023**

ESPECIAL

Revista Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

ISSN: 2177-7780 · ONLINE

ISSN: 1806-5457 · IMPRESSA

Volume 16

Número 3

Dezembro 2023

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Ivo Pedro Gonzalez Júnior
Faculdade Adventista da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Fábio Vinícius de Macedo Bérghamo
Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Dr. Ricardo Costa Caggy
Universidad Adventista del Plata

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides
Universidade do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia

AVALIADORES

Profa. Msc. Ronicleia Ferreira Feitoza do Bomfim
Universidade Salvador

Prof. Dr. Fábio Vinícius de Macedo Bérghamo
Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Dr. Rodrigo Cesar Reis
Universidade Federal de Alagoas

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Prof. Me Fábio Madureira Garcia
Faculdade Adventista da Bahia

DIAGRAMAÇÃO

Elomar Xavier

Website

<https://adventista.emnuvens.com.br/formadores>

Revista Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

SUMÁRIO

Volume 16

Número 3

Dezembro 2023

EDITORIAL

CADERNO GERAL

Ivo Pedro Gonzalez Junior

4

ARTIGOS

IMPACTO DO ENSINO REMOTO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR FINO NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO

Rebeca Pizza Pancotte Darius, Leticia Tavares Schirmer, Vitória Schmidt Franco

7

GESTÃO A SERVIÇO DO BEM-ESTAR SOCIAL: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

Glauber Cassiano, Esdras Silva Sales Barbosa, Ana Vitória Garcia Oliveira dos Santos, Gabriela Silva Santos, Tatielen Alexandre do Nascimento, Cynthia Nunes Urban, Maria Luisa Souza Braga, Gabriella Severino de Carvalho, Anyelly de Jesus Dourado Silva, Grasielle da Silveira Apolinário

21

O PAPEL DA POPULAÇÃO IDOSA NA MANUTENÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Samara Barbosa Ferreira, Ana Flávia Soares Conceição

39

DEPRESSÃO EM IDOSOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE ABANDONO FAMILIAR DE IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

Ismael Ribeiro dos Santos, Jonnas Silva Vasconcelos, Ana Flávia Soares Conceição

48

FORMAÇÃO DOCENTE E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Jéferson Felipe Gagliato

62

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATRAVÉS DO PRECEDENTE JUDICIAL DA ADPF 132 E ADI 4277

Esdras Silva Sales Barbosa, Artur Oliveira de Almeida, Maíla Nascimento Santos, Rianne Beatriz Barbosa Machado, Israel Cunha Ferreira

72

YOUTUBE KIDS: A QUESTÃO DA LINGUAGEM

Silvia Cristina de Oliveira Quadros, Katia Alves de Souza Martins, Elisabeth Gomes de Amorim, Elivânia Penedo da Silva

88

Revista Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

SUMÁRIO

Volume 16

Número 3

Dezembro 2023

RACISMO E AUTOESTIMA DA MULHER NEGRA UNIVERSITÁRIA

Ana Flávia Soares Conceição, Joyce Elisa dos Santos Gonçalves, Nara Yngred Brandão Santos

101

A RELEVÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE FÉ E CIÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS SEMINÁRIOS CRIACIONISTAS REALIZADOS NA FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA

Joaz Silva de Melo, Marcelo da Silva Torres

123

A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA EM UMA PERSPECTIVA AFETIVA-SEXUAL

Brena dos Santos de Jesus, Ana Flávia Soares Conceição

131

AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TDAH

Gabriela Américo de Sousa Costa, Eládia Vieira Duarte da Silva, Lucélia dos Reis Santos Soares

140

50 ANOS DE HISTÓRIA DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO: GESTORES E PROFESSORES CUMPRINDO A MISSÃO

Giza Guimarães Pereira Sales

156

Revista Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

EDITORIAL

Esta é uma edição da Revista Formadores, Caderno Geral, foram selecionados 11 artigos do V Congresso Sul-Americano de Pesquisa em Educação Adventista (CONSUDI), que aconteceu em maio de 2023 na Faculdade Adventista da Bahia. Estes trabalhos foram apresentados no congresso e validados para publicação "fast track". Esses estudos destacam o impacto do ensino remoto, bem como a formação docente. Aborda aspectos da gestão, com aspectos da saúde, educação, além da segurança pública. Discute a depressão em idosos, e o papel da população idosa. Contempla temas de solidão, racismo, auto estima e o diálogo entre ciência e fé.

O primeiro artigo intitulado Impacto do ensino remoto no desenvolvimento motor fino na fase de alfabetização trata acerca da percepção de professoras quanto ao desenvolvimento motor fino nas crianças em fase de alfabetização em período pandêmico para compreender as consequências que o ensino remoto pode ter ocasionado nesta fase de desenvolvimento dos alunos. E fecha a edição com as tecnologias educacionais no desenvolvimento escolar de Crianças com TDAH onde levantou-se a necessidade de realizar esta pesquisa, de revisão bibliográfica, para avaliar a eficácia das tecnologias educacionais como auxílio no desenvolvimento do aluno TDAH.

O artigo 2 apresenta a gestão a serviço do bem-estar social: educação, saúde e segurança pública gratuita e de qualidade. O objetivo dessa pesquisa consistiu em explorar a bibliografia que trata da gestão das políticas públicas de educação, saúde e segurança, visando explicitar os pressupostos e proposições fundamentados(as) na perspectiva do bem-estar social.

Os artigos 3 e 4 possuem o foco em idosos. Os títulos são: o papel da população idosa na manutenção cultural das comunidades quilombolas. Já o artigo seguinte conta com o título: depressão em idosos: uma discussão sobre abandono familiar de idosos em instituições de longa permanência. Um questiona quais as principais consequências na saúde emocional dos idosos devido ao abandono familiar e o artigo anterior tem como objetivo entender como ocorre a transmissão cultural dos idosos quilombolas às gerações mais novas, reconhecendo a importância destes processos na manutenção cultural dos quilombos, bem como, com base no conceito psicanalítico de transmissão psíquica geracional, conhecer seus efeitos e compreender como os aspectos inconscientes se manifestam através das gerações.

O artigo intitulado formação docente e a construção identitária no âmbito universitário chega à conclusão de que a construção da identidade docente não se faz de forma linear, mas no constante desenvolvimento de aprender, explorar, descobrir para construção da identidade profissional. Nessa direção, compreende-se que a identidade docente está relacionada aos

Revista Formadores

Vivências e Estudos

V COSUDI - PORTUGUÊS

EDITORIAL

fatores coletivos, ao ambiente de socialização, às questões pessoais relacionadas à trajetória de vida e profissional.

O seguinte artigo: a efetivação dos direitos fundamentais através do precedente judicial da ADPF 132 e ADI 4277 cuida de adentrar na discussão sobre o sistema de precedentes brasileiros, como também a discussão acerca dos benefícios e perigos da importação do Common Law.

Um interessante trabalho de pesquisa publicado aqui visou caracterizar a linguagem em dois vídeos do Youtube kids. Buscou-se fazer um paralelo entre as figuras e os temas apresentados nos vídeos selecionados para análise, e, assim, verificar adequação ao público a que se destina e a ideologia presente. Após a análise da relação figuras-temas, de acordo com a teoria semiótica, pode-se traçar um quadro de valores que formam a ideologia dos vídeos estudados. Este artigo teve o título *youtube kids: a questão da linguagem*.

Racismo e autoestima da mulher negra universitária é o título do próximo trabalho. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratório descritivo. Para seu desenvolvimento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o método Photovoice, que foram gravadas, arquivadas e transmitidas.

A relevância do diálogo entre fé e ciência: um relato de experiência dos seminários criacionistas realizados na Faculdade Adventista da Bahia foi o artigo seguinte apresentado no COSUDI e publicado na revista Formadores. Este relato de experiência buscou refletir sobre a necessidade do diálogo razoável entre religião e ciência no contexto acadêmico

O artigo número 10 fala sobre solidão. A pesquisa trata-se de uma revisão narrativa, de natureza qualitativa contendo publicações que compreendem o período de 2012- 2022, analisando aspectos como a existência do sentimento de solidão da mulher negra relacionada principalmente à falta de um relacionamento amoroso, além de discutir como se deu a solidão dessa mulher no Brasil e, conseqüentemente, os impactos ao bem-estar de tais mulheres. O título é: a solidão da mulher negra em uma perspectiva afetiva-sexual.

Boa leitura ...

Ivo Pedro Gonzalez Junior



Rebeca Pizza Pancotte Darius

rebeca.darius@unasp.edu.br

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Araraquara. Docente da graduação e do Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário Adventista de São Paulo.

Leticia Tavares Schirmer

leticia.schirmer@outlook.com

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo.

Vitória Schmidt Franco

francovitória@hotmail.com

Graduada em Pedagogia no Centro Universitário Adventista de São Paulo.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

IMPACTO DO ENSINO REMOTO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR FINO NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO

RESUMO

A pesquisa trata acerca da percepção de professoras quanto ao desenvolvimento motor fino nas crianças em fase de alfabetização em período pandêmico para compreender as consequências que o ensino remoto pode ter ocasionado nesta fase de desenvolvimento dos alunos. A problemática aborda as diferenças no desenvolvimento da coordenação motora fina que as professoras observaram em seus alunos antes do ensino remoto e após a volta das aulas presenciais. Os objetivos são: compreender as mudanças percebidas pelas professoras quanto ao desenvolvimento motor fino de crianças em fase de alfabetização em relação ao período anterior à pandemia e depois, no retorno das aulas presenciais; analisar como ocorre o desenvolvimento motor fino de crianças em fase de alfabetização; perceber as implicações do desenvolvimento motor fino no aprendizado da escrita manual. A metodologia utilizada é bibliográfica, de abordagem qualitativa com pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Foram entrevistadas oito professoras alfabetizadoras que acompanharam as crianças após retorno do ensino presencial. Todas as professoras entrevistadas mencionaram existir uma relação direta do desenvolvimento motor fino e a alfabetização da criança e a maioria das professoras confirmou que percebeu dificuldades na coordenação dos alunos, o que exigiu o planejamento e uso de atividades motoras como estratégia pedagógica. Percebeu-se que professoras com mais de cinco anos de trabalho utilizaram número maior de

Palavras-chave:

Educação. Ensino Remoto. Alfabetização. Coordenação motora fina.

Keywords:

Education. Remote Teaching. Literacy. Fine motor coordination.

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; SCHIRMER, Leticia Tavares; FRANCO, Vitória Schmidt. Impacto do ensino remoto no desenvolvimento motor fino na fase de alfabetização. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 7 - 20, Dezembro 2023.

estratégias durante as aulas do que as professoras com menos tempo de experiência docente. Ficou evidenciado que o aprendizado da escrita manual está intimamente ligado a coordenação motora fina e que as dificuldades podem ser superadas através de atividades manuais que estimulam esse desenvolvimento. Também se evidenciou que, de acordo com as entrevistadas, a falta de atenção e concentração dos alunos se agravou após a pandemia.

ABSTRACT

The research deals with the perception of teachers regarding fine motor development in children in the literacy phase in a pandemic period to understand the consequences that remote teaching may have caused in this stage of student development. The problem addresses the differences in the development of fine motor coordination that teachers observed in their students before remote teaching and after returning to face-to-face classes. The objectives are: to understand the changes perceived by the teachers regarding the fine motor development of children in the literacy phase in relation to the period before the pandemic and after, when returning to face-to-face classes; to analyze how the fine motor development of children in the literacy phase occurs; understand the implications of fine motor development in learning handwriting. The methodology used is bibliographic, with a qualitative approach with field research through semi-structured interviews and content analysis. Eight literacy teachers who accompanied the children after returning from face-to-face teaching were interviewed. All the teachers interviewed mentioned that there is a direct relationship between fine motor development and the child's literacy and most of the teachers confirmed that they noticed difficulties in the students' coordination, which required the planning and use of motor activities as a pedagogical strategy. It was noticed that teachers with more than five years of work used a greater number of strategies during classes than teachers with less time of teaching experience. It was evidenced that learning handwriting is closely linked to fine motor coordination and that difficulties can be overcome through manual activities that stimulate this development. It was also evident that, according to the interviewees, the students' lack of attention and concentration worsened after the pandemic.

INTRODUÇÃO

Recentemente a sociedade passou por momentos não experienciados desde o século passado em função da pandemia denominada de COVID-19 que ocasionou mudanças em diversas áreas, incluindo a educacional. Neste período, as escolas sofreram um grande impacto ao lidar com o fechamento das unidades escolares, o isolamento social e a necessidade de criar recursos para continuarem atendendo os alunos.

Muitas iniciativas se voltaram para o uso da tecnologia ao alcance dos alunos e professores recolhidos em suas residências. As videoconferências já utilizadas em ambientes empresariais pareceram a melhor maneira de diminuir distâncias entre equipe gestora e docentes. Além dos desafios enfrentados por esses atores, também pôde-se observar que os alunos passavam por diversas dificuldades: falta de recursos tecnológicos incluindo o acesso à internet, ausência de atividades pedagógicas apropriadas, falta de preparo e condições dos responsáveis para fazerem o acompanhamento pedagógico, resultando em prejuízos para processo de ensino e aprendizagem, especialmente para as crianças em fase de alfabetização.

Nesta fase da escolaridade, assim como em outras, as crianças necessitam acompanhamento constante e sistematizado, pois a partir da observação direta do professor, da reflexão sobre a observação, bem como dos objetivos de ensino, é que são elaboradas as estratégias didáticas. Em relação ao desenvolvimento motor fino, percebe-se que as crianças demandam atenção especial carecendo de intervenção de um profissional habilitado (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2020).

Segundo Corrá (2022), 2,4 milhões de crianças brasileiras não estão alfabetizadas na faixa etária de 6 a 7 anos. O número corresponde a quase metade (40,8%) da população em estudo. E o mais preocupante é que como muitos desses alunos não ficaram retidos, seguiram para as demais séries sem o domínio básico da leitura e escrita, que são pré-requisitos para a aprendizagem (CORRÁ; ALVES, 2022). Não se trata de avaliar se a retenção ou aprovação é a melhor estratégia, mas de como as escolas irão lidar com esse índice que por si só é preocupante.

Entende-se que são variados os aspectos associados à alfabetização, incluindo o ensino dos fonemas e grafemas, a escrita de textos e compreensão da sua semântica, entre outros. Essa pesquisa tem o intuito de investigar um processo que acontece em paralelo ao aprendizado mencionado, que diz respeito ao desenvolvimento motor fino, base para o aprendizado da escrita manual.

Considera-se que no ensino remoto os professores ficaram limitados quanto a observação das dificuldades apresentadas pelos alunos dada a própria condição geográfica que os impedia de estarem fisicamente no mesmo ambiente. Embora uma parte das escolas conseguiu fazer uso dos recursos tecnológicos que possibilitavam o contato entre professor e aluno de modo síncrono, houve uma série de empecilhos (ocasionadas pela própria forma com que o processo remoto precisa acontecer) para que a comunicação/interação entre eles de fato ocorresse.

Sendo assim, levanta-se como problemática a seguinte questão: Quais as diferenças no desenvolvimento da coordenação motora fina que as professoras observaram em seus alunos antes do ensino remoto e após o retorno das aulas presenciais? Reitera-se a importância do desenvolvimento motor fino para o processo de alfabetização e sendo assim, os objetivos específicos são: compreender como ocorre o desenvolvimento motor fino de crianças em fase de alfabetização; perceber as implicações do desenvolvimento motor fino no aprendizado da escrita manual.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que essa abordagem permite a interpretação de dados vivenciados na realidade humana (SOUZA; KERBAUY, 2017). A pesquisa envolveu revisão bibliográfica e pesquisa de campo com entrevistas no formato semiestruturado que, de acordo com Freitas e Cohen (2013), trata-se de um instrumento que possibilita análises

peçoais mais acentuadas, pois o entrevistado tem maior liberdade de responder além do que foi perguntado ao mesmo tempo que o pesquisador possui certa liberdade na condução da entrevista.

De acordo com os estudos de Meur (1991), o corpo traduz o pensamento. A autora faz um comparativo das crianças mais extrovertidas terem mais facilidade de serem bem-sucedidas em suas atividades por se sentirem mais à vontade consigo mesmas e com as outras crianças. Já as crianças mais introvertidas precisam ser estimuladas a encontrar outros coleguinhas para brincar e, conseqüentemente terem mais oportunidades de experiência de movimento corporal e uso do espaço. A autora ainda acrescenta que a confiança individual da criança tem relação com seus movimentos corporais.

A partir dessa ideia, pode-se considerar que o isolamento social e a pouca socialização entre as crianças, que segundo Meur (1989) tem relações diretas com os movimentos corporais, pode ter acarretado certo atraso no desenvolvimento da estrutura espacial que está relacionada ao desenvolvimento motor da criança. Sendo assim, o intuito desta pesquisa é apontar as percepções de educadores sobre as dificuldades motoras apresentadas pelos alunos em fase de alfabetização.

COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR FINO DE CRIANÇAS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO

O desenvolvimento motor está presente em todo período escolar da criança, ganhando novos contornos à medida em que ela vai se desenvolvendo. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em que o ensino passa a ser mais sistematizado e a alfabetização é o foco principal, o aprendizado da escrita manual passa a fazer parte de um conjunto de habilidades que a criança precisa desenvolver para participar plenamente deste processo. Quanto a compreensão sobre o desenvolvimento da coordenação motora fina, Brito (2021, p. 4) afirma:

Todas as crianças devem ser estimuladas ao desenvolvimento motor fino, já que o bom desempenho nesta área implica na capacidade do autocuidado e vida em sociedade. Para isso, é importante que a criança tenha contato com um ambiente rico em estímulos motores e sensoriais, tanto no espaço escolar como também no domiciliar.

Ou seja, a criança precisa ser estimulada a mobilizar processos cognitivos que a impulsionem a aprendizagens desafiadoras promovendo o desenvolvimento das capacidades humanas. Nos estudos de Bueno (2016), percebe-se que a coordenação motora fina está na capacidade de ter controle sobre os pequenos músculos a fim de realizar exercícios refinados. São eles: recorte, colagem, pintura, perfuração, escrita, encaixes entre outros que envolvam a coordenação visomotora, viso-manual, e músculo facial.

A coordenação visomotora está definida como a capacidade de ter controle sobre os movimentos relacionados ao alvo visual permitindo um cálculo do tempo em distância para o movimento

necessário. A coordenação viso-manual estabelece uma relação entre tato e visão, é essa capacidade que permite à criança controlar os movimentos que envolvem instrumentos como os relacionados à escrita. A coordenação músculo-facial se refere aos movimentos da face que é manifestado na fala, mastigação e deglutição e está muito ligado ao aspecto social e alimentar da criança (BUENO, 2013).

Para o aprendizado das habilidades necessárias para o desenvolvimento, um importante ponto é o da resposta dirigida, que diz respeito diretamente sobre a ação do indivíduo mediante a direção de um instrutor que apresenta um modelo, reafirmando assim, a presença de um professor ao lado da criança, a auxiliar e dirigir atividades apropriadas ao desenvolvimento de habilidades motoras (BUENO, 2013). Nesta pesquisa, tem-se o pressuposto que, a despeito de indagações que possam existir sobre a necessidade futura da habilidade de escrever à mão devido a crescente evolução tecnológica, essa é uma peculiaridade humana imprescindível nela mesma por evidenciar uma condição essencialmente humana construída socialmente ao longo do tempo.

Para que a criança esteja em condições plenas para o processo de aprendizado da leitura e da escrita, é necessário que os aspectos da coordenação motora sejam desenvolvidos também na fase da Educação Infantil, por meio de estratégias didático-pedagógicas elaboradas para esse fim (DANGIÓ; MARTINS, 2018). Tais elementos incluem habilidades finas também requeridas na alfabetização, como o manuseio do lápis no desenho e traçado de letras na escrita manual. As autoras não estão se referindo às atividades “preparatórias”, mas àquelas consideradas imprescindíveis para o atendimento às necessidades da fase em que a criança se encontra contribuindo, assim, para desenvolvimentos futuros.

Os espaços escolares precisam promover oportunidades ricas para que as crianças explorem e vivenciem um amplo repertório de movimentos globais e que desenvolvem a coordenação motora fina (BRASIL, 2018). Tal repertório não é adquirido espontaneamente; ainda que em alguns momentos as crianças desenvolvam atividades “livres” como, por exemplo, nas brincadeiras, a intencionalidade precisa estar sempre presente devido aos objetivos de ensino e aprendizagem que deseja alcançar. De modo geral, a maioria das atividades deve ser dirigida pelo docente, ou seja, o professor precisa promover oportunidades ricas de desenvolvimento para a criança a partir do seu planejamento de ensino, de modo sistematizado, dirigido e acompanhado.

IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO MOTOR FINO NO APRENDIZADO DA ESCRITA MANUAL

No contexto de sala de aula, Meur (1991) define três fundamentos que as crianças precisam desenvolver para que seja possível a escrita manual: estruturação espacial, orientação temporal e domínio do gesto. A estrutura espacial se refere à tomada de consciência de uma situação em relação ao seu corpo, pode ser entendida também como a possibilidade do sujeito de se organizar perante o mundo, colocando e movimentando as coisas em determinado espaço. Um indivíduo que desenvolveu bem esse aspecto, tem a consciência do lugar que ele ocupa, se deslocando e

se movimentando de uma maneira adequada, demonstrando assim um bom domínio e controle corporal (FONTANA, 2012).

A orientação temporal é a capacidade de se situar em relação ao tempo. As crianças aprendem a orientação temporal por meio da organização das atividades cotidianas, pois grande parte delas são ordenadas pelo tempo de forma objetiva, como o horário de ir à escola, de comer e realizar outras atividades (MEUR, 1991). Quanto ao domínio do gesto, a criança precisa desenvolver uma estrutura espacial bem definida por meio dos exercícios motores e grafismo (MEUR, 1991). Não significa que a criança não possa realizar exercícios de livre expressão como o desenho e a pintura, significa que o professor precisa estar atento ao propor atividades intencionais que auxiliem a criança nessa construção. Desse trabalho depende, em grande medida, a habilidade que a criança terá para escrever as letras corretamente.

Os exercícios motores e de grafismo são considerados como exercícios de pré-escrita porque nesse momento a criança ainda não domina totalmente o movimento que a mão e punho fazem no traçado da escrita manual. Eles se caracterizam em cumprir algumas etapas que envolvem trabalhar as articulações que são presentes no momento da escrita, a do ombro, punhos e dedos. Porém, Meur (1991) alerta que é possível que existam algumas perturbações da coordenação motora que são vistos em gestos desajeitados e sem harmonia, um mau recorte e grafismo realizado com dificuldades. Para a reeducação desse movimento são realizados exercícios para aumentar a confiança nas possibilidades motoras que se iniciam na grande motricidade até se especificarem na motricidade delicada. Esses exercícios são baseados na vida cotidiana como abotoar camisas, colocar miçangas, brincar de rolar bolas de gude e apontar o lápis (MEUR, 1991).

Utilizando esses exercícios considerados de pré-escrita, a criança desenvolve força muscular e flexibilidade articular, suficientes para uma boa preensão e pega no lápis (MEUR, 1991). No contexto da sala de aula, esses exercícios são realizados de forma planejada na medida em que o professor percebe a necessidade por meio da observação atenta, reflexão e estudos.

Para Dangió e Martins (2018), é necessário que *se ensine* à criança o traçado gráfico das letras levando a dominar os movimentos específicos que vão desde o desenho da letra solta e sua união na palavra até a fixação dos hábitos gráficos no pensamento (DANGIÓ; MARTINS, 2018). Ainda de acordo com as autoras, esse aprendizado é importante para que a criança tenha a atenção liberada para o conteúdo da escrita. Pode ser que muitos desses exercícios sejam do cotidiano dos alunos, independentemente do trabalho da escola, mas é possível que parte significativa das crianças não vivam essa realidade e, então, se destaca a importância do trabalho da escola.

O cérebro é o órgão que controla todos os músculos do corpo, e segundo Kuwaba (1997), a sua capacidade de enviar os sinais corretos aos músculos dependem de diversos fatores, e entre eles está um dos mais importantes que é a experiência adquirida anteriormente.

O andar, escalar, equilibrar-se, agarrar e escrever são exemplos de atividades motoras que dependem da capacidade cerebral de interpretar com precisão a informação sensorial. Cada um desses atos bem-sucedidos é dependente de milhares de experiências sensorio-motoras-prévias. (KUWABARA, 1997, p.157).

No entanto, é importante considerar que, com o avanço tecnológico, o uso frequente das telas e o contexto de aulas remotas devido à pandemia, muitas crianças deixaram de ter a frequência da escrita manual com a intensidade que poderiam ter tido no ensino presencial. Embora parte das escolas tenham se empenhado em enviar atividades impressas para casa, elas não surtiram o efeito que teriam de quando são feitas na escola na presença do professor. Segundo Karavanidou (2017, p. 157):

A digitação recupera a legibilidade de um texto impresso e reintegra símbolos, mas mesmo com fontes personalizadas, a individualidade da marca humana é perdida, pois as letras personalizadas não possuem a variabilidade da caligrafia.

A escola desempenha um papel importante no ensino dessa “marca” mediante as atividades planejadas pelo docente incluindo as intervenções realizadas no processo, imprescindíveis para que o aluno alcance patamares de maior aprendizagem e desenvolvimento. Assim, apesar de o uso das tecnologias proporcionar grandes inovações e aprendizados, não se pode “perder a marca humana” que é ensinada sobretudo nos primeiros anos de vida escolar que possibilita outras aprendizagens.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para investigar o campo em que a realidade apresentada mais se manifesta, foi utilizada a metodologia qualitativa com pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas), pois por meio dela o pesquisador tem a oportunidade de analisar diversas realidades, experiências humanas em diferentes âmbitos e levar em consideração as percepções de cada participante da pesquisa (GODOY, 1995). Esse tipo de entrevista consiste em conversação gravada para investigação de uma temática que pode ser explorada sob diversos ângulos (LAKATOS; MARCONI, 1991). Dessa maneira, os dados são analisados de forma que se busque entender as percepções de cada entrevistado em seus respectivos contextos de trabalho. Esta pesquisa passou pela análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

O público-alvo foi composto por oito professoras alfabetizadoras do 1º e 2º ano, que lecionam em dois municípios no interior de São Paulo, em escolas particulares, com pelo menos três anos de experiência nas respectivas classes. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista composta por doze questões que abordaram temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas via Plataforma Zoom Meetings para viabilizar a participação de todos.

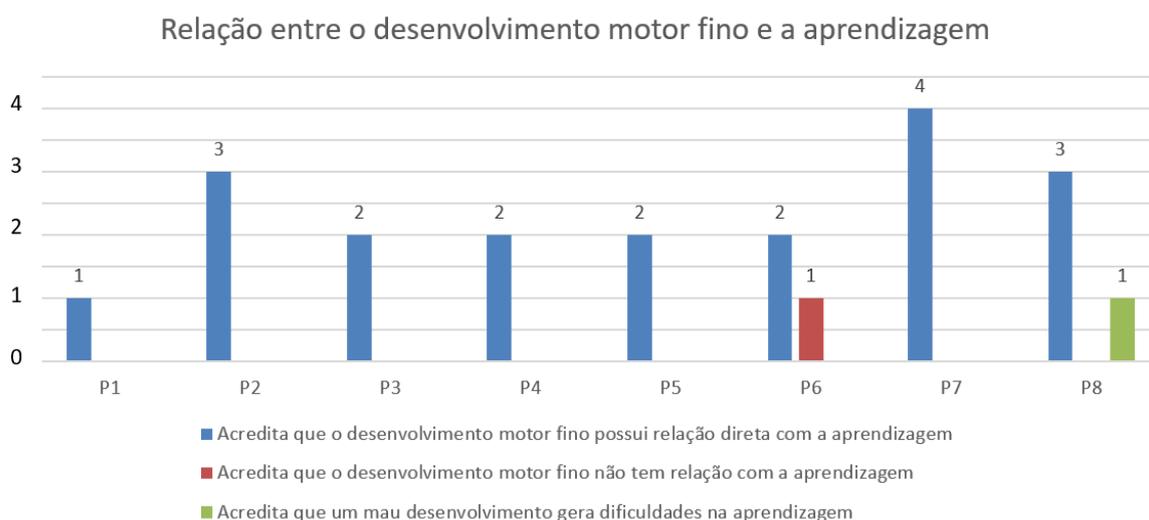
O objetivo desta pesquisa não foi realizar o acompanhamento do desenvolvimento motor fino das mesmas crianças, mas sim apresentar a percepção das professoras quanto às suas turmas atuais e anteriores (turmas diferentes), para compreender o ponto de vista delas que lecionam há alguns anos e que possuem uma visão sobre a coordenação motora fina considerada adequada para a

faixa etária e nível escolar. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados com o auxílio do software WebQDA.

Foi utilizada a técnica de Bardin (2011) para a análise de resultados, no qual a autora apresenta três etapas para esse momento. Algumas fases coincidem com o uso do software. A primeira constitui na pré-análise dos dados, na qual é realizada a transcrição das entrevistas orais de modo literal, facilitando assim a manipulação dos dados. A segunda etapa foi a exploração do material, que consistiu na identificação dos conteúdos mais relevantes e categorização. E a última etapa se refere ao momento de tratar os dados, utilizando os gráficos e estatísticas mais adequadas para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

Através das informações coletadas nas entrevistas, os números apresentados nos gráficos correspondem a quantidade de vezes em que determinada subcategoria foi citada pelas participantes, dessa forma, os números que aparecem na vertical a esquerda se referem a esse aspecto. Cada gráfico explora os temas de cada categoria e a interpretação será feita através dos números e da articulação das subcategorias com o embasamento teórico e principais falas das participantes. Nos gráficos as entrevistadas serão chamadas de P1, P2 e assim por diante, não tendo uma ordem alfabética ou de entrevistas, e sim aleatória, preservando a identidade das mesmas.

Gráfico 1 - Desenvolvimento motor fino e a aprendizagem

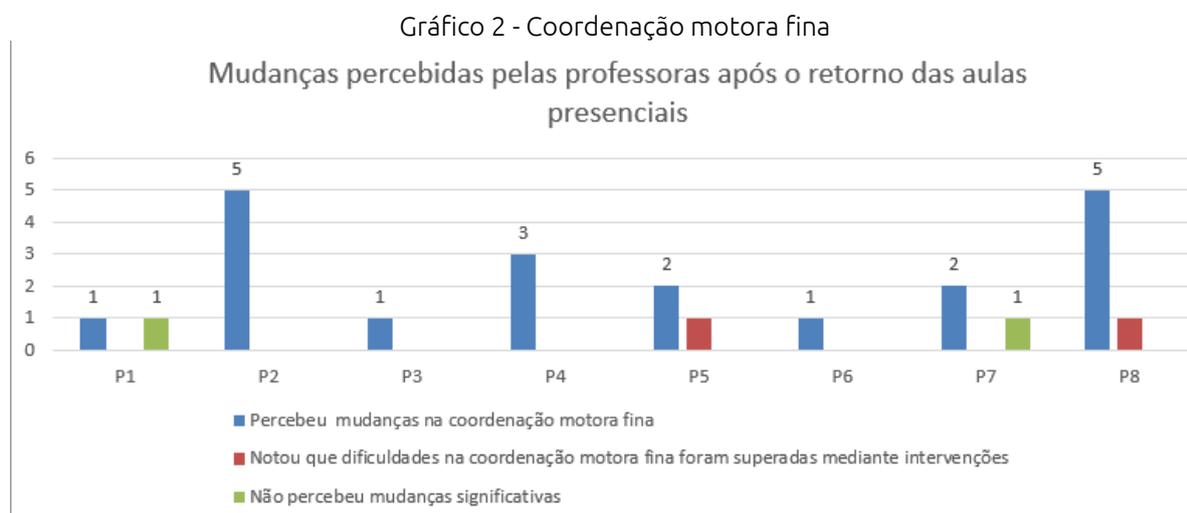


Fonte: Acervo das autoras

Essa categoria se refere à percepção das professoras acerca da *relação entre o desenvolvimento fino e a aprendizagem*. A primeira subcategoria expõe que o *desenvolvimento motor fino possui relação direta com a aprendizagem* com 19 citações no total. Brito (2021) corrobora com a ideia ao afirmar que essa coordenação é fundamental para o desenvolvimento das capacidades, como por exemplo a alfabetização e aprendizado da escrita manual. Segundo a P7 “desenvolver habilidade da coordenação motora fina para conseguir escrever de uma forma correta e algumas habilidades de coordenação motora fina são pré-requisitos para escrita”.

A segunda subcategoria analisada foi o *desenvolvimento motor fino não possuir relação direta com a aprendizagem* com apenas 1 citação. De acordo com a P6, “eu acho que depende da criança [...] eu tenho aluno que [...] recorta perfeitinho, pega no lápis certinho e já tem uma dificuldade ali na alfabetização”. Percebe-se que a professora teve uma lógica adequada ao diferenciar a alfabetização em si das habilidades manuais. O que ela quis dizer é que pode haver crianças habilidosas manualmente que apresentam dificuldades em se apropriar do código linguístico. Embora essa seja uma realidade, não foi o foco desta pesquisa porque envolveria a dificuldade de assimilação, pela criança, dos conteúdos da alfabetização, elementos não abordados neste artigo.

Para a subcategoria *baixo desenvolvimento motor fino gera dificuldades na aprendizagem*, houve apenas 1 citação nas entrevistas. Quanto a esse aspecto, Dangió e Martins (2018) contribuem afirmando que antes do aprendizado da leitura e escrita é preciso que os aspectos da coordenação motora fina citados tenham sido trabalhados. Segundo a P8, “quando a criança que está com a coordenação motora fina prejudicada, demora um pouco mais para iniciar o processo de alfabetização”.

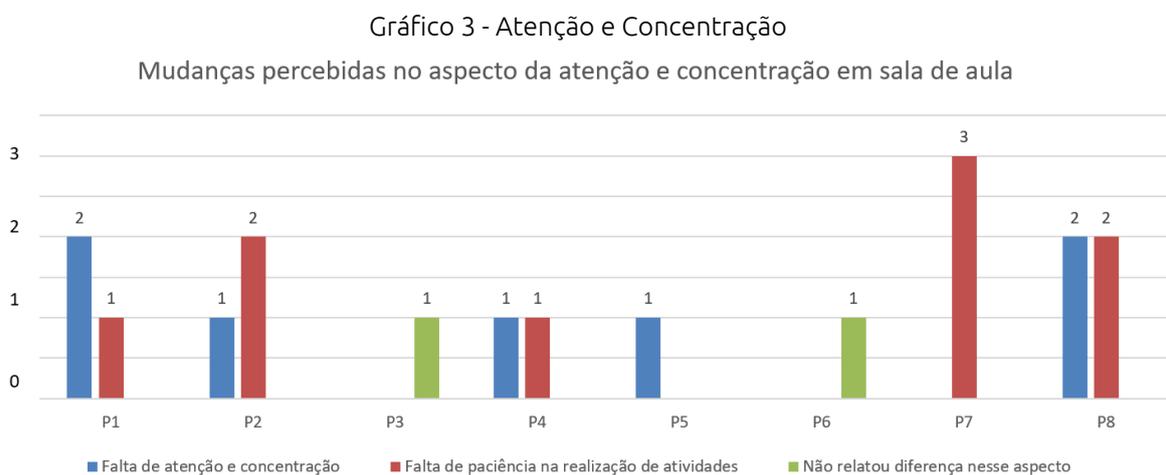


Fonte: Acervo das autoras

Essa categoria se refere às *mudanças percebidas pelas professoras* em relação a como os alunos estavam apresentando as habilidades motoras finas após o retorno das aulas presenciais. Ao todo foram 20 citações evidenciando essa dificuldade. Essa era uma hipótese da pesquisa em relação às dificuldades motoras finas percebidas pelas professoras e pelo gráfico é notável que cada professora citou ao menos uma vez essa dificuldade em suas falas. Segundo a P2 “a criança [...] não aprendeu a pegar, a tocar, a sentir, é uma criança que não sabe escrever na linha. É uma criança que não entende a questão da noção de espaço, então a letra dela é grande, não consegue escrever, então isso está refletido de uma forma imensa. [...] ela não tem noção de como segurar um lápis, ela não tem noção da forma de pressionar o lápis”.

Duas professoras citaram as *dificuldades que já foram superadas* devido ao trabalho realizado durante um semestre após o retorno presencial. Como já foi afirmado, esse vem reforçar a necessidade da mediação docente. De acordo com a P8, “hoje a maioria já está com a coordenação motora fina numa boa qualidade”.

A subcategoria: *não percebeu mudanças significativas*, se refere a uma citação ao longo de todas as entrevistas. A fala da P1 foi: “não percebi uma dificuldade tão acentuada exatamente por causa da pandemia”. Sobre essa fala da professora, considera-se que nem todas as crianças podem ter apresentado algo significativo nesse sentido, por diversos fatores, um deles pode ter relação com o acesso que a criança continuou tendo a atividades manuais, brincadeiras e interações sociais, apesar das aulas remotas. Talvez essa tenha sido uma realidade predominante na turma da professora que relatou não ter notado dificuldade acentuada.



Fonte: Acervo das autoras

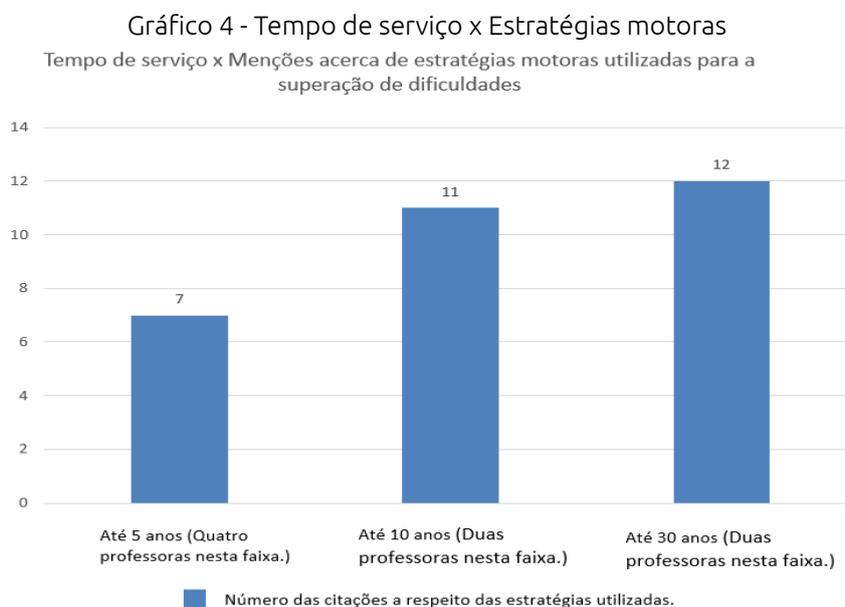
A temática da *atenção e concentração* surgiu no conteúdo das respostas das participantes, ainda que não houvesse nenhuma pergunta sobre esse assunto. Isso foi possível porque as questões eram semiestruturadas, permitindo o aparecimento de tópicos não previstos nas entrevistas. Portanto, mesmo não havendo perguntas específicas sobre a atenção e concentração, as professoras demonstraram que esse tem sido um tema significativamente observado no cotidiano delas.

Nessa subcategoria referente às citações sobre: *a falta de atenção e concentração*, houve sete citações revelando que mais da metade das professoras entrevistadas consideraram importante mencionar sobre essa dificuldade. Segundo a P4, “sobre a questão da concentração e atenção que as crianças perderam devido a pandemia [...] as crianças ficam vidradas, e a tecnologia não exige delas uma argumentação, não exige delas uma reciprocidade, é tudo pronto”.

A segunda subcategoria é referente às menções sobre: *a falta de paciência na realização das atividades* dos alunos após o retorno das aulas presenciais. Segundo a P4, “quando a criança pega o caderno e erra, ela chora porque não quer errar, apagar, refazer. É muito mais fácil na internet. Você apaga ali rapidinho, refaz no celular, no computador; você sai do jogo, entra no jogo. Agora no caderno não, é o desenvolvimento motor dela que está ali, a mãozinha que está trabalhando, é a falta de paciência que aparece, mas tudo isso devido a esse uso extensivo da tecnologia”.

Considera-se também que, no acompanhamento das atividades escolares em casa, alguns pais realizaram as atividades pelas crianças devido a diversos motivos, entre eles: a demora da criança em realizar e a falta de tempo dos pais para estarem juntos da criança nesse processo; o fato dela errar e precisar de uma explicação extra para compreender e refazer corretamente. Essa

realidade pode ocorrer e não é exclusiva do período da pandemia, embora tenha-se notado um aumento. Esse aumento pode ter ocorrido, principalmente, devido a dois fatores: os pais estavam na responsabilidade de auxiliar a criança, mas não tinham o conhecimento pedagógico para tal e o outro motivo, pela necessidade de demonstrar à escola que a atividade foi feita. De todo modo, tal prática não contribuiu para o aprendizado e desenvolvimento da criança, ou seja, ela perde o seu objetivo de ensino.



Fonte: Acervo das autoras

Neste último gráfico a análise ocorreu a partir do atributo selecionado *tempo de serviço* associado à categoria das *estratégias motoras utilizadas pelas professoras* para minimizarem os efeitos do ensino remoto nesse sentido. Quatro professoras possuem até 5 anos de experiência, duas entrevistadas possuem até 10 anos de serviço e 2 professoras possuem até 30 anos de magistério. As citações feitas pelas entrevistadas foram somadas gerando o gráfico 4.

Na primeira torre vemos que 4 professoras mencionaram 7 vezes as estratégias que foram utilizadas para a superação das dificuldades motoras. Algumas atividades são realizadas pela P5, “atividades como amassar o papel, a massinha”, e pela P1, “como andar sobre a corda, caixa de areia para desenhar a letra”.

Na torre referente às duas professoras com até 10 anos de experiência vemos que a quantidade de citações aumentou em comparação com a anterior. Segundo P2, “o barbante para você trabalhar o caminho da letra, treinar a letra na farinha, [...] trabalhar com ela a questão ter o manuseio, segurar direitinho a posição do lápis”; “atividades com pontilhado, corte com tesoura, massinha para ficar amassando e desenvolvendo a coordenação, rasgar o papel e amassar”, de acordo com a P8 as mesmas atividades foram desenvolvidas.

Na última torre vemos que duas professoras citaram juntas 12 vezes as estratégias motoras utilizadas para que seus alunos pudessem ampliar suas experiências motoras finas. Através desses dados obtidos, podemos concluir que as professoras com mais tempo de serviço conseguiram

realizar mais atividades motoras finas, talvez por perceber mais rapidamente as dificuldades e já saberem a melhor estratégia para que o aluno desenvolva em tal aspecto.

De acordo com a P4, “a gente instrui para que os lápis ‘jumbo’ sejam usados no começo, um lápis mais curto porque o lápis muito comprido ele faz com que a criança se perca no movimento. [...] tem as borrachinhas trifásicas também que ajudam a questão da pega, eu utilizo muito as massinhas de modelar é super importante pois desenvolve a questão da musculatura da mãozinha, outra atividade que é maravilhosa: pular e bater corda, pois o bater corda está ligado no movimento circular que a mãozinha faz no ato da escrita”.

Como é possível deduzir, as atividades mencionadas como estratégias didáticas de intervenção visando suprir lacunas no desenvolvimento das habilidades motoras finas das crianças carecem de presencialidade, observação e acompanhamento direto do professor, o que ficou inviabilizado no ensino remoto. Esse fato ficou evidenciado no relato das professoras ao mencionarem o salto de desenvolvimento que as crianças tiveram nesse aspecto a partir das atividades desenvolvidas no ensino presencial, reforçando ainda mais a importância do professor como mediador do processo ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível evidenciar uma das consequências que a falta de presencialidade pode ter acarretado para o desenvolvimento da criança em fase de alfabetização. Quanto às mudanças percebidas pelas professoras em relação ao desenvolvimento motor fino de crianças, os dados demonstraram que elas retornaram com diversas dificuldades relacionadas a esse aspecto principalmente pela ausência das intervenções necessárias que somente o professor, profissional preparado para observar e intervir nos processos de ensino e aprendizagem, poderia realizar.

Isso porque a o desenvolvimento adequado da coordenação motora fina demanda estratégias de ensino específicas. A sua relevância está, entre outros aspectos, na contribuição para que a criança para utilize os instrumentos da escrita da forma adequada, tais como o uso do lápis e o movimento coordenado de mão, pulso, ombro e olhos. Na visão das professoras participantes da pesquisa, a coordenação motora fina colabora para que o processo de alfabetização progrida de maneira satisfatória.

Ressalta-se ainda que a alfabetização não deve ser reduzida ao aprendizado da escrita manual, compreende-se que é um processo complexo de apropriação do código linguístico em todas as facetas que ele engloba. Outro aspecto a ser lembrado é que mesmo em um ensino presencial corre-se o risco de não oportunizar às crianças o desenvolvimento adequado da coordenação motora (ampla e fina) pela predominância de atividades mecânicas em sala de aula que exploram pouco os movimentos do corpo.

Evidenciou-se, ainda, indicadores não projetados nos objetivos do trabalho, e que apareceram como grande preocupação do grupo de professores entrevistados: a atenção, a concentração e a paciência dos alunos durante as aulas na realização das atividades presenciais quando do retorno à escola. Na opinião das professoras, o fato de ter havido um hiper estímulo do uso das tecnologias, foi notada a falta de atenção, concentração e paciência dos alunos.

Vale observar ainda que à medida que as professoras desenvolveram diversas estratégias motoras as crianças corresponderam superando pouco a pouco a defasagem observada inicialmente, reforçando ainda mais a importância do trabalho do professor e da presencialidade da criança na escola. A investigação realizada não esgotou as questões referentes às consequências provenientes do período de isolamento no aspecto do desenvolvimento motor, nem tampouco abordou outros elementos resultantes da falta de presencialidade. Outros estudos são necessários para colaborar com as práticas pedagógicas depois do longo período de instabilidade educacional vivido durante a pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRITO, L. **Desenvolvimento motor fino: a habilidade do cirurgião**. Sanarmed, 20 de Jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/desenvolvimento-motor-fino-a-habilidade-do-cirurgiao-colonistas>>. Acesso em: 15/03/2022.

BUENO, J. M. **Psicomotricidade: teoria e prática: da escola à aquática**. Cortez Editora, 2016.

CORRÁ, D; ALVES, J. Número de crianças brasileiras que não sabem ler e escrever cresce 66% na pandemia. **CNN BRASIL**, São Paulo, 08 de Fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-criancas-brasileiras-que-nao-sabem-ler-e-escrever-cresce-66-na-pandemia/>>. Acesso em: 08/03/2022.

DANGIÓ, M. C. dos S.; MARTINS, L. M. **A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas**. Autores Associados, 2018.

FONTANA, C. M. **A importância da psicomotricidade na educação infantil**. 2012. 78 p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20765/2/MD_EDUMTE_VII_2012_03.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FREITAS, T. R.; COHEN, M.. **Análise do Valor Percebido pelos Clientes Prestadoras de Serviços de Apoio Logístico do Setor de Petróleo & Gás no Brasil**. Marcos Cohen. 13 folhas. Dissertação de Mestrado. Pós graduação em Administração de Empresas, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2013. 143p. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112856_2013_pretextual.pdf>. Acesso em: 08/03/2022.

KARAVANIDOU, E. Is handwriting relevant in the digital era?. **Antistasis**, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/314208784_Is_Handwriting_Relevant_in_the_Digital_Era>. Acesso em: 14/06/2022.

KUWABARA, M. C. P. **O Processo De Desenvolvimento Motor Da Criança Em Idade Pré-Escolar: Uma Abordagem Através Do Crescimento, Maturação e Experiências**. 1997. 36 p. Dissertação (Curso de Licenciatura em Educação Física) — Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/56965/MARIA%20CECILIA%20PANDORY%20KUWABARA.pdf>. Acesso em: 02/10/2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MEUR, A. de/ STAES, L. **Psicomotricidade**: Educação e reeducação. São Paulo: Manole, 1991.

OLIVEIRA, S. da S.; SILVA, O. S. F.; SILVA, M. J. de O. Educar Na Incerteza E Na Urgência: Implicações Do Ensino Remoto Ao Fazer Docente E A Reinvenção Da Sala De Aula. **Interfaces científicas [S. l.]**, v. 10, n. 1, p. 25–40, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p25-40. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9239>>. Acesso em: 08/03/2022

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313>>. Acesso em: 08/03/2022.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rev.v16i3.1661

Glauber Cassiano

glauber.cassiano@adventista.edu.br

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela UNIDERP, Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Estácio de Sá, Professor na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Esdras Silva Sales Barbosa

esdras_advento@hotmail.com

Graduando em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Ana Vitória Garcia Oliveira dos Santos

ana.garcia@adventista.edu.br

Graduanda em Ciências Contábeis, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Gabriela Silva Santos

gabriela.santos@adventista.edu.br

Graduanda em Ciências Contábeis, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Tatielen Alexandre do Nascimento

tatielen.ale@gmail.com

Graduanda em Psicologia, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Cynthia Nunes Urban

cynthia.urban26@gmail.com

Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Maria Luisa Souza Braga

mlsouzab@outlook.com

Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Gabriella Severino de Carvalho

ghabycarvalho541@gmail.com

Graduanda em Psicologia, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Anyelly de Jesus Dourado Silva

anyellydourado123@gmail.com

Graduanda em Psicologia, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Grasiele da Silveira Apolinário

grasiele.apolinario@adventista.edu.br

Graduanda em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

GESTÃO A SERVIÇO DO BEM-ESTAR SOCIAL: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

RESUMO

A iminente crise social que está assolando o mundo pós-pandemia nos obriga a lançar um olhar mais sensível para a importância da gestão pública a serviço do bem-estar social, dando ênfase na participação e envolvimento da sociedade civil e no compromisso efetivo com a promoção da equidade, da justiça social e da garantia dos direitos humanos. O objetivo dessa pesquisa consistiu em explorar a bibliografia que trata da gestão das políticas públicas de educação, saúde e segurança, visando explicitar os pressupostos e proposições fundamentados(as) na perspectiva do bem-estar social. Do ponto de vista teórico-metodológico, nesse estudo pode ser considerado uma pesquisa básica, que optou por abordar o problema de pesquisa qualitativamente realizando uma pesquisa exploratória. Foi adotado como procedimento técnico principal a realização de uma pesquisa bibliográfica densa e rigorosa em bases científicas confiáveis, ou seja, Periódicos Capes e ERIC, dentre outras, o que caracteriza esse trabalho como um artigo de revisão. Por fim, concluímos que a Constituição Federal de 1988 estabelece que a gestão pública deve estar a serviço da educação, saúde e segurança pública gratuita e de qualidade. Além disso, é fundamental que a gestão pública esteja comprometida com a promoção dos direitos fundamentais e o desenvolvimento socioeconômico dos seus cidadãos.

Palavras-chave:

Gestão Pública. Bem-estar social. Educação Pública. Saúde Pública. Segurança Pública.

Keywords:

Public Management. Social welfare. Public Education. Public Health. Public Security.

CASSIANO, Glauber; BARBOSA, Esdras Silva Sales; SANTOS, Ana Vitória Garcia Oliveira; SANTOS, Gabriela Silva; NASCIMENTO, Tatielen Alexandre; URBAN, Cynthia Nunes; BRAGA, Maria Luisa Souza; CARVALHO, Gabriella Severino; SILVA, Anyelly de Jesus Dourado; APOLINÁRIO, Grasiele da Silveira. Gestão a serviço do bem-estar social: educação, saúde e segurança pública gratuita e de qualidade. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 21 - 38, Dezembro 2023.

ABSTRACT

The imminent social crisis that is plaguing the post-pandemic world forces us to take a more sensitive look at the importance of public management at the service of social well-being, emphasizing the participation and involvement of civil society and the effective commitment to promoting equity, social justice and the guarantee of human rights. The objective of this research was to explore the bibliography that deals with the management of public policies of education, health and safety, aiming to explain the assumptions and propositions based on the perspective of social well-being. From the theoretical-methodological point of view, this study can be considered a basic research, which chose to address the research problem qualitatively by carrying out an exploratory research. It was adopted as the main technical procedure to carry out a dense and rigorous bibliographical research on reliable scientific bases, that is, Periodicals Capes and ERIC, among others, which characterizes this work as a review article. Finally, we conclude that the Federal Constitution of 1988 establishes that public management must be at the service of free and quality education, health and public safety. In addition, it is essential that public management is committed to promoting fundamental rights and the socioeconomic development of its citizens.

1. INTRODUÇÃO

Gestão de políticas públicas é o processo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em uma determinada área ou setor governamental.

Isso envolve a definição de objetivos e metas para a política pública, a alocação de recursos financeiros e humanos necessários para implementar a política, a identificação e engajamento de stakeholders relevantes, a formulação de estratégias para atingir os objetivos da política, o monitoramento do progresso e o ajuste de estratégias conforme necessário, e a avaliação dos resultados alcançados.

A gestão de políticas públicas pode ser aplicada em diversas áreas governamentais, incluindo saúde, educação, meio ambiente, transporte, segurança pública, entre outras. É importante que a gestão seja realizada de forma participativa, envolvendo os cidadãos e organizações da sociedade civil na definição de prioridades e na avaliação dos resultados.

Em suas discussões dos conceitos de gestão e gerência, Santos *et al.*, (2017, p. 940) destacam que a “gestão é o objeto científico da ciência da administração e a gerência sua manifestação empírica”. Segundo os autores, a gestão é definida como a “concepção das formas de condução das relações sociais de produção, circulação e distribuição, observadas em quaisquer níveis de organização humana (individual, organizacional e coletiva) e que assumem a dimensão de objeto científico da administração política”.

A gestão pública a serviço do bem-estar social é um tema crucial para a promoção do desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, Bresser-Pereira afirma que,

O estado social é a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e aumentar a segurança dos cidadãos e suas famílias. Substituir esses grandes serviços de consumo coletivo por aumento de salários e provisão privada desses serviços seria algo muito caro, e, por isso, os cidadãos exigem e as elites econômicas e políticas acabam por aceitar que o Estado construa grandes sistemas de previdência social, educação e saúde pública (2017, p. 153).

No âmbito da educação, saúde e segurança, essa gestão deve ser ainda mais cuidadosa e efetiva, considerando que são áreas que impactam diretamente a vida das pessoas e demandam soluções efetivas e eficientes.

No entanto, é possível perceber que a gestão pública nessas áreas ainda enfrenta diversos desafios e obstáculos. No que diz respeito à educação, por exemplo, ainda é comum a existência de desigualdades e disparidades entre as escolas e regiões do país, com acesso limitado à educação de qualidade para as camadas mais pobres da população.

Na área da saúde, a gestão pública muitas vezes enfrenta problemas de falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos e profissionais capacitados, e dificuldades para garantir o acesso universal e integral aos serviços de saúde.

Já no âmbito da segurança, a gestão pública muitas vezes enfrenta desafios relacionados à efetividade das políticas públicas, à falta de articulação entre os diferentes órgãos responsáveis e à violência estrutural e sistêmica que permeia a sociedade brasileira.

Posto isso, coadunando com as premissas iniciais dessa seção, Santos *et al.*, afirmam que,

Assumindo o sentido e a validade do conceito de administração política como base científica da administração, pode-se deduzir que a concepção de determinado projeto de nação em certa sociedade revela a busca da finalidade última da vida social, materializada no alcance do bem-estar (2017, p. 948).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a gestão pública a serviço do bem-estar social deve priorizar a participação e envolvimento da sociedade civil, com uma atuação transparente e responsável, buscando soluções inovadoras e efetivas para os problemas existentes.

A gestão pública pode atuar de forma integrada e articulada, buscando soluções conjuntas para os desafios enfrentados em cada área. Além disso, é fundamental que haja um comprometimento efetivo com a promoção da equidade, da justiça social e da garantia dos direitos humanos.

Em síntese, a gestão pública a serviço do bem-estar social no âmbito da educação, saúde e segurança é um desafio complexo e de extrema importância para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida das pessoas. É fundamental que haja um compromisso efetivo com a promoção da justiça social e da equidade, com uma atuação transparente e participativa, buscando soluções inovadoras e efetivas para os desafios enfrentados em cada área.

Do ponto de vista teórico-metodológico salientamos que esse trabalho teve como problema de pesquisa responder quais os limites e possibilidades da gestão das políticas públicas de educação, saúde e segurança. O objetivo da pesquisa consistiu em explorar a bibliografia que trata da gestão

das políticas públicas de educação, saúde e segurança, visando explicitar os pressupostos (conjunto de crenças políticas e ideológicas) e proposições (hipóteses, previsões, propostas, indicações importantes para os leitores) fundamentados(as) na perspectiva do bem-estar social.

Ainda no âmbito metodológico podemos dizer que esse estudo em sua natureza é considerado uma pesquisa básica, que optou por abordar o problema de pesquisa qualitativamente onde foi realizada uma pesquisa exploratória. Por fim, o procedimento técnico principal foi a realização de uma pesquisa bibliográfica densa e rigorosa em bases científicas confiáveis, tal qual Periódicos Capes e Eric, dentre outras, o que caracteriza esse trabalho do tipo artigo de revisão.

Enfim, esse trabalho foi dividido em uma introdução onde apresentamos o problema de pesquisa, os objetivos e o método utilização para realização do estudo. Em seguida o leitor encontrará três seções que desenvolve o tema central desse estudo (em tentativa de legitimar uma gestão voltada para um estado de bem-estar social), ou seja, cada seção tratou da gestão a serviço do bem-estar social na educação pública, na saúde pública e na segurança pública. Por fim, é apresentada as considerações finais para uma melhor apropriação da proposta teórico-metodológica do estudo.

2. GESTÃO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

A gestão pública tem um papel fundamental na garantia da educação pública gratuita e de qualidade, um direito social previsto na Constituição Federal de 1988. No entanto, a realidade da gestão pública no Brasil apresenta desafios consideráveis que precisam ser enfrentados para a efetivação deste direito.

Segundo Bresser Pereira,

Estado é a instituição que, além de regular o mercado e promover a redução das desigualdades, tem, no plano econômico, o papel de garantir as condições gerais para que as empresas nacionais competentes sejam competitivas — algo que o mercado definitivamente não garante (BRESSER, p. 149, 2017).

Se tratando da educação, à luz da Constituição Federal, tem-se que segundo a legislação brasileira, o direito à educação responsabiliza os pais, o Estado, a comunidade e os próprios educandos, mas é obrigação legal do Estado garantir esse acesso à educação básica, pública, gratuita e de qualidade (CABRAL, 2012).

A Constituição Federal em seu art. 6º diz que,

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Falar sobre os direitos humanos, significa pensar numa série de necessidades fundamentais à dignidade humana e que deve ser garantido a todos de forma gratuita (ONU, 1948).

Um ponto crítico que deve ser destacado é a falta de investimento adequado por parte do Estado na educação pública. Sem recursos suficientes, é difícil garantir a qualidade do ensino e a formação dos estudantes, bem como a valorização dos profissionais da educação. A falta de recursos também dificulta a garantia de uma infraestrutura adequada e a oferta de programas de formação continuada para os professores. O economista Thomas Piketty defende que o investimento em educação é um fator crucial para o desenvolvimento econômico e social, pois contribui para o aumento da produtividade, da inovação e do bem-estar da população (PIKETTY, 2014).

Partindo do pressuposto de que a educação tem um impacto positivo na sociedade, quanto mais se desenvolve socioeconomicamente uma nação, mais fácil se compreende o papel da educação. Quanto mais se compartilha o conhecimento, maior a discussão e conscientização sobre as obrigações e responsabilidades na do Estado na defesa e promoção de uma gestão a serviço do bem-estar social. (PINTO, 2018).

A análise da qualidade da educação pode ser feita a partir de uma perspectiva polissêmica levando em consideração fatores externos e internos de forma a especificar os atributos desejados da educação e com o objetivo de obter os fundamentos da cidadania ligada a política de inclusão social. Belloni afirma que:

Uma educação de qualidade social é aquela que serve aos interesses públicos e é comprometida com a formação com vistas à emancipação humana e social, tendo como objetivo primordial, em qualquer nível do sistema educativo, a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia (BELLONI, p. 232, 2003).

Essa qualidade não se alcança por meio de uma educação institucionalizada voltada para proporcionar conhecimentos prontos, mas por meio de uma educação ética que efetivamente construa novos saberes a sociedade, à luz da cidadania (FURGHESTTI, 2012).

Além disso, a falta de transparência e accountability por parte dos gestores públicos é um problema grave que compromete a qualidade da gestão e a efetividade das políticas públicas implementadas. Muitas vezes, as decisões são tomadas sem consulta à sociedade e sem a prestação de contas necessária. Isso compromete a participação democrática e a possibilidade de avaliar e monitorar as políticas educacionais. Uma gestão pública transparente é fundamental para que haja uma relação de confiança entre a sociedade e o Estado. É preciso que os gestores públicos prestem contas de suas ações e decisões, de forma a garantir a participação cidadã e a responsabilização dos agentes públicos.

Segundo Ferreira (2011), é importante destacar que a gestão pública da educação deve ser pautada pelo diálogo e pela participação democrática da sociedade, com o objetivo de construir políticas educacionais que atendam às necessidades e demandas da comunidade escolar.

De acordo com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos,

A educação deve ser pensada como um direito universal e um bem público, capaz de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é preciso que a gestão pública seja capaz de garantir a democratização do acesso e a qualidade do ensino, com a participação ativa da sociedade na definição das políticas educacionais (SANTOS, 2003, p. 73).

Outro aspecto importante é a falta de planejamento estratégico e de longo prazo na gestão pública da educação. As políticas educacionais muitas vezes são implementadas de forma fragmentada e sem uma visão de futuro, comprometendo a efetividade e a qualidade do ensino oferecido. É fundamental que as políticas educacionais sejam planejadas com base em diagnósticos e avaliações constantes e levando em conta as particularidades regionais e sociais. A elaboração de um plano estratégico de longo prazo para a educação é essencial para garantir uma gestão pública efetiva e de qualidade. É preciso ter uma visão de futuro para que se possa traçar metas e estratégias que conduzam à melhoria do ensino.

A gestão pública da educação deve ser orientada por uma visão holística e integrada, que considere não apenas o ensino formal, mas também os aspectos sociais, culturais e econômicos envolvidos no processo educativo. Isso requer uma articulação efetiva entre as diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, visando à construção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Outro ponto crítico é a falta de avaliação e monitoramento das políticas educacionais implementadas. Muitas vezes, as políticas são implementadas sem uma avaliação prévia de seus impactos e sem um monitoramento constante, o que dificulta a identificação de problemas e a adoção de medidas corretivas. É preciso que haja um sistema efetivo de avaliação e monitoramento das políticas educacionais implementadas para garantir a efetividade delas. A avaliação e o monitoramento das políticas educacionais são fundamentais para identificar problemas e tomar medidas corretivas. É preciso que os gestores públicos sejam capazes de avaliar o impacto das políticas implementadas e de monitorar sua efetividade ao longo do tempo.

Por outro lado, a gestão pública pode ser um instrumento importante para a promoção da igualdade social. Investir em educação significa garantir que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de sua origem social ou econômica. Isso contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar ativamente da vida pública e contribuir para o desenvolvimento do país. Para o filósofo Paulo Freire, “a educação é um ato político, pois toda educação é política na medida em que é necessariamente uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 39).

Nesse sentido, percebe-se que a educação é essencial, pois transforma a sociedade. As questões raciais no Brasil são discriminatórias, algo que se vê refletido no sistema penitenciário brasileiro e em outros âmbitos. A negação do racismo só colabora com a perpetuação das injustiças. A oferta de educação gratuita e de qualidade são indispensáveis para se construir um estado social de direito, a fim de permitir um bem-estar social aos cidadãos e minorar os problemas raciais (DIAS e CUNHA, 2019).

A gestão pública da educação deve ser baseada na transversalidade, integrando diferentes áreas do conhecimento e promovendo a interdisciplinaridade. Isso requer uma articulação efetiva entre as diferentes políticas públicas, como saúde, cultura, esporte e meio ambiente, visando à construção de um projeto educativo mais abrangente e democrático.

Ademais, a gestão pública pode ser um meio importante para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Investir em educação significa preparar a população para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para o crescimento econômico e social do país. A

educação é um fator chave para a melhoria das condições sociais e econômicas, uma vez que forma trabalhadores qualificados e empreendedores.

Segundo Ferraz e Moreira (2008) a incidência de corrupção e a má gestão na aplicação dos recursos federais direcionados ao ensino básico interfere negativamente nos resultados dos programas sociais para a educação, o que acarreta deficiências na qualidade do ensino público.

Outro desafio enfrentado pela gestão pública na área da educação é a falta de engajamento dos estudantes na aprendizagem. A realidade desse desencanto confere a ela um status de baixa qualidade e baixo desempenho no processo ensino-aprendizagem “professores fingem que ensinam e alunos fingem que aprendem. O quadro da educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador” (BENCINI, p.56, 2006).

É importante que a gestão pública trabalhe em conjunto com as escolas e professores para promover uma educação mais atrativa e envolvente para os alunos. Isso pode ser feito por meio da oferta de atividades extracurriculares, projetos pedagógicos inovadores e uma abordagem mais personalizada do ensino, que leve em consideração as necessidades e interesses individuais de cada aluno. A falta de investimento na educação é um dos principais obstáculos para a melhoria da gestão pública nessa área. É preciso que o Estado invista recursos suficientes para garantir a qualidade do ensino, a formação dos estudantes e a valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2021).

Além disso, a gestão pública precisa estar atenta à questão da inclusão e da diversidade na educação pública. É fundamental garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência ou qualquer outra condição. Para isso, é necessário promover políticas inclusivas e desenvolver programas de formação para os profissionais da educação, a fim de capacitá-los para lidar com a diversidade e garantir um ambiente acolhedor e respeitoso nas escolas. A valorização dos profissionais da educação é um dos principais desafios da gestão pública nessa área. É preciso oferecer salários justos, formação continuada e condições de trabalho adequadas para que esses profissionais possam desempenhar seu papel de forma efetiva e garantir a qualidade do ensino.

Enfim, a gestão pública precisa enfrentar o desafio da desigualdade regional na educação pública. A distribuição desigual de recursos e oportunidades educacionais entre as regiões do país compromete a garantia do direito à educação para todos os brasileiros. De acordo com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a educação é um direito humano fundamental e deve ser universal, gratuita e de qualidade, com vistas a garantir a participação cidadã e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SANTOS, 2007).

Para o educador Paulo Freire,

A gestão pública da educação deve ser pautada pela dialogicidade e pela problematização, para que os estudantes sejam sujeitos ativos e participantes do processo educativo. É preciso que a gestão pública esteja comprometida com a formação de cidadãos críticos e transformadores, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (FREIRE, 2008, p. 28).

Segundo Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, a educação é um processo pelo qual a liberdade é alcançada, pois a educação possibilita que as pessoas desenvolvam suas próprias habilidades e competências, podendo assim fazer escolhas livres e conscientes (SEN, 2010).

De acordo com Dias e Pinto (2019), a educação exerce forte influência nas transformações da sociedade. Ela reforça a capacidade crítica do indivíduo e atesta o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Quanto mais desenvolvida ela for, mais facilmente se compreenderá o papel da educação.

É necessário, portanto, promover políticas que visem a reduzir as desigualdades regionais na oferta de educação pública, por meio da equalização de recursos e da implementação de políticas específicas para as regiões mais carentes do país. Isso garantirá uma educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua região de origem.

3. GESTÃO A SERVIÇO DA SAÚDE PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

A saúde é um direito fundamental de todo ser humano e, portanto, deve ser acessível a todos, independentemente de sua condição social ou econômica. Nesse sentido, a gestão pública deve ser responsável por garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Já se passaram sete décadas desde que,

“O direito à saúde foi reconhecido internacionalmente em 1948, quando da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, ele foi incorporado como o “direito” à assistência em saúde dos trabalhadores com vínculo formal no mercado de trabalho, o que contemplava somente a parcela da população que contribuía para a previdência social e privava a maioria da população ao acesso às ações de saúde, restando a elas a assistência prestada por entidades Filantrópicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, p. 07).”

A primeira medida que a gestão pública deve tomar para garantir uma saúde pública gratuita e de qualidade é o investimento em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos. Isso inclui a construção de hospitais e postos de saúde, aquisição de equipamentos e medicamentos, bem como a contratação de profissionais qualificados, como médicos, enfermeiros e técnicos em saúde. A gestão pública deve ser responsável por garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Na Constituição Federal do Brasil, é dito que,

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2023).

Além disso, é importante que a gestão pública promova a educação em saúde, oferecendo programas de prevenção e conscientização sobre hábitos saudáveis e cuidados com o corpo e mente. É necessário que a população tenha acesso a informações e orientações sobre nutrição, atividade física, prevenção de doenças e cuidados com a saúde mental. Enfim, é “dever do Estado

garantir o processo democrático, erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento social” (ÁVILA, p. 273, 2012).

Outro aspecto relevante é a universalização do acesso aos serviços de saúde. Para isso, é preciso que a gestão pública invista em políticas que garantam o acesso de todos, sem distinção, a serviços de saúde de qualidade. Isso inclui a criação de programas de atendimento gratuito, como o Sistema Único de Saúde (SUS), além da ampliação e fortalecimento dos serviços de atenção básica. No que envolve grande relevância social destaca-se que,

“No tocante à saúde, um dos direitos mais caros à sociedade, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado e organizado sobre três pilares primordiais: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade (art. 198). A participação popular na gestão da saúde pode ocorrer por meio de variados instrumentos, tais como: ouvidorias, conselhos municipais, estaduais e federal, audiências públicas e consultas públicas e orçamentos participativos (MELO, 2012, p. 131).”

Além disso, é fundamental que a gestão pública desenvolva ações de fiscalização e controle para garantir a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. É preciso que haja uma vigilância constante para evitar a má gestão e a corrupção, bem como para fiscalizar as condições de higiene e segurança dos estabelecimentos de saúde.

Outro aspecto importante para a gestão pública é a promoção da participação social na gestão da saúde pública. Isso significa que a população deve ser ouvida e ter voz ativa nas decisões que envolvem a saúde pública, participando de fóruns e conselhos que discutem políticas públicas e avaliam a qualidade dos serviços oferecidos.

É dito que “o exercício da intersetorialidade exige não apenas o desempenho de gestores e trabalhadores, sendo necessária a construção de espaços para o diálogo e práxis intersetorial a partir do desenvolvimento de políticas públicas que orientem e promovam sua efetivação” (SILVA *et al.*, p. 10, 2018).

Para garantir uma saúde pública gratuita e de qualidade, a gestão pública também deve investir na promoção da pesquisa e desenvolvimento na área da saúde. Isso inclui o incentivo à pesquisa científica, o estímulo à formação de profissionais especializados e a criação de programas de inovação tecnológica.

Outro aspecto relevante é a promoção da equidade na saúde. Isso significa que a gestão pública deve garantir que todos os indivíduos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual, religião ou condição socioeconômica.

Enfim, a gestão pública deve investir na articulação entre os diferentes setores da sociedade para promover uma saúde pública gratuita e de qualidade. Isso inclui a cooperação entre governo, iniciativa privada e organizações da sociedade civil para desenvolver programas e projetos em prol da saúde pública.

Esse movimento deve ocorrer como,

[...] um princípio democrático de participação direta e da colaboração, promovendo a governança colaborativa (ou contratual) com atores diversos, com ou sem fins lucrativos, e com a cidadania. Se, por um lado, esses atores são considerados indispensáveis no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, por outro, modifica-se o papel do

Estado, que passa a ser coordenador, articulador ou regulador dessa complexa rede de atores políticos (PECI et al., p. 1, 2021).

Outra medida importante que a gestão pública pode adotar para garantir uma saúde pública gratuita e de qualidade é o fortalecimento da atenção primária à saúde. Essa é a porta de entrada do sistema de saúde e é responsável por prevenir e tratar doenças comuns e de baixa complexidade. Investir na atenção primária significa prevenir complicações de doenças crônicas e evitar internações desnecessárias, o que reduz os custos do sistema de saúde e melhora a qualidade de vida da população.

Existem programas que visam prestar tais atendimentos a população, tal como,

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS que norteia as ações a serem desenvolvidas pela Política de Assistência Social, na perspectiva de garantir atendimento à população com mais qualidade, eficácia, equidade e eficiência, oportunizando crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, idosos e seus familiares a efetivação de seus direitos, compreendendo que a Assistência Social é para todos que dela necessitam. (TELES, p. 1017, 2019).

Além disso, a gestão pública pode trabalhar em parceria com outros países para compartilhar conhecimentos, tecnologias e boas práticas na área da saúde pública. A cooperação internacional pode ajudar a promover a universalização do acesso aos serviços de saúde e a ampliar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde diante de emergências sanitárias globais, como pandemias.

Em resumo, uma gestão pública eficiente é fundamental para garantir uma saúde pública gratuita e de qualidade. Investir em infraestrutura, recursos humanos e tecnologia, promover a educação em saúde, universalizar o acesso aos serviços, desenvolver ações de fiscalização e controle, promover a participação social, incentivar a pesquisa e desenvolvimento, promover a equidade na saúde, fortalecer a atenção primária à saúde e cooperar internacionalmente são medidas essenciais para alcançar esse objetivo. Com uma gestão pública comprometida com a saúde pública, é possível garantir o direito à saúde e melhorar a qualidade de vida da população.

4. SEGURANÇA PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

A gestão das políticas públicas de segurança gratuita e de qualidade é um tema crucial em uma sociedade, pois afeta diretamente a vida dos cidadãos. A segurança é um direito fundamental de todo indivíduo e, por isso, cabe ao Estado garantir que a população esteja protegida contra a violência e a criminalidade. Nessa seção, abordamos as implicações da gestão das políticas públicas de segurança gratuita e de qualidade sob uma perspectiva crítica, considerando seus desafios, limitações e possíveis soluções.

4.1. DESAFIOS DA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA GRATUITA E DE QUALIDADE

No presente tempo, a gestão das políticas públicas de segurança gratuita e de qualidade enfrenta diversos desafios, entre eles a falta de recursos financeiros e humanos, a burocratização, a falta de integração entre as instituições responsáveis pela segurança pública e a desigualdade social.

O direito a segurança pública é inerente a existência humana. Quando esse direito é desrespeitado, existe na realidade, uma afronta a cidadania, ao Estado democrático de direito e a existência do ser humano (XAVIER, 2017). O estrago causado pelas delinquências do crime organizado atinge justamente os cidadãos que estão à margem da sociedade necessitando dos benefícios das políticas públicas sociais.

A violência na sociedade e a ausência das políticas de encarceramento validam a necessidade de incentivo de políticas públicas efetivas e gratuitas (SOBRINHO *et. al.*, 2018). Promover esse debate é necessário visto que o estado social não pode abandonar os menos favorecidos.

A começar pela reestruturação da polícia, o Brasil necessita urgente de novas proposições que lhe possibilite avançar no âmbito da segurança urbana, acerca disso é dito que,

O modelo de polícia brasileiro poderia caminhar para propostas mais eficientes, a começar pela possibilidade da realização do ciclo completo de policiamento — prevenção, repressão e investigação — e, mais ainda, na alteração da estrutura das polícias. A desmilitarização das polícias; a alteração do artigo 144 da Constituição Federal, atribuindo responsabilidade de segurança pública aos municípios, a unificação das polícias (tornando-as todas civis e com ciclos completos); a criação de diversas polícias com competências distintas, determinadas por meio da circunscrição territorial ou por tipo de delito; todos os estes são exemplos de possíveis formas de reestruturação e implementação de uma polícia mais moderna. (SOBRINHO; SILVEIRA; FILHO, p. 202, 2018).

A falta de recursos financeiros e humanos é uma das principais limitações enfrentadas pela gestão das políticas públicas de segurança. Em muitos casos, os investimentos são insuficientes para garantir a qualidade dos serviços prestados, resultando em falta de equipamentos, tecnologia e treinamento adequado para os profissionais da área.

A burocratização é outro desafio enfrentado na gestão das políticas públicas de segurança. A excessiva burocracia pode dificultar o processo de tomada de decisão e tornar o processo de gestão lento e ineficiente. Além disso, a complexidade do sistema pode afetar negativamente a qualidade dos serviços prestados.

A falta de integração entre as instituições responsáveis pela segurança pública é um problema que afeta diretamente a eficácia das políticas públicas. A coordenação entre as instituições policiais, judiciais e de defesa social é essencial para garantir uma resposta rápida e eficaz às demandas da sociedade. Sem uma integração adequada, a atuação das instituições pode ser prejudicada, comprometendo a qualidade e a eficiência das políticas públicas de segurança.

Machado da Silva e Gesta Leal, chegam a mesma ilação ao afirmarem que,

Dito de outro modo, a relevante “tarefa” de respeitar, proteger e promover os direitos fundamentais dos cidadãos não está reduzida a um órgão ou instância do poder público nacional. Ao contrário, deve estar na essência ainda que indiretamente de todas as

A desigualdade social é um fator que pode influenciar a gestão das políticas públicas de segurança. A violência e a criminalidade afetam de forma desproporcional as populações mais pobres e vulneráveis, o que exige políticas específicas e diferenciadas para atender a essas demandas. A falta de investimentos adequados nas regiões mais carentes pode agravar o problema da desigualdade social, comprometendo a eficácia das políticas públicas de segurança. Ainda assim, é importante mencionar que “A eficácia da política pública de segurança pode não estar atrelada somente ao aumento indiscriminado do volume de gastos com o setor, mas à aplicação de recursos em ações efetivas e de impacto a médio e longo prazos (FIGUEIREDO *et al.*, p 439, 2021).”

4.2. LIMITAÇÕES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Para superar os desafios enfrentados pela gestão das políticas públicas de segurança gratuita e de qualidade, é necessário adotar medidas eficazes e inovadoras. Entre as possíveis soluções, destacam-se a integração das instituições, o investimento em tecnologia e inovação, a descentralização do poder decisório e a participação da sociedade civil.

Antes de qualquer coisa “é lícito postular, particularmente, que a tendência atual é a formação de um ciclo de retroalimentação entre o problema da criminalidade e o problema da precarização da vida social, em sentido lato” (SOBRINHO; SILVEIRA; FILHO, p. 202, 2018). Em resposta a essa tendência, vemos a integração das instituições responsáveis pela segurança pública como um elemento fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas.

Além disso, é importante que haja uma coordenação efetiva entre as diferentes áreas envolvidas na segurança pública, como a polícia, o sistema judiciário e as agências de defesa social. Essa integração pode ser alcançada por meio de estratégias como o compartilhamento de informações e recursos, a realização de operações conjuntas e o estabelecimento de protocolos de atuação.

Tratando do crescimento da criminalidade no Ceará e nas divisões do Estado, Xavier (2017) enfatiza a necessidade de políticas públicas de segurança efetivas e gratuitas ao povo, o autor ressalta que,

Indubitavelmente, a temática enceta uma discussão que aponta para a urgente necessidade de políticas estratégicas de segurança pública que possam controlar e combater esse problema sério que tem deixado rastros de pânico. Além disso, as ações dessas quadrilhas organizadas têm ceifado vidas à toa de agentes da segurança pública e causado prejuízos significativos ao patrimônio público e privado, pondo em descrédito a pasta da segurança pública no Estado, sobretudo nos últimos anos. Trazer esse tema ao debate sem dúvida contribui significativamente para demandas de implementação de políticas públicas setoriais vinculadas a programas de governo visando atender a uma demanda social diagnosticada e que necessita de ações concretas por parte do poder público institucionalizado (Xavier, 2017, p. 338).

Outra possível solução é o investimento em tecnologia e inovação. Com a utilização de tecnologias avançadas, é possível melhorar a eficiência e a efetividade das políticas públicas de segurança. Por

exemplo, sistemas de monitoramento e reconhecimento facial podem auxiliar na identificação de criminosos, enquanto drones e câmeras de vigilância podem ser utilizados para aprimorar a segurança em áreas de risco.

A descentralização do poder decisório também pode contribuir para uma gestão mais eficiente das políticas públicas de segurança. A transferência de responsabilidades para as instâncias regionais e municipais pode permitir uma gestão mais ágil e adaptada às demandas locais. Além disso, a participação da sociedade civil na tomada de decisões pode aumentar a transparência e a responsabilidade da gestão pública.

Menelau e Macêdo (2017), apontam para uma gestão estratégica da segurança pública para se efetivar a segurança pública em um Estado social. Os autores afirmam que por mais que as instituições públicas tenham dificuldades de realizarem mudanças estruturais, elas devem se adequar ao ambiente onde estão inseridas.

Durante o estudo, os dados indicam formas para a implantação de uma gestão estratégica como por exemplo, qualidade do suporte operacional, estratégias focadas no ambiente, customização e rapidez das operações entre outras ponderações. Isto posto, está colocado como paradigma da sociedade contemporânea, ações governamentais menos burocráticas, mais flexíveis e menos formais.

Em uma comunidade cada vez mais complexa, o estado social lida com riscos que colocam o mesmo em uma posição de destaque na garantia de novas formas de segurança, olhando para o futuro. O Estado social de direito está intimamente ligado ao cuidado do presente para a transformação benéfica do futuro (MAURICIO JUNIOR, 2017).

No entanto, é importante ressaltar que a implementação dessas soluções deve ser acompanhada de uma avaliação constante dos resultados alcançados. A adoção de estratégias inovadoras requer planejamento e monitoramento cuidadosos para garantir que as políticas públicas de segurança sejam efetivas e atendam às demandas da sociedade.

Segundo TAVARES (2005, p. S/D) a assistência social irá garantir que as pessoas recebam prestações sociais gratuitas e mínimas, o Estado provendo assim condições dignas a todos, mediante isto uma norma regulamentadora facilitará esse processo. Já MORAES (2002) afirma que quando os direitos fundamentais é um fundamento do Estado Democrático de Direito, uma obrigatoriedade do Estado Social tende a se obter uma nação menos desigual, melhorando com isso a qualidade de vida das pessoas que necessitam mais.

O atlas da violência aponta para a qualidade das políticas públicas como um forte recurso para a diminuição da criminalidade. O estudo indica que as transformações sociais, sem a responsabilidade estatal, tanto na questão de segurança pública, como também na prevenção social, envolvendo cultura, saúde, educação e assistência social, corrobora para o aumento do crime organizado (SOBRINHO, *et.al.*, 2018).

Enfim, a gestão das políticas públicas de segurança gratuita e de qualidade é um desafio complexo, que envolve uma série de fatores interdependentes. É necessário que haja investimento adequado

em recursos financeiros e humanos, além de medidas eficazes e inovadoras para superar os desafios enfrentados pela gestão das políticas públicas de segurança.

De acordo com Fischer e Forester (1993), a gestão é um ato relacional que produz significados, serviços e bens, realizado a partir de processos complexos, contextualizados, políticos, culturais, entre outros. Atividades com alto grau de dificuldade também produzem efeitos positivos no desenvolvimento das políticas.

Para Lima *et. al.*, coadunando com tema aqui discutido, afirmam que:

Nosso desafio é adensar politicamente a defesa de que, exatamente, essas são duas faces complementares de um mesmo processo e que nenhuma delas conseguirá êxito permanente sem que a outra seja simultaneamente assumida também como prioridade. Temos que modernizar a arquitetura institucional que organiza as respostas públicas frente ao crime, à violência e à garantia de direitos. O foco, a nosso ver, não está no debate exclusivo da legislação penal e processual penal e/ou na gestão incremental da ordem conservadora, mas na forma como o Estado organiza e administra seus poderes e instituições (2016, p. 65).

Os autores Machado da Silva e Gesta Leal (2021), apontam para uma reformulação do conceito de segurança, sendo que este e os demais direitos fundamentais não são reduzidos a um órgão ou instância superior, mas a todos os mecanismos do Estado social contemporâneo. Sendo assim, a participação popular ganha importância visto que o objetivo da gestão pública é dar resposta aos anseios sociais.

Por fim, a integração das instituições, o investimento em tecnologia e inovação, a descentralização do poder decisório e a participação da sociedade civil são possíveis soluções que podem contribuir para uma gestão mais eficiente e efetiva das políticas públicas de segurança. No entanto, é importante que essas medidas sejam implementadas de forma cuidadosa e acompanhadas de uma avaliação constante dos resultados alcançados. Assim será possível garantir parcialmente a segurança e o bem-estar da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, a gestão pública deve estar a serviço da educação, saúde e segurança pública gratuita e de qualidade.

É destacado o papel do Estado em garantir as condições necessárias para o acesso à educação básica, pública, gratuita e de qualidade, e a necessidade de investimento adequado nesse setor. O texto ressaltou que a falta de recursos compromete a formação dos estudantes, a valorização dos profissionais da educação e a oferta de infraestrutura adequada e programas de formação continuada para os professores. Além disso, a transparência e a accountability dos gestores públicos são apontadas como elementos essenciais para garantir uma gestão pública eficaz e responsável, que promova a participação democrática e a responsabilização dos agentes públicos. Por fim, destacou-se a importância do diálogo e da participação democrática da sociedade na construção de políticas educacionais que atendam às necessidades da comunidade escolar. foi

ênfatizado que a educação deve ser voltada para a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade justa, igualitária e democrática, e que o investimento em educação é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Em suma, a saúde pública gratuita e de qualidade é um direito fundamental de todos os seres humanos, e a gestão pública tem o papel de garantir sua implementação por meio de políticas públicas eficientes. Para isso, é essencial o investimento em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, bem como a promoção da educação em saúde e a universalização do acesso aos serviç os de saúde. Além disso, a oes de fiscalização e controle, promoção da participação social e incentivo à pesquisa e desenvolvimento na área da saúde são medidas fundamentais para assegurar a qualidade dos serviç os de saúde oferecidos   população.

  necessário que a gestão pública atue de forma comprometida e responsável, buscando sempre aprimorar a saúde pública e garantir o acesso universal e igualitário a serviç os de qualidade, sem distinção de condição social ou econ mica. É por meio de uma gestão eficiente, transparente e participativa que será possível alcanç ar uma saúde pública gratuita e de qualidade, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de toda a população. Afinal, a saúde é um direito humano fundamental que deve ser protegido e garantido pelo Estado, visando sempre o benefício de todos os cidadãos.

Em conclusão, a gestão das políticas públicas de seguranç a gratuita e de qualidade é um desafio complexo que enfrenta diversas limitações, como a falta de recursos financeiros e humanos, a burocratização, a falta de integração entre as instituições responsáveis pela seguranç a pública e a desigualdade social. É fundamental que o Estado garanta o direito   seguranç a pública, que é um direito fundamental de todo indivíduo, e implemente políticas efetivas e gratuitas para promover a seguranç a da população.

Para superar esses desafios,   necessário investir em recursos financeiros e humanos adequados para garantir a qualidade dos serviç os prestados, simplificar a burocracia e tornar o processo de gestão mais eficiente, promover a integração entre as instituições responsáveis pela seguranç a pública e implementar políticas específicas para atender às demandas das populações mais pobres e vulneráveis.

Além disso, é importante considerar propostas de reestruturação do modelo de polícia brasileiro, como a possibilidade de realização do ciclo completo de policiamento, a desmilitarização das polícias, a unificação das polícias civis e a criação de polícias com competências distintas.   necessário também que a responsabilidade pela seguranç a pública seja atribuída aos municípios.

É fundamental que a gestão das políticas públicas de seguranç a gratuita e de qualidade esteja comprometida com o respeito, proteção e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos, e que sejam implementadas a oes efetivas para combater a violência e a criminalidade, visando garantir a seguranç a de todos os indivíduos, independentemente de sua condição social. A seguranç a pública de qualidade é um componente essencial para uma sociedade justa, democrática e equitativa, e a busca por soluções efetivas para os desafios enfrentados na sua gestão deve ser uma prioridade para o Estado e para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, H. **Sistema Constitucional Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (Org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BENCINI, Roberta. Todas as leituras. Nova Escola. 2006. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/2645/todas-as-leituras>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília: MEC, 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rio de Janeiro, 51(1): 147-156, jan.-fev. 2017.

CABRAL, K. M.; GARBOGGINI DI GIORGI, C. A. O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. Educação, vol. 35, nº. 1, p. 116-128, enero-abril, 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Unicef. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acessado em: 10 de abril. 2023.

DIAS, E; PINTO, F. C. F. Educação e Sociedade. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-455, jul./set. 2019.

EMENDA CONSTITUCIONAL No 64. Planalto. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 10 de abril. 2023.

FERRAZ, C., F., F., & Moreira D. Corrupção, Má Gestão, e Desempenho Educacional: Evidências a partir da Fiscalização dos Municípios. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. 2008.

FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FIGUEIREDO, S. O., *et al.*, Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. Revista de Administração Pública, v. 55, n.2, mar-abr, 2021.

FISCHER, F.; FORESTER, J. The argumentative turn in policy analysis and planning. Durham: Duke University Press Books, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURGHESTTI, M. L. S.; GRECO, M. T. C.; CARDOSO, R. C. F. Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento. Anais do IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, Polícias e Segurança Pública no Brasil. Revista Direito GV, v. 12, n. 1, 49-85, jan-abr, 2016.

MACHADO DA SILVA, R.; GESTA LEAL, R. O DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E O CAMINHO PARA SUA EFETIVAÇÃO. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 17, n. 37, p. 1-16, 29 jul. 2021.

MAURICIO JUNIOR, A. Do estado social ao estado de risco: a transformação do paradigma da segurança no estado constitucional de direito. Revista de Direito Administrativo, v. 274, p. 133–173, 2017.

MELO, Cristina Andrade. A audiência pública na função administrativa. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MENELAU, S.; MACÊDO, F. G. L. Estudo sobre Ressonância Estratégica na Gestão da Segurança Pública em uma Organização Policial Brasileira. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 2, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caminhos do direito à saúde no Brasil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PECI, A. *et al.*, Administração, gestão e políticas públicas: interfaces e diálogos com o campo organizacional. Cadernos EBAPE.BR. v. 19, Edição Especial, Rio de Janeiro, nov. 2021.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, F. C. F.; DIAS, E. Educação e pesquisa. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 505-8, jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, nov, 2007.

SANTOS, S. S. *et al.* Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. *Cad. EBAPE.BR*, v. 15, nº 4, Artigo 11, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. L. M.; QUEIROZ, M. F. M. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Planejamento e políticas públicas, ppp*, n. 50, jan./jun. 2018.

SOBRINHO, S. F. C.; SILVEIRA, C. E. M.; FILHO, A. G. G. B. Ambiente urbano e segurança pública: contribuições das ciências sociais para o estudo e a formulação de políticas criminais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, V. 8, nº 1, Abr. 2018.

TAVARES, M. C. *Gestão estratégica*. São Paulo: Atlas, 2005.

TELES, I. M. S. C.; LIMA, M. C. R. Gestão da política pública de assistência social: uma revisão bibliográfica em relação à vulnerabilidade social. *Rev. Mult. Psic.* v. 13, n. 44, p. 1016-1024, 2019.

XAVIER, A. R. Políticas públicas em combate ao crime organizado: ações da polícia militar do Ceará nas dívidas do estado. *Planejamento e políticas públicas, ppp*, n. 48, jan./jun. 2017.



Samara Barbosa Ferreira

samarabarbosafferreira1@gmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Adventista da Bahia, Cachoeira, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5283-8517>

Ana Flávia Soares Conceição

anasoares.psicologia@gmail.com

Mestra em Psicologia. Docente de Psicologia na Faculdade Adventista da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6654-0785>

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

O PAPEL DA POPULAÇÃO IDOSA NA MANUTENÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

*THE ROLE OF THE ELDERLY POPULATION IN THE CULTURAL
MAINTENANCE OF QUILOMBOLAS COMMUNITIES*

RESUMO

A população idosa, em diferentes culturas, historicamente ocupa um lugar de sabedoria e carrega a responsabilidade da propagação dos saberes e costumes às gerações que as procedem. Dessa forma, este artigo tem como objetivo entender como ocorre a transmissão cultural dos idosos quilombolas às gerações mais novas, reconhecendo a importância destes processos na manutenção cultural dos quilombos, bem como, com base no conceito psicanalítico de transmissão psíquica geracional, conhecer seus efeitos e compreender como os aspectos inconscientes se manifestam através das gerações. A partir dos buscadores: idosos quilombolas; elementos culturais; transmissão psíquica geracional, foram achados 23 artigos, dos quais 13 foram considerados, encontrados nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, publicados no período de 2006 a 2022. Por conclusão, apresenta-se a indiscutível importância da população idosa nos processos de transmissão e manutenção cultural, onde a narrativa oral se liga diretamente à memória e identidade grupais. A transmissão psíquica geracional, por sua vez, é enfatizada nos processos traumáticos vivenciados por diversas gerações ao longo dos séculos, repercutindo nas gerações seguintes.

Palavras-chave:

Idosos quilombolas. Elementos culturais. Transmissão Psíquica Geracional.

Keywords:

Elderly quilombolas. Cultural elements. Generational Psychic Transmission.

FERREIRA, Samara Barbosa; CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares. O papel da população idosa na manutenção cultural das comunidades quilombolas. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 39 - 47, Dezembro 2023.

ABSTRACT

The elderly population, in different cultures, historically occupies a place of wisdom and carries the responsibility of spreading knowledge and customs to the generations that precede them. Thus, this article aims to understand how the cultural transmission of the quilombola elderly to the younger generations occurs, recognizing the importance of these processes in the cultural maintenance of the quilombos, as well as, based on the psychoanalytic concept of generational psychic transmission, to know its effects and understand how unconscious aspects are manifested across generations. From search engines: quilombola elderly; cultural elements; generational psychic transmission, 23 articles were found, of which 13 were considered, From search engines: quilombola elderly; cultural elements; generational psychic transmission, 23 articles were found, of which 13 were considered, found on the Scielo and Google Scholar platforms, published from 2006 to 2022. In conclusion, the undeniable importance of the elderly population in the processes of transmission and cultural maintenance is presented, where the oral narrative is directly linked to the memory and identity of the group. The generational psychic transmission, in turn, is emphasized in the traumatic processes experienced by several generations over the centuries, with repercussions on subsequent generations.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que, ao decorrer da história e variando entre culturas, a velhice caminhou por entre alguns significados. Através de um estudo feito por Oliveira (s.d), observa-se que, mesmo esta sendo uma noção dependente de variáveis como tempo histórico e cultura, na maioria das sociedades antigas a velhice era associada à sabedoria e, em consequência disto, o velho ocupava um lugar fundamental, sendo visto como responsabilidade pública e tratado com respeito e consideração. Utilizando como exemplo o costume dos antigos Hebreus, que tinham seus idosos como líderes naturais e os consultavam quando necessário, é possível identificar que desde os tempos remotos a população idosa possui um lugar característico de sabedoria, devendo ser valorizada.

No que diz respeito às comunidades quilombolas, que têm como principal fonte de história a transmissão oral, essa população carrega o papel de guiar as novas gerações no que diz respeito à manutenção de sua cultura e tradições. Tendo isso em vista, o presente artigo tem como objetivo entender a importância dos idosos na transmissão cultural das comunidades quilombolas, identificando a forma como transmitem seus conhecimentos aos mais jovens e reconhecendo a importância destes no processo de manutenção cultural dos quilombos.

Para a construção do trabalho foram levados em conta conceitos chave, definidos a partir das leituras logo mais citadas, considerados como base para o entendimento da importância dos idosos nos processos de transmissão cultural em comunidades quilombolas.

Silva (2016) conceitua que a memória coletiva emparelha as vivências de fatos passados e as necessidades e perspectivas do presente. Seguindo essa linha de pensamento, a autora conclui que o passado está continuamente em um processo de reconstrução, vivificação e ressignificação, tendo como atributo a transformação dos fatos passados em imagens e narrativas sem rupturas, sempre inclinando-se para uma relação contínua entre o passado e o presente. Dessa forma, a memória coletiva das comunidades quilombolas trás, no contexto atual, a afirmação de sua identidade através das práticas coletivas que outrora foram elaboradas por seus antepassados e que permanecem vivas, sendo mantidas por diferentes gerações (OLIVEIRA et al., 2018).

Pode-se, então, correlacionar a memória coletiva das comunidades quilombolas com sua identidade. Santos (2014) afirma que, a partir da compreensão de que a identidade quilombola nasce da narração dos idosos, e esse fato não se atrela unicamente à veracidade dos fatos, a comunidade passa a experimentar uma redescoberta e valorização das pessoas idosas, o que acaba tirando-as de uma posição de desprezo. Conclui, então, que a memória coletiva é construída a partir da memória individual dos idosos.

Mascarenhas e Oliveira (2017) ponderam no que tange à produção de conhecimento que, de modo geral, entende-se a escrita como sendo a única fonte. Assim, desconsiderando-se os saberes e fazeres transmitidos por meio da oralidade, invisibiliza-se o que vem por meio desta e, por consequência, os diversos povos que a partir da tradição oral não apenas transmitem seus conhecimentos e saberes, mas asseguram sua existência. Refletem, por fim, que a falta de conhecimento sobre a validade dos saberes tradicionais direciona a desacreditar se uma sociedade fundamentada nas tradições orais e em seus conhecimentos sobre suas origens e história.

Apesar de a oralidade se apresentar como principal meio de passagem cultural e de saberes da população idosa às conseqüentes, se faz relevante a observação da transgeracionalidade psíquica como elemento importante nos processos de transmissão. Rehbein e Chatelard (2013) a explicam como algo decorrente de processos psíquicos inconscientes que se estabelece nas subjetividades das dimensões tanto do imaginário quanto do simbólico, como também do imaginário e do real e nos elos geracionais familiares, elaborando-se de forma transubjetiva, pois excede os campos do intersubjetivo e do intrasubjetivo.

A transmissibilidade, conforme trazem Pereira e Freitas (2020), não abrange somente aquilo que é conveniente ou que se quer transmitir. Por sua vez, inclui fragmentos da história de um sujeito e/ou de uma geração. As autoras concluem que o não há constituição psíquica, tão pouco sujeito psíquico, sem transmissão psíquica.

MÉTODO

A base metodológica deste estudo consiste em uma pesquisa de revisão bibliográfica de natureza narrativa. Importante considerar, que a pesquisa bibliográfica narrativa é um método que busca

compilar e sintetizar informações de diversas fontes, incluindo livros, artigos, relatórios e outras publicações, para criar uma narrativa coerente sobre um determinado tema.

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador realiza uma revisão sistemática da literatura existente sobre o assunto em questão, analisando e interpretando as informações obtidas para elaborar uma narrativa que reflita os principais aspectos do tema estudado.

A pesquisa bibliográfica narrativa pode ser útil em diversas áreas do conhecimento, permitindo que os pesquisadores desenvolvam uma compreensão mais profunda e abrangente de um determinado assunto, identifiquem tendências e lacunas na literatura e ofereçam contribuições originais para o campo de estudo.

Neste estudo foram tidos como fonte para elaboração da revisão narrativa artigos das plataformas Scielo e Google Acadêmico, publicados no período de 2006 a 2022, os quais foram escolhidos a partir dos descritores: idosos quilombolas, elementos culturais e transmissão psíquica geracional.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os quilombos se constituem como símbolo de resistência da trajetória de combate contra a desigualdade na história do povo negro do Brasil, e, como reitera Siqueira (s.d.), se estabelecem como uma das maiores expressões de luta organizada do país ao se colocar em resistência ao sistema colonial-escravista:

“Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação políticoideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei que atirou os ex-escravizados numa sociedade na qual estes não tinham condições mínimas de sobrevivência.” (SIQUEIRA; s.d.)

A trajetória do povo negro, ainda hoje regida por resistência ao preconceito racial que persiste na sociedade, trás particularidades de importante análise para o entendimento das construções psíquicas destes. Os elementos culturais, passados de geração em geração, carregam consigo um peso de grande estima para a manutenção de suas tradições e cultura.

No que diz respeito a essas tradições, Santos et al. (2019), em um estudo feito na comunidade quilombola do Engenho da Ponte, localizada em Cachoeira, no recôncavo baiano, destacam a festa de São Roque, realizada pelas comunidades quilombolas situadas nas redondezas da Bacia do Iguape em estima à São Roque como forma de vivenciar a própria comunidade em seus distintos

modos de expressar religiosidade e identidade. Destacam a importância desta tradição para que a passagem cultural suceda de forma contínua ao longo das gerações:

“A festa traz consigo implicações de uma maneira fundamental de ativar um repertório musical de referência religiosa, afrodescendente que se estimula através de uma performance do saber quilombola, através das cantigas, toques musicais, danças, rezas e ritos, transmitidas pela metodologia de oralidade, transmissão específica, aprendida no contínuo fazer das transmissões intergeracionais. São assim difundidos conhecimentos artísticos, religiosos e culturais quilombolas que se constituem na oralidade não apenas numa metodologia de transmissão de conhecimentos, mas de construir e gerar novas epistemologias sociais negras, nas conversas orais entre os pares.” (SANTOS, et al., 2019).

Vê-se, portanto, que a transmissão de saberes e culturas nos quilombos, apesar de ligada diretamente à oralidade, se constitui também nas diversas formas de manifestações culturais grupais e, como as autoras desse estudo concluem, a festa se mostra um evento relevante de preservação da memória e do patrimônio imaterial da comunidade, revelando que há atualizações em andamento, visando a manutenção da tradição.

É necessário que as novas gerações se afilem às tradições tanto quanto aquelas que as antecederam para que elas possam perpetuar. Oliveira et. al. (2018) relatam em seu estudo a participação ativa dos idosos quilombolas nos espaços coletivos (associações de moradores etc.), afirmando que em alguns quilombos o envelhecimento assume a responsabilidade e o comprometimento com as demandas coletivas, enquanto demonstram preocupação na relação das demais gerações quilombolas com o envolvimento comunitário. Destacam a diferença de papéis das gerações nos quilombos, de forma que a população idosa se responsabiliza pela organização comunitária, enquanto outras gerações tendem a assumir papéis desvinculados às demandas territoriais e coletivas. As autoras enfatizam isso como parte de um processo socialmente construído que culmina na extinção da identidade dos povos tradicionais.

Tal extinção tem sido fonte de preocupação da geração idosa dos quilombos é crucial, pois, como colocado por Vasconcelos e Lima (2015), não se pode considerar a constituição do sujeito sem a construção da cultura que o antecede, pois esta é passada de geração em geração com o intuito de sustentar a vida em grupo e a existência individual de cada pessoa.

Nesse ponto se torna interessante a análise da transmissão psíquica transgeracional dos povos quilombolas. Para iniciar a investigação desse fenômeno, as considerações de Reis (2019) a respeito do trauma são relevantes:

“O trauma, em sua dimensão intersubjetiva e coletiva, implica uma memória enquistada, clivada, cujo acesso se faz por repetição de sensações, pequenas percepções de diferenciais intensivos, de sinestésias que perduram como expressão corporal em grande parte incompreensível para o próprio indivíduo. Para abordar a questão da transmissão da memória traumática tanto no plano que envolve vivências individuais, familiares e coletivas, precisamos olhar mais do que para o indivíduo: temos que olhar para as gerações que o precedem.” (REIS, 2019).

A autora coloca o trauma como um dano feito a um corpo por alguma força externa acidental, agressiva ou autoagressiva e que resulta em uma ruptura de continuidade, se constituindo como

um evento trans-subjetivo e ressaltando que sua natureza é sempre coletiva, ao passo em que se estabelece como uma cadeia de concepções que sustentam e penetram os comportamentos agressores, afetando desde o indivíduo até uma família, um grupo ou um povo. À vista disso, cada sujeito tem seu próprio repertório de defesas para lidar com o trauma, e a sociedade também apresenta suas aflições com os resultados do que foi silenciado e do que não pôde ser simbolizado (SANTOS; GHAZZI, 2012).

Ao que tange a transmissão psíquica geracional e as vivências coletivas, Reis (2019) acentua o que foi trabalhado por Freud em Totem e Tabu, no qual este coloca:

“Então surgem duas novas questões: o quanto pode ser atribuído à continuidade psíquica na sequência de gerações, e de quais meios e caminhos serve-se uma geração para transmitir à geração seguinte os seus estados psíquicos. Não direi que tais problemas estejam suficientemente esclarecidos ou que a tradição e a comunicação direta, em que primeiramente se pensa, bastem para o exigido. Em geral, a etnopsicologia pouco se ocupa da maneira como se produz a requerida continuidade na vida psíquica das gerações que se sucedem. Uma parte da questão parece ser resolvida pela herança de disposições psíquicas, que, porém, necessitam de determinados ensejos na vida individual para se tornarem efetivas.” (FREUD, 1912/1914, p. 154)

Ressaltando, portanto, o prejuízo que cairia sobre as próximas gerações caso a transmissão não ocorra e, como colocado por Freud, a insuficiência da comunicação direta e da tradição para o êxito dos processos de transmissão, a autora destaca que a transmissão não é realizada por uma comunicação direta onde se faz uso da narrativa, pois transcende o que pode ser disseminado através desta, visto que não é o bastante para compreender a transferência de estados psíquicos através das gerações. O mesmo se aplica à tradição.

Nesses diversos processos que envolvem a transmissão cultural e o papel fundamental dos idosos para que seja possível a propagação dos saberes, culturas, etc, Oliveira et.al. destacam que nos processos de construção e relação social, papel da população idosa se liga intimamente com a memória através da oralidade, ressaltando a identidade negra como um legado histórico interseccionado por diferentes formas de resistência aos processos de escravização e desigualdade social. Destacam ainda:

“A opressão racial e o racismo fazem parte do processo histórico da escravidão e culminam no surgimento do preconceito e da desigualdade racial no Brasil. Estigmas e estereótipos recaem, durante a história do país, sobre os indivíduos e grupos dessa raça/etnia, ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista produz as desigualdades sociais decorrentes da exploração da mão de obra da população brasileira.” (OLIVEIRA et.al., 2018)

Pereira (2014) ressalta a relevância da oralidade para a cultura africana, visto que por meio dela se estrutura importante relação entre o passado e o presente no cotidiano, onde uma ligação entre as heranças culturais e os costumes nutrem a realidade africana por intermédio das experiências dos vivos e dos que já se foram. A autora destaca:

“Ong (1998, p. 52), por sua vez, corrobora a relevância do papel dos mais velhos em nossa sociedade, por aqueles constituírem uma matriz cultural africana, ao afirmar que ‘a sociedade tem alta conta àqueles anciãos e anciãs sábios que se especializam em conservá-lo, que conhecem e podem contar as histórias dos tempos remotos’.” (PEREIRA, 2014.)

Evidencia, portanto, a constituição da transmissão oral como a gênese do processo de transferência de saberes transgeracional da humanidade por ter assumido esse papel antes do surgimento da escrita. Os mais velhos, naquela sociedade tidos como aqueles que detém sabedoria e conhecimento devido às suas experiências de vida, repassavam seus conhecimentos e memórias auditiva e visual eram os únicos recursos possíveis para que os o processo de transmissão sucedesse às novas gerações.

Além disso, a oralidade também é vista como um meio de fortalecer a identidade cultural quilombola, uma vez que as histórias contadas pelos mais velhos são repletas de símbolos, crenças e valores que ajudam a preservar e perpetuar as tradições de um povo. Dessa forma, a oralidade é um elemento fundamental para a manutenção da cultura dentro das comunidades remanescentes e tem um papel central na formação da identidade dos quilombolas que a utilizam como forma de comunicação e transmissão de saberes.

CONSIERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido nos estudos apresentados ao decorrer deste trabalho, conclui-se a indiscutível importância da população idosa não apenas para a transmissão de conhecimentos e costumes, mas também para a propagação da história de cada comunidade, garantindo essa passagem às novas gerações. A transmissão psíquica geracional, como um processo inconsciente, ocupa um grande espaço na elaboração das transmissões na população negra brasileira, principalmente no que tange o aspecto do trauma, que mostra seus efeitos nocivos mesmo nas gerações posteriores àquela que sofreu o atentado, nesse caso, àquela que foi escravizada por trezentos séculos. Percebe-se, portanto, a narrativa oral intimamente ligada à memória e identidade de todo o grupo, pois, ao passo que o indivíduo faz uso da oralidade para compartilhar seus saberes, esta memória, até então individual, passa a construir um fenômeno de memória coletiva, perpetuando a identidade da comunidade como um todo e fazendo com que sua manutenção seja adequada.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu** (1913). In: FREUD, S. Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914) São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MASCARENHAS, Mayre; OLIVEIRA, Sidney. **Narrativas, Tradições Orais e suas manifestações nos Territórios Quilombolas África e Laranjituba, Moju Pa: a narrativa do Emu—a bebida sagrada**. Simpósio nacional de história, v. 29, 2017. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502475660_ARQUIVO_ARTIGO_COMPLETO_XXIX_SNH.pdf. Acesso em: 07/12/2022.

OLIVEIRA, Simone et al. **Idosos quilombolas, identidade étnica e memória**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=IDOSOS+QUILOMBOLAS%2C+IDENTIDADE+%C3%89TNICA+E+MEM%C3%93RIA&btnG=. Acesso em 08/12/2022.

OLIVEIRA, Thaís. **Conceitos de velhice e seus estigmas ao longo da história, s.d**. Disponível em: <http://seminariogenero.unespar.edu.br/resexp/trab2016/CONCEITOS%20DE%20VELHICE%20E%20SEUS%20ESTIGMAS%20AO%20LONGO%20DA%20HIST%C3%93RIA.pdf>. Acesso em 07/12/2022.

PEREIRA, Camila; FREITAS, Maria. **Transmissão psíquica geracional vinculada com as dimensões de repetição e transformação**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/8HdjGySz4vfg9JhDhCnvXhN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30/03/2023.

PEREIRA, Luciana. **Nas trilhas de uma comunidade quilombola: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade**, 2014. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/files/2017/10/DISSERTA%C3%87%C3%83O-LUCIANA-DE-ARA%C3%9AJO-PEREIRA.pdf>. Acesso em: 25/04/2023.

REHBEIN, Mauro; CHATELARD, Daniela. **Transgeracionalidade psíquica:**

uma revisão de literatura, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/QVfddnNpQK8bWbCWbBy8ZtC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04/04/2023.

REIS, Eliana. **Transmissão transgeracional: subjetivação do trauma coletivo**, 2019. Disponível em: http://cprj.com.br/primordios/06/05_Transmiss%C3%A3o%20transgeraciona.pdf. Acesso em: 23/04/2023.

SANTOS, Bárbara; ALVES, Rita; SANTOS, Selma. **Memória e transmissão oral dos saberes quilombolas**, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111933.pdf>. Acesso em: 03/11/2002.

SANTOS, Gildásio. **Linguagem e narrativa de idosos: elementos centrais no processo de construção da memória coletiva e afirmação da identidade na comunidade quilombola do quenta sol.** Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493, v. 9, n. 1, p. 1747-1756, 2014. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/2635/2302>. Acesso em: 07/12/2022.

SANTOS, Vinícius; GHAZZI, Mercês. **A transmissão psíquica geracional**, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ZbdMbmJG6Jb89fDGW8RGkKF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23/03/2023.

SCHNEIDER, Rodolfo; IRIGARAY, Tatiana. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2008, v. 25, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/LTdthHbLvZPLZk8MtMNmZyb/?lang=pt>. Acesso em 08/12/2022.

SILVA, Giuslaine. **A memória coletiva.** Revista Aedos, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 247–253, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/59252>. Acesso em: 07/12/2022.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. **Quilombos no Brasil e a singularidade de palmares**, s.d. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14/04/2023.



Ismael Ribeiro dos Santos

ismaelribeiropsi@gmail.com

Acadêmico de Psicologia. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4015-1182>. Faculdade Adventista da Bahia.

Jonnas Silva Vasconcelos

jonnaskatia12iasd@gmail.com

Acadêmico de Psicologia. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9620-2494>. Faculdade Adventista da Bahia.

Ana Flávia Soares Conceição

anasoares.psicologia@gmail.com

Mestra em Psicologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6654-0785>. Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

DEPRESSÃO EM IDOSOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE ABANDONO FAMILIAR DE IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

RESUMO

Introdução: O tema desse artigo é depressão em idosos frente ao abandono familiar em instituições de longa permanência. Aqui, questiona-se quais as principais consequências na saúde emocional dos idosos devido ao abandono familiar. **Objetivo:** Analisar os principais aspectos da depressão em idosos abandonados em instituições de longa permanência. Como objetivos específicos o presente trabalho busca compreender quais os sinais e sintomas mais comuns da depressão em idosos institucionalizados e descrever a incidência e efeitos psíquicos e comportamentais da depressão em idosos nessas condições. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão da literatura de caráter narrativo. Foi-se pesquisado artigos científicos na plataforma Google Acadêmico a partir dos descritores “depressão”, “instituições de longa permanência” e “abandono familiar”, certificados nos Descritores em Ciências de Saúde (DECS). Foram usados artigos publicados entre os anos de 2018 e 2023. **Conclusão:** O presente estudo de revisão sugere então que o processo de institucionalização potencializa o desenvolvimento da depressão no idoso. Essa hipótese se confirma no desenrolar dos sinais e sintomas que se manifestam no ato do abandono familiar nas Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Palavras-chave:

Depressão. Idoso. Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Keywords:

Depression. Elderly. Long-Term Care Institutions for the Elderly.

SANTOS, Ismael Ribeiro; VASCONCELOS, Jonnas Silva; CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares. Depressão em idosos: uma discussão sobre abandono familiar de idosos em instituições de longa permanência. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 48 - 61, Dezembro 2023.

ABSTRACT

Introduction: The topic of this article is depression in elderly people facing family abandonment in long-term care institutions. Here, we question the main consequences on the emotional health of elderly people due to family abandonment. **Objective:** To analyze the main aspects of depression in abandoned elderly people in long-term care institutions. As specific objectives, this work seeks to understand the most common signs and symptoms of depression in institutionalized elderly people and to describe the incidence and psychological and behavioral effects of depression in elderly people in these conditions. **Methodology:** This is a narrative literature review. Scientific articles were searched on the Google Scholar platform using the keywords “depression”, “long-term care institutions”, and “family abandonment”, certified in the Health Sciences Descriptors (DECS). Articles published between 2018 and 2023 were used. **Conclusion:** The present study suggests that the institutionalization process enhances the development of depression in the elderly. This hypothesis is confirmed by the signs and symptoms that manifest in the act of family abandonment in Long-Term Care Institutions for the Elderly.

INTRODUÇÃO

A depressão tem sido cada vez mais comum na vida dos idosos, comprometendo sua qualidade de vida e rotina. De acordo com o DSM-5, a depressão é caracterizada por um grau de tristeza grave ou persistente, podendo interferir no dia a dia da pessoa, pedia seu interesse ou prazer em atividades diárias (1). Refletir a realidade de idosos institucionalizados nestas condições é de suma importância para o desenvolvimento de possíveis complicações, bem como para a obtenção de saúde por parte dos idosos.

Espera-se que em 2050 existam cerca de 2,1 bilhões de idosos no mundo (2), pois o envelhecimento da população é uma realidade que se eleva, principalmente nos países emergentes, como o Brasil (3). De acordo com as estimativas da Organização Mundial da Saúde, expostas em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (4), o número de idosos no Brasil deve aumentar. Possivelmente, em 2060, a população idosa do Brasil poderá atingir cerca de 173,47% (5).

O envelhecimento é concebido como sendo um evento biológico, psicológico e sociológico que ocorre a partir dos 60 anos de idade. Nessa fase da vida, o ancião apresenta um declínio em relação as suas condições de desempenho em atividades cotidianas (6).

Conforme a transição demográfica no Brasil, o número de pessoas que passou a fazer parte da população de idosos aumentou de forma significativa e em paralelo, crescem gradativamente as perturbações de humor, típicas dessa fase da vida, inserindo-se os de ordem depressiva (7).

Diante dessas previsões, a necessidade de busca por inserção social do idoso aumenta como alternativa para mantê-lo independente e saudável. O processo de envelhecimento delimita alguns limites, mas, de toda forma, o idoso tem seu lugar na sociedade. A redução da capacidade funcional é um exemplo claro desses limites ⁽⁸⁾.

Dados de 2019 do IBGE apontam que os idosos tiveram prevalência maior de diagnóstico de depressão. Tal estudo tolerado que idosos entre 60 e 64 anos representavam 13,2% do total de casos ⁽⁴⁾. Cerca de 6% da população mundial recebe diagnóstico de depressão por ano, sendo três vezes maior a possibilidade de enfrentar um episódio depressivo ⁽⁹⁾.

Cerca de 300 milhões de indivíduos no mundo enfrentam o transtorno depressivo, por esse motivo o mesmo deve ser encarado como um problema de saúde pública (OMS, 2020). A incapacidade social é considerada pela Organização Mundial da Saúde uma das principais consequências da depressão na vida do idoso. Costura-se aqui a ideia da importância observada do trabalho na vida do homem e nas consequências que a falta dele acarreta a vida dos idosos.

Além da incapacidade social, cerca de 20-30% dos episódios depressivos apresentam maiores consequências à saúde dos idosos, além de apresentarem os piores episódios clínicos ⁽¹⁰⁾. Levando em consideração as projeções acima cognitivas, é necessário maior compreensão por parte dos profissionais de saúde e da população em geral sobre a depressão e os fatores que a constituem, por representar um grande agravo à saúde pública e preocupação de especialistas na área geriátrica.

Com o aumento da expectativa de vida, houve um enorme crescimento na prevalência das chamadas de doenças crônicas não transmissíveis. Um exemplo característico dessa doença é a depressão, que tem alta prevalência, principalmente na faixa etária acima dos 60 anos. Isso caracteriza uma fase desafiadora de vida para os idosos, que nem sempre conta com o apoio familiar e necessidade social ⁽¹¹⁾.

O envelhecimento é mais notório e impactante em países conhecidos, e com o crescimento exacerbado da população idosa no Brasil, há uma maior necessidade de prestar atenção a esse público logo ao atingir tal faixa etária. Nessa fase, podem surgir algumas dificuldades físicas provenientes da manifestação de doenças orgânicas, como possíveis alterações cognitivas e psicológicas associadas ao envelhecimento normal e patológico.

É nesse cenário que os transtornos psicológicos entram em cena, entre eles a depressão. A depressão é um distúrbio de origem multifatorial da área do humor ou afetiva. Ela exerce um forte impacto funcional envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais, cujos sintomas apresentam variações na natureza da doença de um indivíduo para outro. No idoso, por exemplo, esse quadro é mais agravado devido a fatores de renda como perdas materiais e de entes queridos, rejeitados dos filhos, reduzidos, entre outros ⁽¹²⁾. Diante desse mesmo cenário, os sintomas costumam ser a perda de interesse, falta de energia, ansiedade potencializada, irritabilidade, humor instável e insônia e associam-se com outras doenças já diagnosticadas, como a hipertensão e a diabetes. De tal maneira, tais sintomas afetam a qualidade de vida do ancião, tendo como consequências as mudanças em seu estado de humor, baixa expectativa de vida, interrupção em seu estilo de vida, privação interpessoal, seja por causa de doenças somáticas à depressão ou por suicídio e, portanto, com o envelhecimento o tratamento se torna cada vez mais complexo e delicado ⁽¹³⁾.

Há uma diferença entre a depressão e a tristeza. Dessemelhante a tristeza, a depressão é um transtorno que apresenta alterações neurofisiológicas, sendo caracterizada pelas diversas características psicopatológicas que surgem, podendo distinguir-se em relação à sintomatologia, gravidade, curso e prognóstico ⁽¹⁴⁾.

A depressão acomete sujeitos de qualquer faixa etária, sendo provável sua aparição no público idoso, levando em consideração suas comorbidades e dos medicamentos que este faz uso (OMS, 2020). Cabe salientar aqui, que os cuidados voltados à pessoa idosa deve ser um trabalho realizado pela equipe multidisciplinar em saúde (em especial na atenção básica), idoso e família (SUS) (BRASIL, 2006).

Diante disso, é de suma importância que os profissionais presentes nas ILPI's saibam identificar os sinais e sintomas de um envelhecimento normal ou fragilizado por uma outra comorbidade; ou por realmente um quadro depressivo. Um estudo de Pereira e outros autores (2020) aponta que 50% dos idosos não são diagnosticados por profissionais da saúde que exercem atividades na atenção básica, devido à similaridade ao processo normal do envelhecimento, diante disso, os profissionais do contexto de institucionalização quando capacitados a realizar uma avaliação eficaz no paciente senil, auxilia na prevenção e/ou desenvolvimento da doença.

Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como espaços residenciais para moradia coletiva de pessoas com 60 anos ou mais, com ou sem suporte familiar. Nesse sentido destaca-se que essas instituições podem ser governamentais ou não, preservando a liberdade e a dignidade que todo ser humano tem direito ⁽¹⁵⁾. De acordo com a história das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), sua origem remonta a tempos antigos e está relacionada a obras de caridade religiosa. Essas instituições se dedicavam a prestar serviços voluntários para pessoas desamparadas e em situação de pobreza, independentemente da idade, fornecendo cuidados de saúde e abrigo, uma vez que não havia políticas públicas específicas disponíveis para essas pessoas. ⁽¹⁵⁾.

As demandas por Instituições de Longa Permanência vêm crescendo no cenário do envelhecimento, muito por causa das demandas que são apresentadas por múltiplas fragilidades, dependência familiar, falta de recursos financeiros e conflitos familiares ⁽¹⁶⁾. Devido às limitações impostas pela idade avançada, problemas de saúde e distúrbios comportamentais, muitos idosos não conseguem mais trabalhar para garantir sua subsistência. Combinado a isso, há casos em que a falta de apoio familiar e dificuldades financeiras acabam levando esses indivíduos a serem encaminhados para instituições asilares.

Estas instituições devem estar devidamente estruturadas de modo a recepcionar esses idosos respeitando seus direitos enquanto cidadãos e seguindo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, que em 2005 sancionou a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 283, de 26 de setembro, que aprova o regulamento técnico para o funcionamento adequado das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Esse regulamento tem como objetivo garantir os direitos das pessoas idosas, conforme definido na Portaria 2.528/GM de 2006, que aborda diversos temas, incluindo a promoção do envelhecimento com qualidade, saúde e manutenção da aptidão funcional pelo maior tempo possível.

Tais instituições, sendo públicas ou privadas se constituem em espaços dedicados a atender os idosos em suas necessidades, sem contar os familiares como apoiadores dos atendimentos. De toda forma, esse idoso precisa da presença dos seus familiares como reforçador do cuidado deles para consigo. Na falta desse vínculo, há uma brecha potencializadora da depressão ou do transtorno depressivo nesse idoso ⁽¹⁷⁾.

Podemos citar que no processo dessa enfermidade, o sexo feminino apresenta uma maior vulnerabilidade devido às situações conflitantes com familiares, relacionamentos rompidos, bem como aos fatores biológicos, genéticos e até mesmo hormonais. Outros fatores incluem restrições socioeconômicas, escolaridade, personalidade, moradia inadequada, falta de suporte social, eventos de vida estressantes, declínio cognitivo, entre outras (18).

Levando em consideração os fatores que contribuem para a difusão da depressão nesse público idoso, poderíamos citar a solidão, que é um dos causadores desse transtorno. Pensar em formas de minimizar o impacto da solidão e da dependência na vida de um idoso é diminuir o seu sofrimento e melhorar a sua qualidade de vida. A solidão é um fenômeno crescente passível a tornar-se um sofrimento extremamente carente de tratamento e solução, entretanto é preciso ter consciência de que sentir-se só não é sinônimo de estar só. Sendo assim, é preciso remodelar a convivência dos institucionalizados, melhorando sua condição de vida (18).

O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais aspectos da depressão em idosos abandonados em Instituições de Longa Permanência (ILPIs), considerando a escassez ou falta do suporte familiar, ou até mesmo a negligência com sua liberdade e dignidade.

Como objetivo específico, o presente trabalho busca compreender quais os sinais e sintomas mais comuns da depressão em idosos institucionalizados. Outro objetivo específico é descrever a incidência e efeitos psíquicos e comportamentais da depressão em idosos nessas condições.

O interesse acadêmico norteou a execução desta pesquisa. Ela serve como base de estudo para assimilação das principais características que contribuem para o surgimento dessa patologia. Além disso, facilita a diferenciação dos sintomas depressivos que são facilmente confundidos com sinais de um envelhecimento normal ou com traços de uma outra patologia.

Tal trabalho agrega conhecimento sobre idosos em situação de institucionalização, possibilitando tais Instituições de Longa Permanência a reflexão do “quefazer” de suas práticas, reduzindo assim o sofrimento dos mais velhos.

O presente estudo de revisão foi executado seguindo critérios como a delimitação do tema, do problema, das hipóteses, dos objetivos, da justificativa, da metodologia e da revisão da literatura. Foi realizado no período de 12 meses de caráter exploratório a partir de dados já levantados em artigos científicos. A formulação de uma problemática norteadora; definição de critérios de inclusão de estudos na revisão; busca na base de dados; análise dos artigos; interpretação dos resultados; apresentação da revisão expressa a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho.

Foram realizadas buscas na plataforma Google Acadêmico, a partir dos descritores “depressão”, “instituições de longa permanência” e “abandono familiar”, certificados nos Descritores em Ciências de Saúde (DECS). Na plataforma de busca, foram filtrados artigos publicados entre o ano de 2018 a 2023, o período que abarca os anos de publicações mais recentes que tratassem do tema. Foram selecionados 12 artigos que embasassem temáticas relevantes a pesquisa.

O ENVELHECER EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERNANÊNCIA

Refletir sobre as vivências de idosos em Instituições de Longa Permanência (ILPI), nos leva a primariamente pensar no motivo pelo qual tais famílias levam esses idosos para essas casas de repouso. Por vezes, a única alternativa da família é inserir o idoso na ILPI devido a problemas financeiros, psicológicos e até mesmo a disponibilidade. Muitas das vezes essa internação do ancião causa tensões familiares, como culpa e ressentimento.

Além do mais, o aumento da longevidade da população e do número de idosos somado as dificuldades financeiras ou, até mesmo, a disponibilidade de cuidadores, fez com que Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) aparentasse ser uma solução.

Foi-se investigado os principais motivos pelo qual os idosos eram inseridos em ILPI's. Nesse estudo, os autores observaram que 29,6% dos idosos tiveram vontade própria em serem inseridos nas instituições asilares em contraposição a outro estudo que indicava que 43,3% de idosos adivinham de casas, hospitais e outras instituições de cuidados a longo prazo (19).

A despeito da depressão em idosos institucionalizados tem um potencial de ser devidamente tratada, porém costuma passar despercebida e, por esse motivo, nem sempre é investigada durante o tempo de institucionalização desses idosos. A doença não recebe de imediato um diagnóstico precoce e nem mesmo terapia adequada nas ILPS.

A respeito dos idosos que tiveram vontade própria no processo de institucionalização, tal processo pressupõe uma categoria de idosos que estão deixando de lado seus preconceitos a respeito dessa experiência de vida. Tal realidade demonstra também o estabelecimento de novos vínculos e amizades com pessoas da mesma idade, enfrentamento de outros tipos de desafios em um novo ambiente. Nesse contexto, a readaptação cognitiva e sentimental se expressa no estabelecer de novos alvos, crenças, valores, e acima de todos esses fatores, na mudança de ambiente.

Por outro lado, em muitos processos de institucionalização o idoso se vê revoltado, abandonado, magoado, angustiado, desamparado e até mesmo desesperado porque seus entes queridos interromperam tais vínculos afetivos, por justamente não se sentirem aptos no cuidado com os mais velhos, ou por realmente terem uma visão deturpada acerca do envelhecimento.

Nesse estudo se observou que os idosos que deram sua própria entrada na ILPI, em sua maior parte eram pessoas do sexo masculino, solteiros, viúvos e que moravam sozinhos. Também se verificou que estar distante dos familiares ou em situações de vulnerabilidade social, financeira ou até mesmo de saúde, fez com que esses indivíduos enxergassem esperança nas instituições de longa permanência.

O que faz esse idoso ter esperança na instituição de longa permanência, é a idealização desse idoso em se sentir mais protegido, seguro, e até mesmo de pensar que na instituição teria mais atenção, levando em consideração que o objetivo da ILPI é o cuidado com os idosos. Cabe costurar aqui a ideia de que todos esses fatores anteriormente citados devem ser observados e entrevistados nas relações familiares típicas.

Idosos acham esperança nas casas asilares por não terem mais forças para enfrentar a vida sozinho. Com a falta dos seus cônjuges ou filhos ou com nenhuma alternativa de apoio afetivo, algo além do próprio lar pôde lhes oferecer uma boa despedida nesta última etapa da vida.

Ademais, esse estudo também observou que muitos idosos que deram entrada nas ILPI's, alegaram violência de seus cônjuges ou até mesmo filhos, sendo que em muitos casos, esses maus-tratos aconteciam no formato de violência psicológica ou até mesmo abandono. Isto posto, observa-se que a compreensão e intervenção da manifestação da violência contra os mais velhos, potencialmente reduziria a necessidade e o desejo pela institucionalização.

Os idosos institucionalizados vivenciam fenômenos que possivelmente potencializam sua vulnerabilidade a depressão, como por exemplo o distanciamento, o isolamento, a mudança brusca e repentina no modo de viver, e o afastamento do seio familiar. A expectativa é de que com o envelhecer, as pessoas perdem gradativamente a sua autonomia, o que pode ser sentido como condição que proporciona abandono, exclusão, tristeza, fazendo com que esses anciãos expressem sintomas depressivos, mais acentuadamente, as populações institucionalizadas ^(8,19).

O contexto institucional faz com que o idoso atravesse diversas perdas em seu final de vida, aumentando significativamente sua vulnerabilidade, capaz de alavancar diversas alterações psíquicas, além de restrição de sua própria vontade e potencialização de doenças já diagnosticadas. A dependência de outros em diversas atividades, tal como a falta do apoio familiar e o distanciamento deles, podem ser fatores potencializadores dos sintomas dos transtornos depressivos, levando o ancião a se sentir solitário e na situação de isolamento afetivo, alimentando sentimentos negativos a respeito de si próprio e de sua família ^(20, 21).

A qualidade de vida dos idosos institucionalizados está intrinsecamente ligada a fatores como, o acolhimento da instituição e o convívio com pessoas próximas. Portanto, e de suma importância agir em prol da evitação da solidão e afastamento desses idosos ⁽²²⁾.

Esse mesmo idoso que ora abandonado ver-se frente a um novo desafio: lidar com o abandono de sua própria família em um ambiente totalmente desconhecido. Receber novos horários para comer e dormir, novas pessoas para conviver e novas regras a serem seguidas farão com que esse idoso sinta que sua autonomia foi ferida.

Para além de ter seu domínio próprio golpeado, esse idoso sente saudade de sua família frente aos vínculos que lhe foram quebrados. A união da família que é física e simbolicamente construída ao longo dos anos, nesta ocasião de abandono é substituída pela união com os estranhos componentes desta casa de repouso, lhe causando dor e solidão.

Diagnósticos psiquiátricos afetam com maior intensidade a pessoa idosa. Diversas alterações fisiológicas corroboram com o lento declínio do humor potencializando o estado depressivo no idoso ⁽²³⁾.

Existe uma alta na prevalência de depressão no idoso, podendo alcançar 40% em algumas populações, sendo que o contexto social e a cultura local podem explicar essa variação na literatura. O método utilizado na coleta de dados também pode ter influenciado no resultado obtido ^(6,15).

Acerca dos sintomas nos idosos inseridos em tal contexto, foram identificados: o sentimento de solidão, mesmo estando junto com outros idosos na ILPI, aborrecimento constante, a perda da família, abandono, incapacidade, melancolia, gostar de se isolar, não ter vontade de conversar e dificuldades para dormir ⁽²⁶⁾.

O SOFRIMENTO PSÍQUICO E AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERNANÊNCIA

A situação de institucionalização pode aumentar a probabilidade de o idoso vivenciar perdas, o que o torna mais vulnerável a problemas de saúde mental e agravamento de condições pré-existentes, além de perder parcialmente sua autonomia. Os idosos que residem em instituições de longa permanência apresentam níveis mais elevados de sintomas depressivos em comparação aos idosos que vivem com suas famílias, mesmo que essas últimas enfrentem conflitos familiares. A inserção do idoso em uma instituição de longa permanência apresenta desafios significativos. Eles são submetidos a uma realidade difícil de lidar, com pessoas desconhecidas ditando suas ações e decisões, inclusive em relação à alimentação. Isso pode deixá-los isolados e com maior probabilidade de sofrer perda de apetite e outros problemas.

Um estudo epidemiológico feito para verificar a prevalência e fatores associados a sintomas depressivos em 42 idosos residentes em uma ILPI, foram encontrados sintomas depressivos em 54,8%, predominando a sintomatologia nas mulheres (64,7%), tal como se verificou alta incidência desses sintomas associados às variáveis presença de incontinência urinária, autopercepção de saúde, qualidade de sono e aposentadoria ⁽²⁷⁾.

A qualidade de vida dos idosos é influenciada pelas habilidades básicas que foram desenvolvidas ao longo do ciclo de vida, pelas redes de apoio social formais e informais e pelas políticas sociais disponíveis. Embora o envelhecimento possa trazer novos papéis e uma melhor qualidade de vida para muitas mulheres idosas na sociedade atual, ainda há aquelas para quem essa fase do ciclo de vida significa isolamento social, inatividade, pobreza e exclusão.

Observa-se uma predominância do sexo feminino na população idosa tanto na comunidade quanto nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Essa realidade pode ser explicada por vários fatores, incluindo a maior expectativa de vida das mulheres, a menor probabilidade de se casarem após a viuvez, a tendência maior de se tornarem dependentes financeiramente devido à falta de renda suficiente para se sustentarem em casa e o maior índice de pobreza entre as mulheres idosas ⁽²⁸⁾.

De acordo com um estudo, as mulheres idosas têm maior probabilidade do que os homens de viverem sozinhas, cuidarem de outros membros da família e necessitarem de cuidados em instituições para idosos. O estudo também aponta que a fragilidade das mulheres idosas está relacionada às desigualdades de gênero, somadas às discrepâncias estruturais da sociedade brasileira ⁽²⁸⁾.

As pessoas idosas, especialmente as mulheres, enfrentam preconceitos e discriminação baseados em crenças negativas sobre o envelhecimento e as pessoas mais velhas. Essas atitudes prejudicam seu bem-estar, limitam suas oportunidades sociais, diminuem sua dignidade pessoal e aumentam sua exclusão e isolamento social ⁽²⁸⁾.

Historicamente, as mulheres sempre exerceram o papel de cuidadora do lar, entretanto, com sua entrada no mercado de trabalho houve uma redução significativa nos possíveis cuidadores de idosos. Por esse motivo, a demanda de cuidados com os idosos cresceu, resultando assim em recorrências cada vez mais comuns nas ILPI.

Cabe-nos salientar aqui também que o processo de institucionalização de idosos tem gênero, pois observam-se maiores índices de internação para o sexo feminino em decorrência da feminização da velhice ^(29,30).

Outros autores dizem ainda que a depressão tem sua “porta de entrada” no sexo feminino após sua perda do cônjuge e adentramento na ILPI. Já no sexo masculino tal brecha se dá na saída de sua moradia e no cuidado por pessoas que não façam parte da família do idoso ⁽³¹⁾.

Acerca das consequências, vale dizer que a desfeita com a história de vida do sujeito idoso é certamente reforçadora da tristeza sentida por ele. Após tantos anos de liderança familiar, sabedoria baseada em experiência de vida, cuidados com filhos e netos, além é claro dos eventos de vida estressantes, ver-se frente ao desmerecimento e descaso por parte dos familiares e dos cuidadores faz com que o acolhimento de sentimentos como angústia e melancolia por parte dos anciãos seja uma atitude comum.

Quando se fala no contexto familiar, um estudo relata que deve haver um apoio psicológico, físico e emocional, demonstrando assim o afeto e o sentimento de inclusão desse idoso no meio social, para que assim ele reconheça o seu papel na sociedade. Tal estudo também diz que se os sintomas como solidão, melancolia e aborrecimento constante, podem fazer parte da vida do idoso no contexto da institucionalização, podemos citar também a tristeza e a desesperança como um forte sinal de depressão, podendo ocasionar o suicídio ⁽³²⁾.

Além disto, a incapacidade funcional, dependência física, pouca participação social e um baixo suporte social, que pode ser incluído as características estruturais e organizacionais das ILPS são fatores que influenciam diretamente na depressão e que acaba influenciando na qualidade de vida desses idosos institucionalizados. ⁽³²⁾.

De toda forma, vê se necessário o respeito à história de vida, aos sentimentos e emoções, aos valores e hábitos culturais dos mais velhos por parte da equipe multidisciplinar das instituições de longa permanência. Tal atitude certamente contribuiria com um melhor desenvolvimento de práticas humanas quanto aos mais velhos, além de, é claro, tornar o espaço da instituição um lugar para se viver com dignidade e qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sugere então que o processo de institucionalização potencializa o desenvolvimento da depressão no idoso. Essa hipótese se confirma no desenrolar dos sinais e sintomas que se manifestam no ato do abandono familiar nas Instituições de Longa Permanência para Idosos. Dito isto, os principais sintomas encontrados foram a solidão, aborrecimento constante, incapacidade funcional, melancolia, gosto no isolamento, falta de vontade de conversar e dificuldades para dormir.

Viu-se também que o sexo feminino apresenta maior probabilidade de inserção em tal contexto, levando em consideração questões históricas e repertório de vida estressante. Ademais, acrescenta-se que as principais consequências do processo de institucionalização do idoso são incapacidade funcional, dependência física, baixa participação social e um baixo suporte social, além de em alguns casos corroborar também na ideação suicida por parte dos idosos.

O estudo aponta para a importância de se repensar a forma como a institucionalização de idosos é realizada, de modo a minimizar o impacto negativo que ela pode ter na saúde mental e emocional desses indivíduos. Isso inclui não apenas a adequação das instalações e condições de vida, mas também a promoção de atividades que incentivem a interação social e a autonomia dos idosos, além de atenção à saúde mental e psicológica dos residentes. É fundamental reconhecer a complexidade do processo de envelhecimento e garantir que as necessidades dos idosos sejam atendidas de maneira respeitosa e digna.

REFERÊNCIAS

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=QL4rDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT13&dq=dsm+v&ots=nR5DAluaG_&sig=xPcURxsglGCnk-bqGCSh0mHRjzw. Acesso em: abril de 2023.
2. Willrich JQ, Kantorski LP, Guedes AC, Argiles CTL, Silva MSSJ, Portela DL. O (des) governo na pandemia de COVID-19 e as implicações psicossociais: disciplinarizações, sujeições e subjetividade. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2022 [acesso em 30 de abril de 2023];56. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0550>.
3. Ramos FP, Silva SC, Freitas DF, Gangussu LMB, Bicalho AH, Oliveira Sousa BV, et al. Fatores associados à depressão em idoso. Rev Eletr Acervo Saúde [Internet]. 2019 [acesso em 30 de abril de 2023];(19):e239-e239. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e239.2019>.

4. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: abril de 2023.
5. Belasco AGS, Okuno MFP. Realidad y desafíos para el envejecimiento. Rev Bras Enferm [Internet]. 2019 [acesso em 30 de abril de 2023];72:1-2. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2019-72suppl201>.
6. Nóbrega IRAP, Leal MCC, Marques APO, Vieira JCM. Fatores associados à depressão em idosos institucionalizados: revisão integrativa. Saúde Debate [Internet]. 2015 [acesso em 30 de abril de 2023];39:536-550. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-110420151050002020>.
7. Frutuoso EA, Formiga FF, Fernandes CM, de Sousa Rodrigues JA, Tavares Alves MJ, Manguieira Lacerda G, et al. Idosos institucionalizados e depressão: rastreamento dos sintomas. Enferm Brasil. 2019;19(3).
8. Lampert CDT, Ferreira VRT. Factores asociados a sintomatología depresiva en ancianos. Avaliação Psicológica. 2018;17(2):205–12.
9. Malhi GS, Mann JJ. Depression. Lancet. 2018 Jun 2;392(10161):2299-2312. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31948-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31948-2).
10. Schramm E, Klein DN, Elsaesser M, Furukawa TA, Domschke K. Review of dysthymia and persistent depressive disorder: history, correlates, and clinical implications. Lancet Psychiatry [Internet]. 2020 [acesso em 30 de abril de 2023];7(9):801-812. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30099-7](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30099-7).
11. Silva ILS, de Azevedo Machado FC, Ferreira MÂF, Rodrigues MP. Formação profissional de cuidadores de idosos atuantes em instituições de longa permanência. Holos. 2015;8:342–56. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3215>.
12. Gonçalves VC, Andrade KL. Prevalência de depressão em idosos atendidos em ambulatório de geriatria da região nordeste do Brasil (São Luís-MA). Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. 2010;13:289–99. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000200013>.
13. Bretanha AF, Facchini LA, Nunes BP, Munhoz TN, Tomasi E, Thumé E. Sintomas depressivos em idosos residentes em áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde da zona urbana de Bagé, RS. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2015;18:1–12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010001>.

14. Bezerra IMP, Pinheiro WR, Batista HMT, Ramos JLS, Rocha RPB, Lima AMP. Depressão em idosos: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*. 2016;6(2):97–103. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5704/570463798010.pdf>. Acesso em: abril de 2023
15. Alves MB, Menezes M do R de, Felzemburg RDM, Silva VA da, Amaral JB do. Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. *Escola Anna Nery*. 2017;21. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2016-0337>.
16. Guimarães L de A, Brito TA, Pithon KR, Jesus CS de, Souto CS, Souza SJN, et al. Sintomas depressivos e fatores associados em idosos residentes em instituição de longa permanência. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2019;24:3275–82. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.30942017>.
17. Matos DM de. Impacto da fragilidade na depressão e na cognição em idosos institucionalizados. 2016; Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/155522/Resumo_49236.pdf?sequence=1. Acesso em: abril de 2023
18. Azeredo Z de AS, Afonso MAN. Solidão na perspectiva do idoso. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2016;19:313–24. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4038/Resumenes/Abstract_403846391011_2.pdf. Acesso em: abril de 2023.
19. Lopes VM, Scofield AMT dos S, Alcântara RKL de, Fernandes BKC, Leite SFP, Borges CL. O que levou os idosos à institucionalização? *Rev enferm UFPE on line*. 2018;24:28–35. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-995854>. Acesso em: abril de 2023
20. Matias AGC, Fonsêca M de A, Gomes M de L de F, Matos MAA. Indicadores de depressão em idosos e os diferentes métodos de rastreamento. *Einstein (São Paulo)*. 2016;14:6–11. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082016AO3447>.
21. Martins EF, Guimarães FP. Perfil dos idosos de uma instituição de longa permanência de uma cidade do interior de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*. 2017;5(2). Disponível em: <http://jornalold.faculadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/538>. Acesso em: abril de 2023.
22. Kratz VCL, Schneider VFM, Sonogo JC, Rudnicki T. Promoção de saúde de idosos institucionalizados e crenças quanto ao envelhecer: projeto intergeracional. *Saúde e Pesquisa*. 2018;11(2):277–86. DOI: <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2018v11n2p277-286>.
23. Lopes LG de O, Santos CM dos, Bulgarelli AF. Pessoas idosas institucionalizadas, transtornos depressivos e questões odontológicas: qual o estado da arte? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2021;24. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-22562021024.200351>.

24. González ACT, Ignácio ZM, Jornada LK, Réus GZ, Abelaira HM, Santos MAB dos, et al. Depressive disorders and comorbidities among the elderly: a population-based study. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2016;19:95–103. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2016.14210>.
25. Moraes B, Miguel M, Oliveira V, Mendonça B, Nogueira D, Barros E, et al. Sintomas da depressão associada ao abandono em idosos institucionalizados nos municípios de firminópolis e são luís de montes belos-goíás. *Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos*. 2016;9(2).
26. Lins IL, Andrade LVR. A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*. 2018;436–65. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p436>.
27. dos Santos Junior AG, de Oliveira Pedro J, de Oliveira MC, Furlan MCR, Nascimento FG, Bassler TC, et al. Caracterização sociodemográfica e a autopercepção das condições de saúde de idosos. *Revista de Enfermagem UFPE on line*. 2018;12(3):692–700. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i3a230161p692-700-2018>.
28. de Lima Saintrain MV, Bandeira CB, Nobre MA, Sandrin RLP. Idosos com depressão: uma análise dos fatores de institucionalização e apoio familiar. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 2018;31(4). DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8763>.
29. Santana IO de, Coutinho M da P de L, Ramos N, Santos DS dos, Lemos GLC, Silva PB. Mulher idosa: Vivências do processo de institucionalização. *Revista ex aequo*. 2012;71–85. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3142>. Acesso em: abril de 2023.
30. de Oliveira Araújo CL, de Almeida Onofre A, da Silva ET, Pena MVD. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. *Revista Kairós-Gerontologia*. 2010;13:35–44. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/download/6913/5005>. Acesso em: abril de 2023.
31. Teixeira SM de O, Martins JC de O. O suicídio de idosos em Teresina: fragmentos de autópsias psicossociais. *Fractal: Revista de Psicologia*. 2018;30:262–70. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5538>.
32. Kurata VM, Carreira L. Influência da institucionalização no desenvolvimento de depressão em idosos: uma revisão integrativa. *Ciência, Cuidado e Saúde*. 2019;18(4).
33. Pereira BS. As causas que levam a depressão em idosos que são abandonados pela família em instituições de longa permanência. *A saúde mental em discussão Volume. :73*. Disponível em: https://www.academia.edu/download/67263572/Saude_Mental_em_discussao.pdf#page=73. Acesso em: abril de 2023.
34. da Silva Santos DP, da Silva AC, dos Santos EMSS, da Silva Junior RR, de Mello IF, de Oliveira LP, et al. A depressão do idoso institucionalizado The depression of the institutionalized elderly.

Brazilian Journal of Development. 2021;7(8):79083–103. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32943>

35. Queirós LRM, de Figueiredo BQ, Oliveira RC. Análise do alto índice de depressão em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*. 2022;11(10):e318111032943–e318111032943. DOI:10.34117/bjdv7n8-225
36. Oliveira ASS, Mendes ALR, de Brito SFL, de Oliveira Correia RF, Ramos LPA, Nolêto BC, et al. Depressão em idosos institucionalizados. *Research, Society and Development*. 2021;10(10):e130101018620–e130101018620. Disponível em: <http://www.saocamilo-es.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/454>. Acesso em: abril de 2023
37. de Oliveira L, Gonçalves JR. Depressão em idosos institucionalizados: uma revisão de literatura. *Revista JRG de estudos acadêmicos*. 2020;3(6):110–22. DOI: <http://doi.org/10.5281/zenodo.3890626>
38. Pinheiro AB, da Silva Buqueroni E, Oliveira LM, da Silva Lopes T. DEPRESSÃO: A MANIFESTAÇÃO PSICOLÓGICA FRENTE AO ABANDONO FAMILIAR. *Cadernos Camilliani* e-ISSN: 2594-9640. 2021;17(4):2323–37. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18620>
39. da Silva BCM, dos Anjos ICS, Neto G dos SP, Santana DS, de Souza Araújo J, da Silva Alves DJ, et al. Importância da identificação do diagnóstico de enfermagem ao paciente com depressão senil na atenção básica. *Research, Society and Development*. 2021;10(2): e53510212770–e53510212770. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12770>
40. Sanchez VS, Simões AB, Viana L de CT, Vieira NS, Donadon MF. Incidência e efeitos psíquicos e comportamentais da depressão e ideação suicida em idosos incluídos e afastados do convívio social primário: revisão sistemática de literatura. *REVISTA EIXO*. 2022;11(1):29–37. DOI: <https://doi.org/10.19123/eixo.v11i1.902>
41. de Freitas CB, Veloso TCP, da Silva Segundo LP, de Sousa FPG, Galvão BS, Nagaishi CY. Prevalência de depressão entre idosos institucionalizados. *Research, Society and Development*. 2020;9(4):e190943017–e190943017. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i4.3017>
42. Costa TNM, Rodrigues NL, de Assis CTL, Barbosa AN, Brazão GB, Galvão JM, et al. Prevalência e aspectos epidemiológicos de depressão em idosos. *Research, Society and Development*. 2022;11(3):e21811326383–e21811326383. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.26383>
43. de Oliveira MCC, Pereira KD, de Oliveira MAC, Pinto MATC, da Costa Lucena JM, Leite MF, et al. Principais fatores associados à depressão em idosos institucionalizados. *Brazilian Journal of Health Review*. 2021;4(1):1120–32. DOI:10.34119/bjhrv4n1-099

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA
DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rf.v16i3.1685

Jéferson Felipe Gagliato

jeferson.gagliato@adventista.edu.br

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor Universitário para os cursos de Graduação e Pós-graduação na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0649-6161>.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

FORMAÇÃO DOCENTE E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

TEACHING EDUCATION AND IDENTITY CONSTRUCTION IN THE
UNIVERSITY SCOPE

RESUMO

Neste artigo, discutimos acerca da formação e construção da identidade do docente universitário, por intermédio da revisão de literatura. Para tanto, ao apresentar o estudo desta revisão, o intuito é compreender como se desenvolve o processo de construção e formação deste docente. Ao transitar pelos processos identitários da docência, percebemos que a identidade profissional docente é marcada por um processo que envolve a formação inicial, continuada e a própria experiência, que para Pimenta e Anastasiou (2002), Veiga (2000) Tardif (2002) Timm e Abrahão (2015) Moran (2015) Pimenta (2002) a identidade pessoal e profissional é indissociável. Este é, portanto, o resultado de relações tecidas consigo mesmo e com a sociedade, entre o eu e os outros. Durante a revisão, foi consultada a base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) busca feita no intervalo de cinco anos (2017-2022) usando descritores: identidade docente foram encontradas 131 dissertações e 62 teses, com descritor “Formação docente” foram 1.121 dissertações e 537 teses. Aplicando descritor “Ensino universitário” foram encontradas 30 dissertações e 19 teses relacionadas. Portanto, chega-se à conclusão de que a construção da identidade docente não se faz de forma linear, mas no constante desenvolvimento de aprender, explorar, descobrir para construção da identidade profissional. Nessa direção, compreende-se que a identidade docente está relacionada aos fatores coletivos, ao ambiente de socialização, às questões pessoais relacionadas à trajetória de vida e profissional.

Palavras-chave:

Identidade docente. Formação docente. Ensino universitário.

Keywords:

Teacher identity. Teacher training. University education.

GAGLIATO, Jéferson Felipe. Formação docente e a construção identitária no âmbito universitário. *Revista Formadores: vivências e Estudos*. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 62 - 71, Dezembro 2023.

ABSTRACT

In this article, we discuss about the formation and construction of the university professor's identity, through the literature review. Therefore, when presenting the study of this review, the aim is to understand how the process of construction and training of this teacher develops. When moving through the teaching identity processes, we realize that the teaching professional identity is marked by a process that involves initial and continuing training and the experience itself, which for Pimenta and Anastasiou (2002), Veiga (2000) Tardif (2002) Timm and Abrahão (2015) Moran (2015) Pimenta (2002) personal and professional identity is inseparable. This is, therefore, the result of relationships woven with oneself and with society, between the self and the others. During the review, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) database was consulted. " there were 1,121 dissertations and 537 theses. Applying the descriptor "University teaching", 30 dissertations and 19 related theses were found. Therefore, one comes to the conclusion that the construction of the teaching identity is not done in a linear way, but in the constant development of learning, exploring, discovering for the construction of the professional identity. In this sense, it is understood that the teaching identity is related to collective factors, the socialization environment, personal issues related to life and professional trajectory.

INTRODUÇÃO

Aos passos das rápidas transformações na sociedade contemporânea, a saber, das mudanças econômicas, culturais, científicas e tecnológicas, refletir sobre o processo identitário do docente universitário é o que desperta por sua vez a necessidade de novos saberes no âmbito da Universidade. Ao transitar pelos processos identitários docente, percebemos que a identidade profissional docente é marcada por um processo que envolve a formação inicial, continuada e a própria experiência. Assim, não acontece de maneira linear, mas no desenvolvimento contínuo do aprender, desaprender, a partir das descobertas que vão delineando a identidade profissional. É nesse movimento que os professores universitários aprimoram e reconstruem os saberes necessários para atuação profissional.

A identidade pessoal e profissional, são indissociáveis. Este é, portanto, o resultado de relações tecidas consigo mesmo e com a sociedade, entre o eu e os outros. Nessa visão, a construção da identidade do professor carrega em seu escopo uma dimensão espaço-temporal.

Dessa forma, entende-se o docente universitário como um ator social, mediador do processo pedagógico, ou seja, sujeito inconcluso em contínuo processo de formação. Nessa direção, compreendemos que a identidade docente pode estar relacionada aos fatores coletivos, ao ambiente de socialização, às questões pessoais relacionadas à trajetória de vida e profissional. A identidade profissional do professor é marcada por um processo que passa pela formação

de experiência inicial e contínua. Portanto, isso não se faz de forma linear, mas no constante desenvolvimento de aprender, explorar, descobrir para construção da identidade profissional. É dentro desse movimento que os professores universitários aprimoram e recriam os saberes necessários à atuação profissional.

A construção da identidade profissional de um professor começa com sua formação e preparação para atuar em determinada área. Esta etapa formativa, é a preparação e o início do processo de identificação, pois nele o sujeito (docente) passa a ter conhecimentos específicos adequados para a realização de sua futura profissão.

O objetivo deste estudo é compreender o processo de formação de docentes- engenheiros no ensino superior e como sua carreira nesta profissão contribui para o profissionalismo e a construção da identidade docente. Para tanto, partimos do seguinte questionamento: Como ocorre o processo da construção da identidade do docente no âmbito universitário?

Para o presente estudo, foi utilizada a abordagem qualitativa, método investigativo empírico que pressupõe que os dados obtidos podem ser analisados em profundidade e não apenas permitindo aos participantes do estudo determinados significados e valores. Apresentando com os principais teóricos do estudo desta pesquisa: Pimenta e Anastasiou (2002), Veiga (2000) Tardif (2002) Timm e Abrahão (2015) Moran (2015) Pimenta (2002) Silva (2020).

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se nos estudos sobre a identidade profissional dos professores, levando em consideração os saberes acumulados na experiência cotidiana. Por meio de revisão de literatura, buscamos fazer uma pequena discussão sobre a problemática em torno da formação e da construção identitária de professores engenheiros. Assim sendo, a perspectiva foi sistematizar o nosso olhar sobre a problemática da docência universitária, onde nos limitando a pensar sobre a constituição da identidade docente a partir de alguns referenciais que abordam o ser professor universitário.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Ao tratarmos sobre identidade docente, vemos que são múltiplos os estigmas e na literatura brasileira fica claro que as preocupações sempre foram moldadas por questões sobre o “ser e estar” docente. A identidade docente está em constante mudança. Isso sinaliza a identificação de professores com aspectos profissionalmente relevantes. Para Veiga (2012), a construção da identidade docente representa um lugar de luta, a construção de jeitos de ser e jeitos de estar na profissão que podem ser edificados a partir dos pressupostos formulados por Nóvoa (2000); Pimenta (2007); que expressam a importância das dimensões históricas e sociais no processo de formação humana, que deve ser compreendida de forma sistemática.

A identidade profissional docente é marcada por um processo que envolve a formação inicial, continuada e a própria experiência. Assim, não acontece de maneira linear, mas no desenvolvimento

contínuo do aprender, desaprender, a partir das descobertas que vão delineando a identidade profissional. É nesse movimento que os professores universitários aprimoram e reconstruem os saberes necessários para atuação profissional. Segundo Silva (2000. p. 96),

Podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas relações com as relações de poder. (SILVA 2000. p. 96)

Desse modo, os docentes não somente constroem e aplicam os conhecimentos disciplinares, mas legitimam suas práticas sociais a partir do processo de autoavaliação do seu trabalho importante na construção da identidade, pois envolve o reconhecimento de si e do outro. Dessa forma, entende-se o docente universitário como um ator social, mediador do processo pedagógico, ou seja, sujeito inconcluso em contínuo processo de formação. Nessa direção, compreendemos que a identidade docente pode estar relacionada aos fatores coletivos, ao ambiente de socialização, às questões pessoais relacionadas à trajetória de vida e profissional.

Ao falarmos da identidade do docente, Timm e Abrahão (2015), que afirmam ser a docência uma construção dinâmica, com uma diversidade de sentimentos, consciências, valores, significados e representações. Por estar em constante transformação, o processo de construção da identidade se reconstitui ao longo do tempo e é marcado pela maneira como o professor constrói sua imagem, por suas convicções, desejos e expectativas, por suas experiências, pela maneira como repensa suas práticas pedagógicas, e, ainda, por sua formação docente e função social.

Logo, uma identidade profissional é, portanto, construída a partir do significado social da profissão no constante exame dos significados sociais da profissão na revisão das tradições. Mas também na reafirmação de práticas culturalmente ancoradas permanecem significativas. Práticas que resistem à inovação, pois são conhecimentos válidos para as necessidades da realidade. É construído também pelo significado de que cada um como ator e autor, dá à atividade docente seu cotidiano, segundo seus valores, de si mesmo situado no mundo, em sua história de vida, em suas representações, em seus saberes, angústias e angústias, no sentido de estar em sua vida.

Práticas que resistem à inovação porque são prenes de conhecimento válido para necessidades da vida real. Uma identidade construída no conflito entre teoria e prática, uma análise sistemática da prática à luz das teorias existentes e a construção de novas teorias. É também ator e educador em seu cotidiano, onde cada professor se baseia em seus valores, em sua vida, em sua história de vida, em sua expressão, com base em seus valores. Não apenas por meio de redes de relacionamento com outros professores, mas também em instituições, sindicatos e outros grupos.

Vemos que a identidade “não é um processo imutável ou externo adquirido, é o processo de construção de um sujeito historicamente localizado” (Pimenta, 1999, p.164). Na construção identitária do docente, confrontamos com as explicações das práticas cotidianas que são as ferramentas desse processo ao reconstruir o conhecimento originalmente vislumbrado como verdadeiro em relação à teoria da aula. Esse método de explicar os hábitos cotidianos cria um processo essencialmente reflexivo.

Entretanto, para Dubar (1997), os indivíduos adquirem diferentes identidades ao longo de suas vidas, que são continuamente formadas e transformadas, permitindo aos sujeitos vislumbrar identidades diferentes em diferentes momentos. Portanto, a construção da identidade profissional decorre da expressão social que cada profissão constrói, desenvolve, muda e ao longo do tempo, principalmente à medida que a sociedade, seus valores e tradições mudam e/ou são desfeitas.

Ser docente está relacionado a uma ampla gama de conhecimentos e reverbera em um processo complexo que ultrapassa muito mais do que o conhecimento específico e o conhecimento técnico. Mas por meio das vivências e experiências é que este sujeito ao longo do processo construtivo perpassa as lacunas e proporciona um movimento contínuo do objeto do aprender por meio da interação com os seus pares.

FORMAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Nos últimos anos, a formação dos docentes universitários surge como um dos principais fatores que levam à melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas instituições educacionais. No entanto, alguns aspectos desse processo de formação têm se mostrado preocupantes, a formação inicial dos educadores e fragilidades no desenvolvimento do pensamento educacional crítico, sobrecarga de atividades que os docentes precisam desenvolver no ambiente da universidade e as grandes demandas de produções acadêmicas

Ao falarmos deste processo formativo dos docentes universitários, leva-nos a reflexão sobre o embasamento legal, apresentado pela LDB em seu artigo 66¹, sobre a questão da formação para atuação no ensino superior determina “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (BRASIL, 1996). Portanto, os profissionais são definidos legalmente como profissional formado bacharelado e/ou licenciatura em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. No entanto, relembramos da observação de Pimenta e Anastasiou (2002)

A formação de docentes para o ensino superior no Brasil não está regulamentada sob a forma de um curso específico como nos outros níveis. De um modo geral, a LDB admite que esse docente seja preparado nos cursos de pós-graduação tanto *stricto* como *lato sensu*, não se configurando estes como obrigatórios. (PIMENTA E ANASTASIOU 2002, p.40)

Portanto, para atuar no ensino superior, a regra é clara de que é necessário possuir no mínimo pós-graduação, pois somente a titulação da graduação, torna-se insuficiente, vemos que as demanda por cursos de pós-graduação tem aumentado. Pimenta e Anastasiou (2002) afirmam que:

Valorizando a preocupação dos professores do ensino superior com o exercício de suas atividades de ensinar, as pesquisas têm se situado no contexto de experiências e de programas de formação contínua em universidades. Partindo de necessidades coletivamente detectadas, busca deixar os professores em condições de reelaborar seus saberes, adquirido em sua experiência de professor e de aluno e por eles considerados inicialmente como verdades, em

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996

confronto com as práticas cotidianas. Assim, realizam a pesquisa da própria prática, analisando a à luz dos quadros teóricos obtidos nos textos estudados ou filmes e outras atividades. O alargamento intencional da compreensão do processo de se construir continuamente como professor, do processo coletivo e do aluno como parceiro é elemento essencial à reflexão dos docentes. Nesse sentido, os saberes da experiência são tomados como ponto de partida e, intermediados pela teoria, se voltam para a prática. Esse processo é fundamental na construção identitária da docência do ensino superior. (PIMENTA E ANASTASIOU 2002, p. 58)

Assim como o docente e suas atividades formativas, o conhecimento de sua experiência e prática, a profissão docente deve ser respeitada, esses aspectos são pontos a serem considerados e avaliados. É preciso considerar a importância e os valores do país desses profissionais que representam valores culturais e políticos. Porque eles têm a responsabilidade de socializar o conhecimento gerado historicamente e integrar valores e práticas sociais atuais com a vida civil. Ainda assim, na situação atual dentro da educação e das universidades, os profissionais desse nível de educação ainda enfrentam muitos desafios.

Presentemente, vemos que está emergindo o processo de formação de sujeitos e profissionais reflexivos, inovadores e dinâmicos para atender às demandas de estruturas sociais no âmbito universitário, especialmente no que se diz respeito à docência. E para justificar essa exigência social, parece-nos decisivo a preparação cuidadosa deste docente com uma visão cautelosa sobre os aspectos críticos, históricos, reflexivos e, principalmente, pedagógicos e metodológicos.

Alguns autores que trabalham com estudos de formação de professores enfatizam as funções, objetivos e prioridades do conhecimento educacional a ser alcançado, bem como objetivos pessoais, profissionais e institucionais, e a dificuldade desse caminho de formação. Nesse sentido, Rosemberg (1999) afirma

Hoje, apesar da exigência de concursos públicos de provas e títulos, o critério continua sendo a comprovação da competência técnico-científica em detrimento da comprovação formal da competência didático pedagógico, em consequência disso, talvez, os professores, especialmente os dos cursos em nível de bacharelado, em sua grande maioria, mesmo sem receber qualquer formação pedagógica, tem exercido as atividades próprias da docência sem nenhum conhecimento pedagógico. Diante disso, não raramente, recebem críticas dos seus. (ROSEMBERG 1999, P. 33)

Ensinar em um nível superior requer formação e competência, especialmente nas áreas em que você trabalha. A experiência profissional também é importante, pois a prática ajuda a aprimorar o conhecimento e a proficiência nas ações realizadas.

Dessa forma, a aquisição do conhecimento, por meio da sistematização consciente de sua prática pedagógica que nos afasta dos erros e ilusões do conhecimento conclusivo. Outro fator relevante a ser considerado é a situação em que um docente está trabalhando. Devemos considerar que ao ensinar, o docente universitário, possui a necessidade de se relacionar com o contexto e manifestação do conhecimento científico por meio da leitura da realidade, como sugere Lima (2008)

A docência universitária deve primar pela superação do discurso pelo discurso, do distanciamento intra e extramuros da universidade, da unilateralidade teórica em detrimento da práxis educacional e de transformações sociais. Assim, a sua busca deve estar centrada na dialogicidade e na emancipação de sujeitos comprometidos consigo e com os demais por

A formação docente como elemento de ação-reflexão torna-se um desafio à profissão docente que oferece a ressignificação do ser docente. A ênfase do autor em ser docente transcende o discurso e se propõe a aproximar a universidade de indivíduos e grupos, ou seja, universidades comprometidas com a realidade.

As práticas educativas universitárias desenvolvem a capacidade de os professores adquirirem conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem, desenvolverem seus próprios projetos educacionais e gestão curricular, interações pessoais e estratégias didáticas no tratamento da educação do conteúdo, tendo como premissa o reconhecimento do papel.

METODOLOGIA

Para o percurso metodológico do artigo, foi utilizada a revisão de literatura a qual tem por sua função, segundo Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico. Para escrita deste material, foram consultadas algumas dissertações e teses ambos os tipos de materiais ofertado pelo banco de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que por sua vez tem uma contribuição essencial para o campo da pesquisa.

Marcondes (2008) destaca que as bibliotecas digitais possuem atividades baseadas nas bibliotecas tradicionais, incluindo as seguintes características: permitir otimizar o uso da tecnologia da informação, permitir que os usuários acessem independentemente do tempo e espaço, aprimorar os serviços prestados, fornece acesso vinculado a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bases de dados, instituições públicas e privadas) e outras fontes.

Revisão de literatura se expande ao entendimento de examinar e absorver os depoimentos de outros pesquisadores, mas não no sentido de simplesmente visualizar, mas criticamente. Para Figueiredo (1990, p. 132) a revisão de literatura, possui dois papéis interligados: 1-Constituem-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica. 2-Fornecem aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização.

Para tanto, ao realizar as buscas pela literatura, encontrou-se os dados descritos na tabela abaixo, enfatizando os descritores tais como: Identidade docente, formação docente e ensino universitário. Tais perspectivas, traz levantamento de trabalhos relacionados com a proposta do artigo no processo de investigação.

Base de dados	Tipo de produção	Descritor(es)	Recorte temporal	Nº de trabalhos
BDTD	Dissertação	"Identidade docente"	2017-2022	131
BDTD	Teses	"Identidade docente"	2017-2022	62
BDTD	Dissertação	"Formação docente"	2017-2022	1.121
BDTD	Teses	"Formação docente"	2017-2022	537
BDTD	Dissertação	"Ensino universitário"	2017-2022	30
BDTD	Teses	"Ensino universitário"	2017-2022	19

Fonte: criada pelo autor.

Para critério de análise dos estudos contabilizados, utilizou-se um recorte temporal de 5 anos (2017-2022) tendo como descritores identidade docente, formação docente e ensino universitário. Ao concretizar a pesquisa sobre a formação docente e a construção identitária no âmbito universitário, é possível observar muitas dissertações e teses, que se referem ao processo de construção identitária bem como a formação de professores no ensino superior. Para este efeito, os dados quantitativos das pesquisas todos foram extraídos do mesmo campo de busca, cumprindo o propósito da pesquisa.

CONCLUSÃO

Portanto, vimos que a docência está presente na identidade profissional desde o início da escolha do ser professor, devendo a escolha do saber ser de ordem ética, deontológica e epistemológica. Trata-se em suma, do reconhecer-se professor, ser holístico, como tal, em constante transformação, tratando-se, portanto, de uma profissão que está em permanente transformação e permeia um processo de revisão de significados sociais, pertinente a esse avanço. Neste contexto, há uma divisão tênue entre os diversos paradigmas, para afinal, definir o fazer e ser da docência atuais.

A identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido como uma roupa. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão colocadas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. Assim, algumas profissões deixaram de existir e outras surgiram nos tempos atuais.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. de F.; LIMA, M. da G. S. **Formação continuada de professores bacharéis: saberes e práticas.** Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/2_Aldina%20de%20Figueredo%20Cunha%20e%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20Soares%20Lima.pdf. Acesso em 20 de jul. de 2022.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** SP: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto, Pt: Porto Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

LIMA, P. G. **Transversalidade e docência universitária: por uma recorrência dialética do ensinar-aprender,** publicado na Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), v. 33, n. 3, p. 457-468, set./dez. 2008.

MARCONDES, Carlos H. (Org.), et al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas.** 2. ed. Brasília: IBICT, 2006.

MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Inovação no Ensino Superior.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NÓVOA, A. **Os professores: um “novo” objeto da investigação educacional?** In: (Org.). **Vida de professores.** Porto: Porto Editora, 2000.

PENSIN, Daniela Pederiva; NIKOLAI, Dirciane. A inovação e a prática pedagógica no contexto da educação superior. *Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba*, v. 4, n. 1, p. 31-54, 2013.

PERRENOUD, Philippe. et al. (Org.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** 2. ed. Porto Alegre; Rio Grande do Sul: Artmed, 2001.

PIMENTA, S. G. ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSEMBERG, D. S. **O processo de formação continuada de professores universitários**: do instituído ao instituinte. Niterói-RJ: Wak Editora, 2002.

SILVA, Tomaz T. da. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review**: a few tips on conducting it. Disponível em <<http://www.utoronto.ca/writing/litrev.html>> Acesso em: 28 jul.2022.

TIMM, Edgar Zanini; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A história de vida na docência na Educação Superior e o desenvolvimento humano do professor**. Revista de Educação do Cogeime, v. 24, n. 46, p. 123-143, 2015.

VEIGA, I. P. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P.; D'ÁVILA C. M. **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA
DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rfv16i3.1663

Esdras Silva Sales Barbosa

esdras_advento@hotmail.com

Graduando em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Artur Oliveira de Almeida

arturalmeilda637@gmail.com

Graduando em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Maíla Nascimento Santos

mainsmai@hotmail.com

Graduanda em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Rianne Beatriz Barbosa Machado

riane-beatriz@hotmail.com

Graduanda em Direito, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Israel Cunha Ferreira

israel.ferreira@adventista.edu.br

Mestre em direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), Docente da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Cachoeira, BA, Brasil.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATRAVÉS DO PRECEDENTE JUDICIAL DA ADPF 132 E ADI 4277

RESUMO

Os precedentes judiciais tem sido um dos temas mais relevantes do processo civil na contemporaneidade. Com o recente processo de constitucionalização do processo civil, existe a possibilidade deste ramo do direito de ser um meio de efetivação dos direitos fundamentais. Neste trabalho, a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união homoafetiva no Brasil, foi escolhida não só pelo simbolismo, mas pela possibilidade de um precedente judicial efetivar direitos fundamentais a toda uma comunidade. Este estudo cuida de adentrar na discussão sobre o sistema de precedentes brasileiros, como também a discussão acerca dos benefícios e perigos da importação do Common Law.

Palavras-chave:

Precedentes judiciais. Direitos fundamentais. Processo civil. Direito de Família.

Keywords:

Judicial precedents. Fundamental rights. Civil suit. Family Law.

BARBOSA, Esdras Silva Sales; ALMEIDA, Artur Oliveira; SANTOS, Maíla Nascimento; MACHADO, Rianne Beatriz Barbosa; FERREIRA, Israel Cunha. A efetivação dos direitos fundamentais através do precedente judicial da ADPF 132 e ADI 4277. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 72 - 87, Dezembro 2023.

ABSTRACT

Judicial precedents have been one of the most relevant topics in contemporary civil procedure. With the recent process of constitutionalization of civil procedure, there is the possibility of this branch of law to be a means of implementing fundamental rights. In this work, the decision of the Federal Supreme Court that recognized the homoaffective union in Brazil, was chosen not only for its symbolism, but for the possibility of a judicial precedent to implement fundamental rights to an entire community. This study takes care of entering the discussion about the Brazilian precedent system, as well as the discussion about the benefits and dangers of importing the Common Law.

1 INTRODUÇÃO

Será abordado neste artigo, os precedentes judiciais como ferramenta da efetivação dos direitos fundamentais na ADPF 132 e ADI 4277. Mas antes de adentrar na discussão acerca do tema, é imprescindível entender a contextualização histórica a respeito dos precedentes judiciais e sua distinção com a jurisprudência. O sistema de precedentes permitiu, antes de tudo, um eficaz grau de segurança jurídica e hoje, está presente no ordenamento jurídico brasileiro no Código de Processo Civil de 2015.

Neste presente artigo, faremos também a análise jurídica relacionada aos direitos fundamentais constitucionalmente protegidos, incluindo a discussão acerca dos precedentes judiciais serem estranhos ao ordenamento jurídico brasileiro. Como também

O presente trabalho tem como principal objetivo relacionar os direitos fundamentais com os precedentes judiciais e demonstrar como eles se comportaram no julgamento da ADPF 132 e na ADI 4277.

Por meio de uma abordagem qualitativa, argumenta-se os resultados dos estudos feitos por meio de análises e percepções acerca dos precedentes judiciais como ferramenta da efetivação dos direitos fundamentais na ADPF e ADI já mencionadas, tratando-se de uma revisão bibliográfica, esquadriando artigos, doutrina judicial e as decisões judiciais concernente à decisão proferida no julgado. Realizado por meio de um método explicativo, visa-se conectar ideias, a fim de explicar a importância de tal conteúdo para a área jurídica.

Será apresentada uma discussão geral, com contextualização histórica sobre o sistema de precedentes, diferenciando-o do sistema jurisprudencial e como os precedentes são efetivados no Brasil. Faz-se necessário, ainda, uma síntese acerca dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e como os precedentes podem ser úteis na efetivação de tais direitos. E por fim, será apresentado uma análise acerca dos referidos julgados.

2 PRECEDENTES JUDICIAIS: NO COMMON LAW E NO CIVIL LAW

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A princípio, é indispensável compreender os sistemas da *civil law* e *common law* para este estudo dos precedentes judiciais como ferramenta de efetivação dos direitos fundamentais, pois tais tradições jurídicas foram essenciais para a formação dos precedentes.

Como bem assegura René David (1978), *Common law* é um sistema de direito que foi desenvolvido na Inglaterra, sobretudo pela ação dos chamados Tribunais Reais de Justiça, os quais constituíram um direito “comum” a todo o país. Foi estruturada, sobretudo, como um direito jurisprudencial, desenvolvendo a ideia de que decisões anteriormente tomadas também representavam o Direito, servindo como balizamento para as futuras decisões (THAMAY, *et al.*, 2021).

Em contrapartida, a *civil law* teve em sua origem a preocupação com a completude do sistema jurídico a ser realizado por meio de codificação (BARBOZA, 2014). Dessa forma,

Essa tradição buscava a previsibilidade, a cognoscibilidade e a calculabilidade, necessárias à segurança jurídica, seriam alcançadas pelo respeito à lei e sua estrita aplicação. Na *common law* esses mesmos objetivos eram buscados por meio da observância dos precedentes judiciais, em um direito construído a partir de casos concretos (*case law*) (THAMAY, *et al.*, 2021, p. 25).

Assim, o êxito ao respeito aos precedentes durante o processo histórico, especificamente no sistema *common law*, permitiu antes de tudo um eficaz grau de segurança jurídica e ainda, conferiu um elevado grau de racionalidade à atuação do Judiciário inglês (THAMAY, *et al.*, 2021). Taruffo (2014) afirma que os precedentes já não são mais, há algum tempo, uma característica peculiar aos ordenamentos de *common law*, estando presente também em quase todos os sistemas, incluindo o de *civil law*.

2.2 BREVE DISTINÇÃO ENTRE JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES

Desde o século passado, pode-se observar no Direito brasileiro uma tendência ao fortalecimento da eficácia da jurisprudência, e mais recentemente, dos precedentes judiciais. É se suma importante, tratar a respeito das diferenças entre esses dois sistemas, tendo em vista que são institutos distintos.

A princípio, “jurisprudência” pode ser compreendida como a ciência do direito, ou em outro sentido, como um conjunto de pareceres oriundos dos juriconsultos. (VIANA E NUNES, 2017).

Em relação aos precedentes, que é de fato o tema do presente estudo, geralmente estão relacionados a uma decisão formada de um caso particular, diferentemente da jurisprudência que é formada a partir de uma pluralidade frequente de decisões relativa a vários casos concretos, ou seja, é impossível identificar qual das decisões foi determinante para sua formação (TARUFFO, 2014). Ou seja, precedente é um evento do passado que se adequa servindo como parâmetro para as ações presentes e futuras. Logo, quando um juiz de Direito, embasa sua decisão em um caso resolvido do passado, diz-se que tal decisão ocorreu de acordo com um precedente (KREBS, 2015).

2.3 O PRECEDENTE JUDICIAL NO BRASIL

O tema de precedentes judiciais, internamente na realidade brasileira, é eventualmente tratado como algo novo instaurado pelo Código de Processo Civil de 2015, é possível, entretanto, observar nitidamente tais institutos já previstos em um contexto histórico. O Brasil, sendo colônia de Portugal e como um país integrante à tradição do sistema da *civil law*, subordinava-se ao ordenamento jurídico da sua metrópole. Mas como variados institutos do Direito português apresentaram um respeito aos precedentes judiciais como uma qualidade do sistema jurídico daquela época, o Brasil já havia tido um certo contato com a figura dos precedentes há séculos. (THAMAY, *et al.*, 2021).

Claramente, a busca pelo entendimento dos precedentes judiciais ultrapassa os limites do processo e diz respeito, especialmente ao direito comparado e à teoria geral do direito, e o principal destaque aqueles países que se sujeitam ao sistema jurídico da tradição da *common law* (LIPPMANN, 2021).

É indiscutível que sempre houve na sociedade brasileira, devido a influência do positivismo jurídico, a afirmação de que somente a lei é considerada uma fonte do Direito e com isso, surge o sistema *civil law*, no qual a aplicabilidade do Direito está essencialmente firmada no direito positivado, escrito, conforme tratado anteriormente (THAMAY, *et al.*, 2021).

Atualmente, considera-se como um dos principais problemas presentes no Judiciário Brasileiro são o excesso de ações e de recursos que se fazem presentes cotidianamente nos órgãos jurisdicionais de primeira e segunda instância, e até mesmo nas Cortes Superiores. Há inúmeros efeitos que são causados por esse problema, como a lentidão na entrega de prestação jurisdicional, e com isso há uma consequente ineficiência da defesa jurídica exercida pelo Estado. Além de, obviamente, o aglomerado de litigiosidade ser uma das principais causas desse problema, tem-se também a omissão de respeito aos precedentes judiciais por parte das autoridades judiciais e dos próprios ministros da Corte Superior (KREBS, 2015).

Evidencia-se com a chegada do “novo” Código de Processo Civil em 2015, que há uma estruturação dogmática de um sistema de precedentes judiciais obrigatórios, instrumento esse que proporciona aos julgadores, no momento de fundamentação das decisões, a aplicação de decisões proferidas anteriormente aos casos semelhantes, com o intuito de haver uma previsibilidade e estabilidade do Direito (THAMAY, *et al.*, 2021).

O Código de Processo Civil de 2015, demonstra uma ênfase ao direito jurisprudencial e é a partir de uma visualização mais ampla de seu texto normativo, que se compreende facilmente esse sistema em todas as fases processuais, de acordo com o procedimento comum. Assim,

A força que as decisões passadas podem vir a exercer sobre os casos a serem julgados mostra-se monumental desde a confecção da petição inicial. A assertiva fica evidente pela leitura do art. 311, especificamente em seu inciso II, pois este possibilita a concessão de tutela de evidência²³³ se “as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante” (VIANA E NUNES, 2017, p. 261).

Dessa forma, o Código, ora bem analisado, apresenta prestígio ao direito jurisprudencial, mas é importante destacar que o aspecto normativo direcionado a tal direito é o que representa o chamado sistema de precedentes judiciais (VIANA E NUNES, 2017).

3. A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Inicialmente é importante salientar a igualdade que o ser humano possui, e a necessidade de seus direitos serem resguardados. Com o decorrer dos anos, os indivíduos sempre possuíram necessidades básicas a serem sanadas e resguardadas, e para isso foi implementado os direitos fundamentais, que como o próprio nome diz, são fundamentais para a subsistência humana.

Essa decisão expressa no Art. 5º da Constituição de 88, por vida, liberdade, segurança, saúde etc., vem de um contexto histórico, marcado por dificuldades e lutas. Baseando-se na revolução americana e especialmente na revolução francesa, em que os ideais eram Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e com isso foram sendo construídos fundamentos para chegarmos no que estamos hoje, 79 incisos de essenciais direitos para a vida.

Entretanto, é importante salientar que “os direitos dos homens se distinguem de outros direitos pela combinação de cinco marcas. Eles são direito universais, morais, fundamentais, preferenciais e abstratos.

A universalidade da titularidade consiste nisto, que direitos do homem são direitos que cabem a todos os homens. A determinação do círculo dos titulares causa vários problemas, dos quais dois devem aqui interessar: o primeiro resulta do emprego do conceito de homem; o segundo problema nasce disto, que então, quando se considera o conceito biológico do homem, somente homens como indivíduos podem ser titulares de direitos do homem(ALEXY,1999).

O que concerne ao conceito de direito do homem, assim, não causa problemas, de um direito do homem do particular falar depois que seu grupo, sua comunidade ou seu Estado é protegido na existência, na identidade ou no desenvolvimento. O titular de tais direitos, que têm a integração do particular em sua comunidade como objeto e fundamento, permanece o homem particular. Trata-se, em tais direitos, de um alargamento dos direitos individuais à existência e desenvolvimento da

personalidade na dimensão da comunidade. As coisas, porém, modificam-se quando, como titulares desses direitos, aparecem o grupo, a comunidade ou o Estado. (ALEXY,1999)

Uma das qualidades essenciais para os direitos do homem é que eles são direitos morais. O conceito de direito moral é ambíguo. Aqui ele deve ser empregado como conceito contrário para o conceito de direito jurídico-positivo.

À universalidade da estrutura dos direitos do homem, que consiste nisto, que eles são, fundamentalmente, direitos de todos contra todos, cabe, com isso, uma universalidade de validade que é definida por sua fundamentabilidade perante cada um que aceita uma fundamentação racional.

Guerra civil entra em questão, como instância de concretização, somente o Estado. O direito moral à vida implica, portanto, um direito moral à proteção por direito positivo estatal. Nesse sentido, existe um direito ao Estado, mais sucintamente, um direito moral ao direito positivo (ALEXY, 1999).

Baseando-se ainda em contextos históricos, vale ressaltar que para os “direitos fundamentais” serem estabelecidos da forma em que são hoje, foi necessário todo um desenvolvimento, primeiramente surge uma peça importantíssima para todo esse processo, o conhecido “CÓDIGO DE HAMURABI”, que tinha como objetivo, defender direitos de propriedade, o direito à vida, além da dignidade, da família, honra e supremacia das leis para com os governantes. Com isso o sistema democrático e a organização religiosa contribuíram veementemente para inserir legalmente esse sistema.

Mais tarde com a integração da religião e com os ideais franceses (igualdade, liberdade e fraternidade), originou-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada na capital francesa em 10/12/1948. Representando então a primeira tentativa da humanidade em estabelecer parâmetros humanitários válidos universalmente para todos os homens, independentes de raça, sexo, poder, língua, crença etc (SILVA, 2006).

Entretanto, baseando-se nos direitos humanos, a Constituição Federal de 88 estabeleceu a participação dos cidadãos e a supervisão em relação aos Direitos Humanos, não delegando apenas ao Estado a proteção e aplicação desses direitos.

Desse modo, Os Direitos Fundamentais, possuem algumas características marcantes. Dentre elas destacam-se:

- a- Historicidade: os direitos são criados em um contexto histórico, e quando colocados na Constituição se tornam Direitos Fundamentais;
- b- Imprescritibilidade: os Direitos Fundamentais não prescrevem, ou seja, não se perdem com o decurso do tempo. São permanentes;
- c- Irrenunciabilidade: os Direitos Fundamentais não podem ser renunciados de maneira alguma;
- d- Inviolabilidade: os direitos de outrem não podem ser desrespeitados por nenhuma autoridade ou lei infraconstitucional, sob pena de responsabilização civil, penal ou administrativa;
- e- Universalidade: os Direitos Fundamentais são dirigidos a todo ser humano em geral sem restrições, independente de sua raça, credo, nacionalidade ou convicção política;
- f- Concorrência: podem ser exercidos vários Direitos Fundamentais ao mesmo tempo;

g- Efetividade: o Poder Público deve atuar para garantir a efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais, usando quando necessário meios coercitivos;

h- Interdependência: não pode se chocar com os Direitos Fundamentais, as previsões constitucionais e infraconstitucionais, devendo se relacionarem para atingir seus objetivos;

i- Complementaridade: os Direitos Fundamentais devem ser interpretados de forma conjunta, com o objetivo de sua realização absoluta (SILVA, 2006).

É de suma importância ressaltar as gerações pelas quais os direitos fundamentais passaram: Os direitos da primeira geração foram inspirados nos ideais iluministas e jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. São eles os Direitos da Liberdade religiosa, política, civil clássica como o direito à vida, à segurança, à propriedade, à igualdade formal, a liberdade de expressão, liberdade de gênero e etc (SILVA, 2006).

Segunda geração, são representados pelos direitos de Igualdade, neles estão à proteção do trabalho contra o desemprego, direito à educação contra o analfabetismo, direito à saúde, cultura etc.

Terceira geração foi desenvolvida no século XX, ela é relacionada ao Direito a Fraternidade, no qual está o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, progresso etc. Essa geração é marcada de um alto teor de humanismo e universalidade, pois abrangem uma coletividade.

Quarta geração que surgiu dentro da última década, por conta do grande desenvolvimento tecnológico, eles seriam os Direitos da Responsabilidade, tais como a promoção e manutenção da paz, à democracia, à informação, à autodeterminação dos povos, promoção da ética da vida defendida pela bioética, direitos difusos, ao direito ao pluralismo etc. (SILVA,2006).

Diante disso, chega-se a conclusão que:

“o que se observa, entretanto, é uma grande mudança nos sistemas jurídicos na segunda metade do século XX, com a revolução dos direitos humanos. [...] diversos países vêm adotar constituições democráticas com catálogos de Direitos fundamentais – como aconteceu no Brasil com a Constituição Federal de 1988 – ou incorporar documentos internacionais para proteção dos direitos humanos. A mudança de pilar nas estruturas jurídicas do sistema de civil law para dar primazia aos direitos humanos fundamentais altera substancialmente o papel da jurisdição constitucional na interpretação do direito, na medida em que não é possível uma definição a priori desses direitos. Ou seja, em que pese muitas vezes estarem expressos num documento escrito, não há como prever o resultado de sua interpretação no caso concreto.” (BARBOZA, 2014, p. 116)

Ademais, é necessária uma análise acerca de se os precedentes judiciais podem operar como efetivação dos direitos fundamentais elencados em nosso ordenamento jurídico.

4. OS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Com base no que foi discorrido no presente artigo sobre precedentes judiciais e direitos fundamentais, nos cabe agora entender como ambos funcionam em uma relação. Antes de qualquer discussão temos que compreender o significado da palavra efetivação, para assim estarmos cientes do que será abordado neste tópico. Efetivação nada mais é do que a concretização, a confirmação e execução de algo que foi trazido anteriormente a discussão.

Com a chegada dos precedentes judiciais no código de processo civil no ano de 2015, passou-se a entender que os precedentes judiciais possuem um papel fundamental dentro do Direito, pois ele utiliza-se da força jurisdicional do magistrado para fazer cumprir obrigações estatais em um momento que esses direitos estão sendo violados ou suspensos (THAMAY, *et al.*, 2021).

É importante ainda compreendermos que os precedentes judiciais possuem duas funções que são utilizados como base da sua existência, seriam elas: proteger o indivíduo em face de eventuais abusos ou arbitrariedades do Estado, legitimando, pois, somente as imposições que respeitem as leis previamente estabelecidas no ordenamento e, em um segundo momento, também servindo como instrumento norteador da atividade jurisdicional. (THAMAY, *et al.*, 2021).

Sobre os Direitos Fundamentais cabe salientar que os direitos e garantias fundamentais são direitos constitucionais na medida em que são inseridos no texto de uma constituição cuja eficácia e aplicabilidade dependem muito de seu próprio enunciado, uma vez que a Constituição faz depender de legislação ulterior a aplicabilidade de algumas normas definidoras de direitos sociais, enquadrados entre os fundamentais. Em regra, as normas que consubstanciam os direitos fundamentais democráticos e individuais são de eficácia e aplicabilidade imediata. (MORAES, Alexandre, 2022)

Sob a ótica da eficácia vertical (Estado-indivíduo), os direitos fundamentais cumprem, no dizer de Canotilho:

“a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: (1) constituem, num plano jurídico-objetivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; (2) implicam, num plano jurídico-subjetivo, o poder de exercer positivamente direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos, de forma a evitar agressões lesivas por parte dos mesmos (liberdade negativa)”. (CANOTILHO, J. J. Gomes, 1993, p. 541)

Sobre os Direitos Fundamentais é de entendimento universal que apesar da vasta luta travada nos últimos anos, ainda podemos encontrar violações ocorrendo em esquinas ou quaisquer lugares que formos.

Com relação a isso podemos citar o direito à liberdade, um direito que possuiu bastante destaque no Brasil a partir da abolição da escravidão com a Lei Áurea em 1888. Mas devido a escravidão velada ainda existente no Brasil, atualmente a liberdade de diversas pessoas não são compradas como mercadorias como na época da escravidão, mas sim aliciadas, geralmente as vítimas desses

atos são pessoas analfabetas e com baixa educação formal, pouca noção de direitos humanos ou trabalhistas, além de perspectivas sociais limitadas, e, muitas vezes, imigrantes em situação irregular em determinado país. (IGNACIO, Julia, 2020)

Segundo dados da ONU, atualmente existem mais de 40 milhões de vítimas da escravidão moderna, essa escravidão pode se dar em ambiente urbano, atividades terciárias como construção civil e indústria têxtil, e em ambiente rural que abrange pecuária, agricultura, carvoarias e madeiras. (ONU, 2018)

Ainda neste ano dentro do Brasil foi descoberto o caso mais antigo de exploração, com base nas informações colhidas pela imprensa a vítima dessa exploração era uma senhora que passou 72 anos em uma situação análoga à escravidão, neste caso em específico a senhora não casou, não teve filhos e perdeu completamente o contato com seus familiares, é completamente correto afirmar que a vida dessa senhora foi retirada. (NOVO, *et al.*, 2022)

Situações como a que trouxemos acima tem sido cada vez mais encontradas e infelizmente a maioria das pessoas que nela se encontram não possuem a ciência que ela tem um direito fundamental defendido por lei que é sua liberdade.

Se atentando ao mundo jurídico podemos observar a violação de alguns direitos fundamentais defendidos por lei, se estudarmos minuciosamente decisões judiciais podemos constatar violações como arbitrariedade por parte do juiz e com isso a existência de julgamentos injustos, esses fatos infelizmente ocorrem de forma costumeira, um exemplo desta afirmação é o EUA. (IGNACIO, Julia, 2020).

Nos EUA 75% das anulações de sentenças na Justiça Penal ocorrem por conta de erros de identificação de suspeitos e os problemas não envolvem apenas fotografias, mas também a exibição dos suspeitos em um quarto de observação geralmente separado por um vidro, demonstrando que usar tais técnicas pode dar margem a erros graves. (BALIARDO, Rafael, 2011).

Tendo em vista o que observamos acima, os precedentes possuem um objetivo muito claro em relação aos Direitos fundamentais, o seu papel é a estabilização do próprio direito, trazendo uma maior certeza e segurança jurídica às decisões judiciais, fazendo assim com que sejam respeitados todos os direitos fundamentais defendidos na Constituição Federal. (THAMAY, *et al.*, 2021).

5. ADPF 132 E ADI 4277: OU DE COMO OS PRECEDENTES JUDICIAIS GARANTEM DIREITOS

A discussão sobre os precedentes judiciais serem ferramentas da efetivação dos direitos fundamentais, levanta a possibilidade de se discutir diversos casos célebres julgados pelas cortes superiores. Um desses precedentes é o que possibilitou o reconhecimento da união homoafetiva, e que possibilitou uma mutação constitucional do entendimento do termo família.

A importante decisão do Supremo tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277, abrem caminho para discutirmos “a vocação de nosso tempo para a jurisdição” e de como ela deve estar em concordância com os preceitos constitucionais (PICARDI, Nicola, 2004).

Em outubro de 2011, o Supremo Tribunal Federal, julgou conjuntamente as citadas ações, utilizando-se da interpretação do texto constitucional para afastar o texto original do art. 1.723 do Código Civil, para uma leitura de acordo com a constituição. Tornando-se uma das decisões mais relevantes do supremo na última década. O ministro Celso de Melo (BRASIL, 2011), afirmou em seu voto que:

Esta decisão – que torna efetivo o princípio da igualdade, que assegura respeito à liberdade pessoal e à autonomia individual, que confere primazia à dignidade da pessoa humana e que, rompendo paradigmas históricos e culturais, remove obstáculos que até agora, inviabilizavam a busca da felicidade por parte de homossexuais vítimas de tratamento discriminatório – não é nem pode ser qualificada como decisão proferida contra alguém, da mesma forma que não pode ser considerada um julgamento a favor de apenas alguns. Com este julgamento, o Brasil dá um passo significativo contra a discriminação e contra o tratamento excludente que têm marginalizado grupos minoritários em nosso País, o que torna imperioso acolher novos valores e consagrar uma nova concepção de Direito fundada em nova visão do mundo, superando os desafios impostos pela necessidade de mudança de paradigmas, em ordem a viabilizar, como política de Estado, a instauração e a consolidação de uma ordem jurídica genuinamente inclusiva.

Durante o ano de 2008, foi apresentada a citada ADPF pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, que naquela data reclamou que a união estável reconhecida pelo estado fosse estendida aos funcionários públicos do Estado (GUIMARÃES, CARVALHO, 2017).

No inteiro teor da Arguição, estava fundamentado que a recusa do reconhecimento de união estável (omissão) violava os direitos fundamentais presentes na constituição, como por exemplo, o direito à liberdade e a isonomia, além de desrespeitar a segurança jurídica e a liberdade (BRASIL, 2011).

Já em 2011, a Procuradoria Geral da União, entrou com o pedido junto ao STF de releitura do artigo 1.723, de acordo com a constituição de 1988, visto que não há diferenças entre pessoas na carta magna vigente. Obviamente, este julgado da suprema corte, mobilizou a sociedade.

Algumas entidades como por exemplo o Partido Socialista do Brasil (PC do B), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT), como também a Advocacia Geral da União (AGU), manifestaram-se pela procedência do pedido. Contra o pedido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), juntamente com igrejas e personalidades conservadoras (GUIMARÃES, CARVALHO, 2017).

O relator do caso, o saudoso Ministro Carlos Ayres, argumentou se utilizando de Kelsen, que o que “não está juridicamente proibido ou obrigado, é permitido juridicamente. Também entendeu ser os direitos sexuais basilares da Constituição, sendo que não deveria haver diferenças entre as diversas orientações sexuais (STRECK,2014).

Na data, a sustentação do então Procurador geral do Estado do Rio de Janeiro, Luís Roberto Barroso foi muito elogiada. O relevante pesquisador de direito constitucional, teve naquela data a

oportunidade de abrir caminho para sua chegada a suprema corte dois anos depois do julgamento da ADPF 132.

Obviamente, a decisão recebeu críticas ferrenhas. Como do conhecido constitucionalista Lenio Streck, que define a decisão como ativismo judicial. Para ele, juristas progressistas erram ao usar o judiciário para realizarem muitas vezes sua vontade sem respeitar o legislativo e o texto constitucional (STRECK,2014).

Sem embargo, discorda-se do prestigiado professor, e no sentido contrário em concordata com a decisão do excelso pretório, visto que este deve muitas vezes ter caráter contra majoritário e estar em defesa dos esquecidos pelas discussões. Junior (2019, p. 53), nos lembra que:

O desempenho dessa decisiva tarefa por parte do Tribunal não tem o condão de interferir negativamente nas ocupações do legislador democrático. Não há “judicialização da política” quando as “questões políticas” estão postas como verdadeiras “questões de direitos”. Essa tem sido o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, desde os princípios da República (MENDES, 2018).

Esta decisão tem característica veiculam-te, tendo de ser respeitada por todos os órgãos do judiciário em todo o país. Para além da conquista, necessitamos discorrer acerca dos antecedentes jurídicos e sociais que levaram a memorável decisão. Os direitos da comunidade LGBTQIAP+ tem sido negado no estado social e pelos operadores do direito.

Desta forma, quando a constituição de 1988, em seu terceiro artigo discorre sobre a igualdade do indivíduo, e sobre sua liberdade para se identificar da forma que lhe parecer adequada, abre precedentes para discutir a união homoafetiva e a adoção de crianças por esta parcela da população.

A ideia de família tanto na carta magna como no Código civil, só existe por causa do princípio da afetividade, que discorre sobre a proteção institucional sobre grupos familiares que são unidos por causa do afeto entre aqueles indivíduos (JÚNIOR, BENIGNO, p.588). O significado deste princípio em sua forma contemporânea, afasta o entendimento contrário que afirmar que as relações homoafetivas não podem ser reconhecidas por não procriarem.

Porém este estigma vem mudando visto que a família contemporânea pode dispensar a procriação, mas não pode dispensar o carinho e o respeito (JÚNIOR, BENIGNO p.591). Com o novo entendimento do STF, o casamento não é apenas a união de um homem e uma mulher, mas uma união afetiva, onde dois indivíduos decidem compartilhar a vida.

Por isso, através da ideia de afetividade, podemos ter um tratamento igualitário entre qualquer tipo união amoroso, visto que o princípio da igualdade preza pelo respeito a todos sem discriminação. Até o precedente judicial da ADPF 132 estava o sistema judicial brasileiro negando as mudanças sociais, e as conquistas da comunidade LGBTQIAP+.

Após a mudança de paradigmas que está decisão oportunizou, a citada comunidade tem o direito ao casamento como amparado pelo direito pátrio, e esta mudança tem sortido efeito. No estado de Goiás, uma transexual teve seu direito a dignidade amparada pela lei Maria da Penha (BRASIL,

2011). Ou mesmo, quando o Tribunal de Justiça de São Paulo, teve que converter uma união estável em casamento (LOTTI,2012).

O case estudado sem sobra de dúvidas é uma grande conquista, entretanto ainda há muito a ser lutado. O preconceito contra as famílias homoafetivas é enorme. (SILVA, 2015, p.10), nos lembra que:

A família homoafetiva, portanto, demanda tanta tutela quanto qualquer outro modelo familiar, e, no entanto, ainda sofre na obscuridade e é vista como um tabu, o que se verifica não só pela questão da homofobia, mas pela própria questão legislativa não inclusiva, levando-se em conta não só a questão da homossexualidade em si, como ainda o é a própria união estável, apesar de todos os avanços legislativos.

Porém, a sociedade vem mudando juntamente com o direito. Sendo assim, espera-se que as decisões evoluam positivamente para defender e dar direitos as minorias marginalizadas além de garantir as devidas condições para tais anseios.

CONCLUSÃO

Após a análise feita por este trabalho, é necessário fazer algumas ponderações acerca do papel dos precedentes judiciais em nosso sistema jurídico. Em primeiro lugar, o sistema de precedentes judiciais vem ganhando força na sistemática do processualismo civil. As decisões judiciais que constroem um julgado que serve de modelo para as decisões futuras, tem promovido celeridade judicial e a facilitação de afastar lides desnecessárias.

Ao passo que os precedentes judiciais tem contribuído para a efetivação dos direitos fundamentais visto que através das decisões e mudanças jurisprudenciais, a suprema corte tem levado adiante a necessidade de constranger a sociedade aos ditames constitucionais e sociais.

O case estudado nesse artigo, versa sobre a união homoafetiva, que acabou por obstruir toda a opinião pública acerca da mudança de paradigma social e textual. Desta forma, o precedente judicial foi julgado nos idos de 2011. A Suprema Corte entendeu que era necessário reconhecer e realizar uma mutação nos textos que vertiam acerca de uniões afetivas na Constituição e no Código civil. Visto que todos são iguais perante a lei, e devem ter todos os direitos afetivos reconhecidos e demonstrado na comunidade.

Ao esquadriharmos as opiniões contrárias e a favor, entendemos durante o estudo que a mudança de paradigma neste case pontual, nos leva a entender que é papel do judiciário defender e julgar para construir uma cultura de efetivação dos direitos fundamentais.

Compreende-se a complexidade das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal, e o perigo do ativismo judicial por parte dos Ministros da corte. Mas é importante pensar o direito através do paradigma constitucional democrático, muitas vezes esquecida pelo executivo e pelas votações do legislativo.

Ao fim, é necessário continuar estudando e promover o debate do precedente judicial, sendo que este se coloca como um dos novos modelos de sistematização da constitucionalização do processo civil. A problemática é extensa e danosa, mas é uma intersecção relevante entre os estudos constitucionais e o papel democrático do processualismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABILIO, A. G. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL, POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS LGBT. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 2, n. 2, p. 77-99, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/414/387>. Acesso em 16 mar 2023.

ALEXY, R. Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 217, p. 55–66, 1999. DOI: 10.12660/rda.v217.1999.47413. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47413>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família. **Revista Direito GV** [online]. 2013, v. 9, n. 1 [Acessado 5 Setembro 2022] , pp. 65-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1808-24322013000100004>>. Epub 18 Out 2013. ISSN 2317-6172. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322013000100004>.

BALIARDO, Rafael. EUA reavaliam método de reconhecimento de suspeitos. **Consultor Jurídico**, 2011. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-dez-30/evitar-erro-eua-reavaliam-metodo-reconhecimento-suspeitos>. Acesso em: 24/09/2022.

BARBOZA, Estefânia Maria de Q. **Precedentes judiciais e segurança jurídica: fundamentos e possibilidades para a jurisdição constitucional brasileira. Coleção direito, desenvolvimento e justiça. Série produção científica**). São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. 9788502214682. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502214682/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 132, Relator (a): Min. Ayres Brito, Tribunal Pleno, julgado em 5 maio. 2011, Dje 14.10.2011.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Goiás, Autos 201103873908, 1ª Vara Criminal, Juíza de Direito Ana Cláudia Veloso Magalhães, j. 23/09/2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991.

COSTA, Angelo Brandelli e NARDI, Henrique Caetano. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2015, v. 23, n. 01 [Acessado 1 setembro 2022], pp. 137-150. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/137>>. ISSN 0104-026X. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/137>.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo: direito comparado**. Tradução por CARVALHO, Hermínio A. 2ª ed. Lisboa: Editora Meridiano Ltda, 1978.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. CARVALHO, Ciro Antonio das Mercês. Julgamento da ADPF no 132: Análise à luz da hermenêutica fenomenológica e do ativismo judicial. **Revista de informação legislativa**, v. 54, n. 216, p. 207-229, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/536856>. Acesso em 04 de set. De 2022.

IGNACIO, Julia. Violações de direitos humanos no mundo: qual o panorama?. **Politize!**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violacoes-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 24/09/2022.

JÚNIOR, Dempsey Pereira Ramos; BENIGNO, Eric Pires. CASAMENTO HOMOAFETIVO NO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO COMPARADO: TENDÊNCIAS SEGUNDO UMA VISÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E ANTROPOLÓGICA. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 13, n. 2, p. 581-609, jul./dez. 2013 - ISSN 1677-64402

JUNIOR, Sérgio Elemar Leonhardt . O Supremo Tribunal Federal e as minorias: uma análise das decisões em demandas relativas à não discriminação e realização do direito de igualdade. Dissertação de Mestrado. **Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, 2019.

KREBS, Hélio Ricardo Diniz et al. **A importância dos direitos fundamentais para o sistema de precedentes**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015.

LIPPMANN, Rafael Knorr. **Precedente judicial**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Processo Civil. Cassio

Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (coord. de tomo). 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Acesso em: 04 set. 2022. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/455/edicao-2/precedente-judicial>

LOTTI, Paulo – Tribunal de Justiça de São Paulo – Conselho Superior da Magistratura, Recurso n. 0034412-55.2011.8.26.0071. Para a íntegra da sustentação oral por ele realizada, vide: Acesso em: 02 set. 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MORAES, Alexandre D. **Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771868. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>. Acesso em: 24 set. 2022.

NOVO, Daniella; GRAELL, Fernanda; SILVESTRINI, Luiza; VINCAX, Marcus. Idosa é resgatada no Rio após 72 anos em situação análoga à escravidão; é caso mais antigo de exploração no Brasil. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/13/idosa-e-resgatada-no-rio-apos-72-anos-em-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 24/09/2022

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1696261>. Acesso em: 24/09/2022

TARUFFO, Michele. Precedente e jurisprudência. Trad. Chiara de Teffé. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 3, n. 2, jul.-dez./2014. Disponível em: <<http://civilistica.com/precedente-e-jurisprudencia/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

THAMAY, Rennan; JUNIOR, Vanderlei G.; JR., Clóvis Smith F. **Precedentes Judiciais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. 9786555598469. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598469/>. Acesso em: 30 ago. 2022

VIANA, Antônio Aurélio de S.; NUNES, Dierle. **Precedentes - A Mutação no Ônus Argumentativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. 9788530978112. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978112/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SILVA, Flavia Martins André; **Os direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos. Esses direitos advêm da própria natureza humana, daí seu caráter inviolável, intemporal e universal (dimensão jusnaturalista-universalista)**. 2006; disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=lang_pt&id=x35yEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP7&dq=direitos+fundamentais+constitui%C3%A7%C3%A3o&ots=PHL_x6elfx&sig=7vulzvsHKtzdVEBJG8ewTXz3fbw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10/11/2022

SILVA, Giana de Marco Vianna da; CATALAN, Marcos Jorge. O registro de biparentalidade homoafetiva: um estudo de caso. **Revista Síntese Direito de Família**, n. 92, out./nov. 2015. p. 10.

STRECK, Lenio. Luis. O caso da ADPF 132: defender o texto da constituição é uma atitude positivista (ou “originalista”)? **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 280–304, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24685>. Acesso em: 1 set. 2022.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA
DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rev.v16i3.1737

Silvia Cristina de Oliveira Quadros

silvia.quadros@unasp.edu.br

Coordenação Mestrado Profissional em Educação - Centro
Universitário Adventista de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8954-9603>.

Katia Alves de Souza Martins

katiasouza.martins@gmail.com

Centro Universitário Adventista de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1451-7537>.

Elisabeth Gomes de Amorim

elisabeth.amorim.prof@hotmail.com

Centro Universitário Adventista de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8726-0784>.

Elivânia Penedo da Silva

vania.penedo@hotmail.com

Colégio Adventista Ellen White. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9187-0787>.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

YOUTUBE KIDS: A QUESTÃO DA LINGUAGEM

YOUTUBE KIDS: THE QUESTION OF LANGUAGE

RESUMO

Considerando que estamos na chamada “era digital”, as crianças e adolescentes têm passado muito tempo diante das telas de um computador, celular ou *tablets*, muitas vezes, sem o devido acompanhamento dos pais, fazendo com que absorvam com muita facilidade o conteúdo a que estão expostos, e a ideologia que está sendo transmitida. Este trabalho visa caracterizar a linguagem em dois vídeos do *Youtube kids*. Buscamos fazer um paralelo entre as figuras e os temas apresentados nos vídeos selecionados para análise, e, assim, verificar adequação ao público a que se destina e a ideologia presente. Após a análise da relação figuras-temas, de acordo com a teoria semiótica, pode-se traçar um quadro de valores que formam a ideologia dos vídeos estudados.

Palavras-chave:

Linguagem. figuras-temas. Youtube kids.

Keywords:

Language. figures-themes. Youtube kids.

QUADROS, Silvia Cristina de Oliveira; MARTINS, Katia Alves de Souza; AMORIM, Elisabeth Gomes; SILVA, Elivânia Penedo. Youtube kids: a questão da linguagem. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 88 - 100, Dezembro 2023.

ABSTRACT

Considering that we are in the so-called “digital age”, children and teenagers have spent a lot of time in front of screens of computer, mobile or tablet, often without proper parental guidance, causing absorb very easily content they are exposed, and the ideology that is being transmitted. This paper aims to identify the language is being presented in two *Youtube kids* videos, since We seek to draw a parallel between the figures and themes presented in the videos selected for analysis, and thus understand whether the contents presented are considered suitable for the ages for which they are intended. After analyzing the relationship between figures and themes, according to semiotic theory, one can draw a framework of values that form the ideology of the studied videos.

INTRODUÇÃO

A investigação sobre o desenvolvimento da linguagem tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores da atualidade, considerando que esse desenvolvimento poderá afetar positiva ou negativamente outras áreas a serem desenvolvidas no decorrer dos anos. No processo de desenvolvimento da linguagem, as crianças têm acesso a *tablets*, celulares e computadores e, muitas vezes, ficam horas expostas a conteúdos de canais de *youtubers*, tais como os que aparecem na plataforma do *Youtube Kids*. E, dessa forma, são influenciados pelas várias manifestações de linguagem apresentadas na internet.

O site E-commerce Brasil (2018) publicou em um artigo dados de uma pesquisa realizada pelo Viacom¹ em 2017. Segundo essa pesquisa, as crianças brasileiras têm passado cerca de 50% a mais de tempo na internet do que a média mundial. Ainda no artigo publicado, é mencionado a preocupação dos pais em relação ao tipo de informação a que os filhos têm acesso. Dos pais pesquisados pela Viacom, 66% afirmaram que seus filhos utilizam com frequência o *Youtube* para pesquisas de conteúdos pedagógicos.

Essa constatação, apresentada pela pesquisa do Viacom, despertou-nos o interesse em descobrir que tipo de linguagem está sendo utilizada pelos *youtubers* mais acessados na plataforma do *Youtube kids* para se comunicar com o público alvo: crianças e adolescentes. Também sentimos a necessidade de verificar qual o conteúdo passado para o público infantil, por meio dos canais desses *youtubers* disponíveis nessa plataforma, e se esse conteúdo é realmente apropriado, já que a maioria das crianças pode escolher livremente o que quer acessar dentro do *youtube kids*.

A partir dessa premissa, este estudo tem como proposta apresentar uma reflexão sobre os vídeos disponibilizados para o público infantil dentro do *Youtube kids*, uma versão do *youtube* voltada para

1. Viacom - Video and Audio Communications é uma empresa americana, que possui empresas por todo o mundo de redes de televisão por assinatura e produção de filmes. Está entre as maiores indústrias de entretenimento do mundo. Disponível em:<<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/criancas-do-brasil-passam-50-de-tempo-mais-na-internet-do-que-media-global/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

crianças, com o objetivo de entreter e facilitar a busca por conteúdos especificamente infantis, já que, de acordo com um estudo realizado pela *TIC kids Online Brasil*² (AIX SISTEMAS, 2019), crianças e adolescentes, entre 9 e 17 anos, estão tendo mais acesso a aparelhos celulares com conexão direta com a internet, proporcionando aos pais mais “tranquilidade” ao disponibilizar esses aparelhos aos seus filhos, e das crianças entrevistadas nesse estudo, mais de 70% usam o tempo em plataformas de vídeos entre outras coisas.

Para a realização desta pesquisa, identificamos os *youtubers* mais acessados na plataforma do *youtube kids* e dentre eles, selecionamos dois *youtubers* de diferentes expressões: um, em que adultos são criadores de conteúdos e se apresentam como crianças e outro em que as próprias crianças atuam em situações do cotidiano.

O desenvolvimento de nossa reflexão segue apresentando a questão da linguagem e letramento, a linguagem na internet, *Youtube Kids* – o objeto deste estudo e a análise do objeto de estudo, trazendo uma reflexão sobre a relação tema e figura, presentes nos discursos dos vídeos analisados.

A QUESTÃO DA LINGUAGEM E LETRAMENTO

Linguagem é a capacidade de comunicação do ser humano e, por meio dela é possível se expressar pensamentos, sentimentos e pode ser manifestada de forma visual, gestual, ou seja, não verbal e verbal. Na forma verbal, a linguagem se manifesta por meio da língua oral ou escrita.

Segundo Inês Sim-Sim (2002), o domínio da linguagem na comunicação é de suma importância para que haja o sucesso individual e coletivo e, infelizmente, é comum os professores se queixarem sobre as deficiências linguísticas dos alunos e de seu insucesso escolar. Mas muitas vezes, as variantes linguísticas presentes no contexto da sala de aula são desconsideradas pelo docente, além das diferenças e características próprias da língua oral e da língua escrita e, no processo de comunicação, deve-se considerar que a língua possui suas especificidades, conforme podemos ler em Magda Soares (2003, p. 18):

Além de apenas em poucos casos haver total correspondência entre fonemas e grafemas, de modo que a língua escrita não é, de forma alguma, um registro fiel dos fonemas da língua oral, há também uma especificidade morfológica, sintática e semântica da língua escrita: não se escreve como se fala, mesmo quando se fala em situações formais; não se fala como se escreve, mesmo quando se escreve em contextos informais. (SOARES, 2003, p. 18).

Considerando o processo de letramento, como um “*conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar*” (KLEIMAN, 2005, p. 5), a *plataforma Youtube Kids* pode ser uma ferramenta de apoio a esse processo, uma vez que muitas crianças possuem

2. A *TIC kids Online Brasil* é uma pesquisa realizada pelo Cetic (departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br)), com o objetivo de “mapear possíveis riscos e oportunidades online”. Disponível em: <<https://cetic.br/pesquisa/kids-online>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

acesso desde cedo aos meios digitais de comunicação, que podem favorecer ou não seu processo de aquisição da leitura e da escrita.

O Letramento não é sinônimo de alfabetização, mas os dois são indissociáveis. Em todos os lugares, fazemos o uso da prática social da leitura e da escrita, que precisam ter significado, fazer parte do contexto da criança, que participa dos processos do uso social da escrita, desde cedo, passam a ter contato com os celulares, tablets e computadores, ao que parece de início ser complexo, mas a criança muito se acostuma com o papel da tecnologia na sociedade, e conforme Kleiman (2010):

A complexidade da sociedade moderna exige conceitos bem complexos para descrever e entender seus aspectos relevantes. E o conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas de atividades e não somente nas atividades escolares. (KLEIMAN, 2010, p.6).

A Tecnologia é a base de conhecimento da nova geração e quem não se apropria dela, não consegue se alinhar aos dias atuais. Dependendo do nível de letramento, a criança terá acesso aos programas disponíveis na internet e desenvolverá uma postura mais seletiva diante desses canais ou apenas absorverá as informações, valores e conceitos.

Ao analisarmos os vídeos postados na plataforma do *Youtube kids*, percebemos que a todo o momento há interação entre *youtubers* e internautas, já que podem compartilhar suas ideias através dos comentários deixados no canal, e nesse momento, há participação dos produtores dos vídeos como interlocutores no processo de aquisição da linguagem dos ouvintes, tendo eles a opção de reagir ao que lhes é apresentado, pensar sobre o assunto postado, e deixar seu comentário sobre o que julgaram do assunto.

Segundo Ellen G. White (2008), o indivíduo que pensa, é capaz de raciocinar e julgar por si mesmo e não deixa ser levado por pensamentos de outros. Sendo assim, a aquisição da linguagem acontece em toda a interação social, seja ela no mundo real ou virtual, e todo esse movimento faz parte do processo de letramento, não havendo a obrigatoriedade de que a criança esteja na escola aprendendo a ler e escrever, conforme explica Sim-Sim (2002), “por aquisição da linguagem entendemos o processo de apropriação subconsciente de um código linguístico, via exposição, sem que para tal seja necessário um mecanismo formal de ensino”.

Esse processo ocorre dentro da própria cabeça (da criança); é um processo cognitivo. Ocorre, porém, em contextos de interação social e não há outro modo de ocorrer a não ser nesses contextos. A aprendizagem também é um processo interativo. Ele se dá a partir do intercâmbio de significados entre o sujeito e os outros. O ato de significar é um ato social. (HALLIDAY, 1975 apud LEMOS, 1986, p. 239).

O letramento está ligado a práticas sociais, é a apropriação do conhecimento, conforme afirma Kleiman (2005, p.18), “a criança pode ser considerada letrada antes mesmo de saber ler, pois possui estratégias orais antes de ser alfabetizada, quando começa a interagir socialmente com práticas de letramento.”

Em se tratando do uso da internet, é possível verificar um tipo de letramento ideológico, ou seja, aquele em que os grupos sociais buscam assegurar seus interesses e crenças através dos conteúdos postados em seus vídeos.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum - BNCC, “a viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade” em que as opiniões são mais importantes do que os fatos, onde não existem mais fronteiras entre o público e o privado, surgindo a necessidade de reflexão sobre a redefinição de limites e o “excesso de exposições nas redes sociais”, e ainda acrescenta que “é preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.” (BRASIL, 2017).

Considerando que a aprendizagem acontece no momento de interação, percebemos que enquanto a criança e o adolescente assistem e, conseqüentemente, interagem com os vídeos apresentados pelo *youtube kids*, estão aprendendo e, possivelmente, absorvendo a ideia do criador de conteúdos, e os significados adquiridos serão internalizados e passarão a fazer parte do vocabulário do indivíduo e a ideologia passada será tida como verdadeira.

A LINGUAGEM NA INTERNET

A expansão da internet fez surgir um novo estilo textual – o hipertexto – que se caracteriza por ser um “texto aberto, livre, solto, sem fronteiras definidas”, sendo uma produção independente e liberal (FALCÃO, 2012).

A linguagem na internet, no geral, é considerada como informal, coloquial e não segue, necessariamente, a norma culta, no intuito de se aproximar mais da fala das pessoas, da língua oral.

Considerando a língua oral, utilizada na internet, percebemos que ela assume uma “intencionalidade tribal na publicidade de fatos e ideias”, pois se encontra desvinculada das normas linguísticas (BARTHES, 1984 *apud* FALCÃO, 2012, p. 4).

Segundo Miglio (*apud* FALCÃO, 2012, p. 7), a diversidade de perfis de diferentes faixas etárias, faz com que muitos dos internautas não tenham domínio completo das normas padrões da língua escrita. Conseqüentemente, a linguagem na internet está se inserindo de forma significativa na vida de crianças e adolescentes.

Mas a língua oral não está sozinha nas apresentações feitas na internet. Outros fatores estão associados a ela, para produzir o efeito desejado pelos produtores de conteúdo, dentre eles estão o timbre de voz, que precisa ser chamativo, principalmente, quando se trata de chamar a atenção das crianças e adolescentes, a linguagem corporal, os temas e a linguagem não verbal, ou seja, os itens que compõem o cenário.

Silva *et. al.* (2000) apresentam o seguinte comentário sobre a comunicação verbal e/ou não-verbal: “a comunicação verbal exterioriza o ser social e a não-verbal o ser psicológico, sendo sua principal função a demonstração dos sentimentos”.

A linguagem não verbal envolve todas as manifestações de comportamento não expressas por palavras, entre elas o gesto, expressões faciais, a postura e a organização de objetos no espaço, ela reflete o estado emocional da pessoa (SILVA *et. al.*, 2000).

No caso dos vídeos analisados, o tom de voz, expressão facial, gestos, postura corporal são todos realizados com uma intencionalidade, que podem sugerir naturalidade ou artificialidade, conforme a atuação dos atores.

O mundo caminha para uma época de informação tecnológica, em que a internet penetra de maneira impressionante na vida dos seres humanos, contudo, diante deste fenômeno social, surgiram muitos desafios, dentre eles, estão os aspectos ligados à comunicação e ao uso da linguagem.

Os grupos sociais costumam criar uma forma própria de usar a linguagem, e, se tornam conhecidos por sua forma específica de comunicação. E a linguagem na internet possibilita que os criadores de conteúdos de vídeos utilizem-na de acordo com a público a que se quer atingir.

YOUTUBE KIDS – O OBJETO DESTA ESTUDO

O *Youtube kids* é uma plataforma de vídeos lançada no Brasil em 2016, que reúne canais específicos para o público infantil, e tem sido usada como instrumento de comunicação social, pois apresenta uma linguagem de fácil compreensão e a possibilidade de interação entre o *youtuber* e seus seguidores, e nesse universo, a internet tem se tornado um dos meios de difusão de mensagens mais acessíveis e, desse modo, sua linguagem se propagou e tornou-se globalizada.

A variedade de temas apresentados nos vídeos facilita a propagação de ideias e ideologias por meios das opiniões dos *youtubers* que os produzem.

O site meioemensagem.com publicou uma matéria em outubro de 2018, intitulada “Os canais infantis mais influentes no *Youtube*”. Nessa matéria, o site apresenta um estudo realizado em outubro de 2018 pela área de tendência *Snack Intelligence*³, onde foram listados os canais infantis considerados os mais influentes no *youtube* Brasil, e conseqüentemente, alguns deles também aparecem disponíveis para as crianças no *youtube kids*.

Ao acessar o aplicativo do *youtube kids*, foi possível encontrar, dos canais listados na pesquisa acima, um que denominaremos de “Canal A”, que apesar de seus atores não serem crianças, produzem

3. *Snack Intelligence* – É a área da rede *Snack* responsável por pesquisas, monitoramento e análises de mercado audiovisual digital. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/10/10/os-canais-infantis-mais-influentes-no-youtube.html>. Acesso em: 07 dez. 2019.

vídeos, segundo eles, voltados para o público infantil, acumulando mais de 26 milhões de inscritos. Seleccionamos este para servir como objeto de estudo em nossa pesquisa.

Em relação aos *youtubers* infantis brasileiros, encontramos no Estudo Kids⁴, uma lista dos 10 melhores “canais para criança feitos por criança” (BEZERRA, 2018).

Após assistirmos alguns vídeos dos canais apresentados na pesquisa realizada por Bezerra (2018), seleccionamos mais um canal, que denominaremos de “Canal B”, que acumula mais de 10 milhões de seguidores, para também servir de objeto de estudo em nossa pesquisa.

A seguir, uma breve descrição dos canais seleccionados, que neste estudo forma denominados de A e B.

O Canal A, possui um personagem que é conhecido como um dos maiores influenciadores infantis e mesmo sendo adulto, produz conteúdo para crianças.

Nesse Canal A, é possível encontrar vídeos de diversos assuntos e em diferentes cenários, todos muito bem planejados, com figurinos que combinam com o tema apresentado no vídeo. Conta com a participação de alguns jovens que, na maioria das vezes, também interpretam personagens infantis, e há a participação de uma criança.

Os personagens do Canal B apresentam situações supostamente reais vivenciadas por dois irmãos. “Na telinha dos celulares e dos computadores, os irmãos contam histórias, fazem desafios e participam de brincadeiras” (BEZERRA, 2018).

Após a escolha dos canais, partimos para a seleção dos vídeos dos canais seleccionados, observando a quantidade de visualizações. Do Canal A, seleccionamos o vídeo “A nova professora da escolinha”, classificado como “livre para todos os públicos”, postado no dia 26 de setembro de 2019, alcançando, até o dia 25 de novembro de 2019, vinte milhões de visualizações. O vídeo apresenta uma simulação de uma escola, em forma de novelinha, onde os alunos (adolescentes e jovens que se comportam como crianças) ficam sabendo que receberão uma nova professora, supostamente malvada, e decidem tratá-la mal, pra que ela desista de dar aulas para eles. No final do vídeo, os alunos descobrem que foram enganados, sentem-se envergonhados e pedem desculpas à professora.

Do canal B, seleccionamos o vídeo “Maria Clara e sua amiga querem o mesmo vestido”, postado no canal no dia 20 de setembro de 2019, alcançando até 01 de dezembro de 2019, mais de quinze milhões (15.096.440) de visualizações. O vídeo apresenta um dia de brincadeiras entre Maria Clara e sua amiga. Durante as brincadeiras, as meninas simulam alguns momentos de brigas entre elas, e o irmão aparece para ajudá-las a resolver a situação. No final do vídeo, elas falam sobre a importância de valorizar a amizade e que não devem brigar.

Após essa descrição dos vídeos, no tópico seguinte, analisaremos a relação figura-tema a fim de estabelecer o seu sentido de efeito de realidade transmitidos.

4. O Estudo Kids é um portal com conteúdo educativo para crianças do ensino fundamental. Disponível em:<<https://www.estudokids.com.br/melhores-youtubers-infantis/> acessado em 19/11/2019>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ANÁLISE: RELAÇÃO FIGURA X TEMA NOS VÍDEOS

A interação com o outro auxilia na construção da consciência individual, considerando que cada indivíduo constrói sua identidade a partir da imitação, e, segundo Discini (2005), o próprio sujeito é “construção da linguagem”, e as imagens que governam o sujeito são resultados dos diferentes modos de pensar e estarão de acordo com os interesses dos grupos sociais a que pertencem.

Discini (2005) também acrescenta que os pontos de vista passam a ser assimilados como naturais de acordo com o momento histórico e social que este está inserido, “tal construção de mundo remete então a uma rede conceitual de relações imanentes, a uma estrutura conceitual, a que se dá o nome de formação ideológica” (DISCINI, 2005, p.283).

É possível observar nos vídeos postados pelos *youtubers* sua ideologia, e esta é passada para seus seguidores através de brincadeiras, músicas, imagens e outros itens que aparecem de maneira implícita ou explícita, fazendo com que os internautas internalizem as ideias transmitidas por seus *youtubers* favoritos.

Segundo Chauí (2016) “a ideologia pode ser compreendida como um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir”.

A mídia vem sendo utilizada como instrumento de formação de opinião, por isso a necessidade de investigar os efeitos ideológicos do discurso apresentado nos vídeos produzidos pelos *youtubers*, destinados ao público infantil.

Podemos considerar os vídeos apresentados pelos produtores de conteúdo para o *Youtube kids*, muito mais que uma novelinha com um texto simples e elaborado para o entretenimento do público infantil, pois além das palavras, os vídeos apresentam o texto não verbal, aquele em que são apresentadas imagens para transmitir uma mensagem, uma ideia.

No texto verbal, fica explícita a mensagem a ser transmitida, a ideologia dos produtores de conteúdo. Já no texto não verbal, fica uma mensagem subconsciente, mas que também apresenta a ideologia, o tema a ser abordado, e que atinge o público alvo.

Podemos afirmar que os vídeos analisados, são enriquecidos semanticamente pelos procedimentos de tematização e figurativização, pois segundo explica Figueiredo (1999), “é através de percursos figurativos que se podem criar efeitos de sentido”.

Figueiredo (1999) retoma Barros (1990) e apresenta que “o revestimento figurativo do objeto-valor estabelece uma relação com o percurso temático para, no processo discursivo, disseminar o tema numa coerência semântica do discurso” e concretizar por meio das figuras o efeito de sentido de realidade, o que é possível observar nos vídeos analisados.

Segundo Barros (2004) os temas e figuras são determinados sócio-historicamente e trazem para os discursos o modo de ver e de pensar o mundo de classes, grupos e camadas sociais, garantindo assim o caráter ideológico desses discursos.

Pimentel (2016), menciona Barros (1990) ao explicar que o objeto da semiótica é analisar “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” com o propósito de concatenar a análise interna e a externa do texto. Na análise dos vídeos, abordaremos a análise interna, verificando o conteúdo e a linguagem.

Pimentel (2016) afirma que a apresentação de um assunto exprime as concepções abstratamente, conforme afirma Barros (apud PIMENTEL, 2016 p. 142), “tematizar um discurso é formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos. Em outras palavras, os percursos são constituídos pela recorrência de traços semânticos ou semas, concebidos abstratamente”.

Os temas podem ser entendidos como subsídios que servem para “organizar, categorizar, e ordenar os elementos do mundo natural” (FIORIM, 1988 apud FIGUEIREDO, 1999, p. 49).

Nos vídeos assistidos, é possível observar que pessoas representam alguns personagens, como: a diretora da escola, o inspetor, o irmão mais velho, que aparecem, em ambos os vídeos, os alunos, entre outros. Também é possível perceber os lugares (cenários) em que se passa todo o enredo, e nesse cenário, brinquedos, roupas, entre outros itens de destaque. A todos esses elementos, damos o nome de figuras, que, conforme explica Fiorin (apud PIMENTEL, 2016, p. 142), “a figura é o termo que remete a algo do mundo natural [...]. Assim, a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural”.

Analisando os vídeos selecionados, foi possível perceber que as figuras assumem um papel significativo de persuasão no discurso, ou seja, tem a função de persuadir o enunciatário, no caso, os internautas, seguidores dos canais. As figuras são estratégias usadas pelos criadores de conteúdos para persuadir/manipular o internauta, dando ao vídeo diferentes sentidos, enriquecendo o discurso e produzindo efeito de realidade.

A seguir, apresentamos um quadro correlacionando as figuras e temas apresentados nos vídeos:

Quadro 1 – Descrição do Vídeo 1 “Maria Clara e sua amiga querem o mesmo vestido⁵”

FIGURA	TEMA
Crianças brincando	Amizade, alegria, diversão, felicidade, brincadeira, liberdade, disputa e conciliação, despreocupação com o entorno e com o tempo.
Fantasia de princesa	Inocência, valorização do imaginário infantil, continuidade da fantasia na “vida real”, valorização da infância, poder feminino, beleza, riqueza.
Irmão mais velho	Maturidade, experiência, conciliação, responsabilidade.
Casa, espaço para brincar.	Aconchego, liberdade, valorização das crianças pelos pais, desenvolvimento e crescimento saudável.

O vídeo 1 remete a valores relacionados a uma infância saudável, com crianças valorizadas pelos pais, que possuem espaços para se desenvolverem. Apresenta entre os atores um relacionamento

5. Vídeo disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=G-Ogw1-rCWk>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

de irmãos, que brigam, mas se reconciliam. Apresenta uma realidade construída de uma família ideal, crianças se comportando como crianças.

Quadro 2 – Descrição do vídeo 2 “A nova professora da escolinha⁶”

FIGURA	TEMA
Criança (Giovanna)	Consciência infantil, responsabilidade.
Irmão mais velho	Imaturidade, irresponsabilidade, inconsequência.
Produtos: bonecos, mochilas, estojo, dentre outros brinquedos	Consumismo
Alunos adolescentes representando crianças	Desvalorização do professor, imaturidade, desrespeito aos mais velhos.
Diretora/ Inspetor	Maldade, mentira, antipatia por alunos, pela escola,
Professora	Verdade, simpatia com alunos, amor pela profissão, perseverança, perdão.
Escola (na visão dos alunos) (na visão da diretora, inspetor) (na visão da professora)	Ambiente agradável Espaço para não se ter alunos Ambiente de aprendizagem, amigável.

O vídeo 2 constrói uma realidade negativa da escola, as figuras remetem a uma situação de tramoia em relação à professora, que representa o bem, na história, em contraste com os funcionários (diretora e inspetor) que incitam os alunos a uma postura caracterizada pelo engano, mentira e maldade.

Esse vídeo se apropria do imaginário para assim prender a atenção das crianças. Só ao final do vídeo, é que os espectadores receberão mensagens imbuídas de valores voltados para o bem, por meio do pedido de desculpas feito pelos alunos à professora.

Em relação à linguagem utilizada nos vídeos analisados, é possível perceber que ela é infantilizada por parte dos adolescentes e adultos que se apresentam no vídeo 2, já que, considerando o público a ser alcançado, eles precisam se comportar como crianças, alunos de uma escola regular, e para tanto, utilizam-se da linguagem infantilizada para chamar a atenção das crianças que os assistem. Também utilizam um timbre de voz agudo e, por vezes, gritos, que, supostamente, estariam imitando o comportamento de crianças. Aparecem também algumas palavras consideradas impróprias: seja para denominar o público infantil, rotulando-as de “pestinhas” ou outras coloquiais como “troslei” e que, considerando os estudos apresentados nessa pesquisa, podem vir a fazer parte do vocabulário daqueles que seguem o canal. Utilizam-se da linguagem corporal exagerada, com muitos movimentos de mãos e braços, dando mais ênfase ao que se pretende passar para o público alvo.

Já no vídeo do canal B, encontramos uma linguagem própria de criança, sem exageros, com palavras apropriadas para o público a que se destina o vídeo. A linguagem corporal é feita de maneira intencional, para dar mais ênfase ao conteúdo apresentado, mas em alguns momentos é

6. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ISRe6hLAt2A>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

perceptível que a linguagem corporal é apresentada de maneira natural, o que dá mais realidade ao vídeo analisado. Apesar de serem crianças apresentado o vídeo, não encontramos gritos.

Verifica-se, nos dois vídeos, figuras que remetem a um contexto de classe média, visto que, no vídeo do canal A, apresenta uma escola grande, com muitos artigos e produtos de marca específica do personagem do vídeo, enquanto que no vídeo do canal B, apresenta uma casa grande, espaçosa, bem organizada, com quartos individuais, o que indica que é uma família de boa renda.

Pelo número de visualizações e de inscritos, pode-se inferir que a influência desses vídeos analisados neste estudo é grande, e as temáticas que identificamos neles, construirão a visão de mundo que as crianças formarão da infância, da escola, dos relacionamentos entre elas, e entre elas e os adultos, além do sentido construído para enfrentar os conflitos e as adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa reflexão, cremos ter alcançado o objetivo de caracterizar o tipo de linguagem usada e como se dá a comunicação utilizada pelos *youtubers*, o conteúdo transmitido ao público infantil e sua adequação.

Verificamos que a linguagem utilizada nos vídeos é direcionada ao público infantil e adolescente, sem muita preocupação com os processos de Letramento, além de constatar que a comunicação traz em seu âmago uma ideologia constituída de valores sociais voltados para a classe média.

A análise dos conteúdos nos mostrou que os *youtubers* procuram colocar em seus vídeos, conteúdos que irão chamar a atenção das crianças e adolescentes, mas, muitas vezes, não são apresentados de maneira adequada.

Essa reflexão da linguagem e sua significação nos vídeos apresenta processos sociais caracterizados pela relação familiar e escolar, que formarão a visão de mundo da criança e do adolescente, de modo que ela direcione ou molde suas atitudes e linguagem com base no que ela assiste. Portanto, é importante que os pais e responsáveis estejam cientes do sistema de valores apresentados nos diversos vídeos disponíveis na internet.

Esperamos que, através desta pesquisa, possamos contribuir academicamente com os profissionais da área da educação, visto que é preciso desenvolver uma cidadania digital com uso responsável, ético e consciente das redes sociais e da tecnologia, mas a função e o impacto que estas tecnologias têm na vida de uma pessoa precisa ser analisado com cuidado. Também esperamos que esta pesquisa sirva como alerta para que os pais e responsáveis acompanhem o que a criança assiste pela internet, e qual o efeito de sentido de realidade está sendo construído a partir dos conteúdos e significados nos vídeos assistidos pelas crianças. Só assim, será possível que as crianças e adolescentes desenvolvam uma visão crítica sobre a realidade virtual apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIX SISTEMAS. **O uso do Youtube pelas crianças: potenciais e riscos**. 2019. Disponível em:<<https://educacaoinfantil.aix.com.br/o-uso-do-youtube-pelas-criancas/>>. Acesso em 07 dez. 2019.

BARROS, D. L. P. Publicidade e figurativização. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 47, n. 2, p. 11-31, 2004.

BEZERRA, K. **10 melhores youtubers infantis brasileiros**. 2018. Disponível em:<<https://www.estudokids.com.br/melhores-youtubers-infantis/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum - B**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2017. 597p. Disponível em:< http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2019.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO-CETIC. **Tic kids online Brasil**. 2019. Disponível em:<<https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CHAUÍ, M. S. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-257, 2016.

DISCINI, N. **Comunicação nos textos**: leitura, produção, exercícios. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

E-COMMERCE BRASIL. **Crianças do Brasil passam 50% mais de tempo na internet do que a média global**. 2018.

Disponível em:<<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/criancas-do-brasil-passam-50-de-tempo-mais-na-internet-do-que-media-global/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FALCÃO, S. B. **Linguagem da internet**: do virtual para o não-virtual. 2012. 10p. Disponível em:<http://www.fsma.edu.br/esfera/Artigos/Artigo_Sabrina.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2019.

FIGUEIREDO, I. L. Procedimentos de tematização e figurativização na produção textual de alunos de terceiro grau. **Revista do GELNE**, v. 1, n. 1, p. 49-51, 1999.

HALLIDAY, M. K. A Functional Approach to Child Language. Cambridge, G. B., Cambridge University Press. In.: LEMOS, C. T. G. Interacionismo e aquisição da linguagem. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 2, 1986.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever?. Campinas: Cefiel/ IEL/Unicamp, 2005.

MEIO&MENSAGEM. **Os canais infantis mais influentes no Youtube**. 2018. Disponível em:<<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/10/10/os-canais-infantis-mais-influentes-no-youtube.html>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PIMENTEL, T. Tematização e figurativização e suas correlações com o plano de expressão em A invenção de Hugo Cabret 3D. **PAPÉIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-UFMS**, v. 20, n. 39, p. 136-151, 2016.

SELL, S. Chomsky e o inatismo cartesiano. **Working Papers em Linguística**, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2002.

SILVA, L. M. G. *et. al.* Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 8, n. 4, p. 52-58, 2000.

SIM-SIM, I. *Desenvolver a linguagem, aprender a língua*. In: CARVALHO, A. D. (Ed.). **Novas Metodologias em Educação**. Porto: Porto Editora, 2002, p. 197-226.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WHITE, E. G. **Educação**: Um modelo de ensino integral; tradução de Flávio Lopes Monteiro. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA
DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rev.v16i3.1736

Ana Flávia Soares Conceição

ana.soares@adventista.edu.br

Mestra em Psicologia. Docente de Psicologia na Faculdade Adventista da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6654-0785>

Joyce Elisa dos Santos Gonçalves

joycelisa13@gmail.com

Psicóloga. Formanda na Faculdade Adventista da Bahia.

Nara Yngred Brandão Santos

nara.yngred@gmail.com

Psicóloga. Formanda na Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

RACISMO E AUTOESTIMA DA MULHER NEGRA UNIVERSITÁRIA

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a autoestima dessas mulheres negras universitárias, compreender o que significa o racismo para as mesmas e descrever experiências de racismo e suas consequências na autoestima. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratório descritivo. Para seu desenvolvimento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o método Photovoice, que foram gravadas, arquivadas e transmitidas. Ficou evidente que o racismo interfere diretamente na autoestima dessas mulheres negras universitárias, ocasionando dificuldades para o reconhecimento como pessoa negra. Tal violência está enraizada nas universidades, impedindo o avanço das relações.

Palavras-chave:

Mulheres negras. Racismo. Autoestima.

Keywords:

Black Women. Racism. Self Esteem.

CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares; GONÇALVES, Joyce Elisa dos Santos ; SANTOS, Nara Yngred Brandão. Racismo e autoestima da mulher negra universitária. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 101 - 122, Dezembro 2023.

ABSTRACT

This study aims to analyze the self-esteem of these Black female university students, understand what racism means to them, and describe experiences of racism and its consequences on self-esteem. It is qualitative research of an exploratory and descriptive type. For its development, semi-structured interviews and the Photovoice method were conducted, recorded, archived, and transmitted. It became evident that racism directly affects the self-esteem of these Black female university students, causing difficulties in recognizing themselves as Black individuals. Such violence is deeply rooted in universities, hindering the advancement of relationships.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Hall (1996), o racismo é uma das principais consequências do processo colonial, que estabeleceu hierarquias raciais e perpetuou a exclusão e a marginalização de certos grupos étnicos. Ele afirma que “a construção do Ocidente e a construção da diferença são dois lados da mesma moeda. A imagem do ‘Ocidente’ foi definida em oposição à imagem do ‘Resto’, e as diferenças culturais foram transformadas em hierarquias raciais” (p. 280). Dessa forma, a ideia de que algumas raças são superiores a outras foi disseminada como uma justificativa para a dominação colonial e ainda é usada para justificar o racismo estrutural presente em muitas sociedades atualmente.

No Brasil desde a época da colonização pelos portugueses, onde indígenas e africanos foram escravizados do século XV até o final do século XIX, sendo os africanos e seus descendentes a maioria dos escravizados. Foi o último país a abolir a escravidão através da Lei Áurea, também conhecida como Lei Imperial nº 3.353, promulgada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel. Essa lei declarou a liberdade dos escravizados no Brasil e pôs fim à escravidão que vigorou por mais de 300 anos no país. Depois de três séculos de violência e exploração da população negra neste território.

Após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, muitos ex-escravos se viram livres, mas ainda enfrentaram diversas dificuldades. Alguns tentaram retornar às suas terras de origem, enquanto outros permaneceram nas propriedades dos antigos senhores como trabalhadores assalariados, enfrentando muitas vezes situações de exploração e abuso. Além disso, o racismo e a discriminação persistiram na sociedade brasileira, dificultando a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho e na vida social. Mesmo com a abolição formal da escravidão, as relações entre senhores e ex-escravos continuaram complexas e difíceis, marcadas por conflitos e desigualdades, o que perpetuou a desigualdade social e racial no país. Muitos negros foram expulsos dos territórios onde moravam e eram explorados até então, e foram colocados à margem da sociedade, sendo condenados à exclusão, fome, violência, vulnerabilidade social e discriminação. A ideologia racista, que se manifesta por meio da discriminação, exclusão e preconceito em relação a indivíduos

e grupos com base em sua cor de pele, etnia ou origem cultural, tem suas raízes históricas no processo colonial, que estabeleceu hierarquias raciais em que os povos colonizados eram vistos como inferiores, e essa ideologia não cessou.

Com o fim do período escravocrata brasileiro, foi preciso uma nova organização do lugar do negro na sociedade. De acordo com Sodré (1995), este lugar é o “de escravo à marginal”, fazendo surgir o “racismo de exclusão”, insinuando assim que os negros livres não serviam para trabalhar. Muitos negros livres se viram sem ter para onde ir e como sustentar suas famílias. No entanto, a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho foi dificultada pela persistência do racismo e da discriminação na sociedade brasileira. Muitos empregadores continuaram a preferir trabalhadores brancos, vendo os negros livres como “não serviam para trabalhar” e perpetuando o estereótipo de que a raça negra era inferior e incapaz de desempenhar atividades profissionais complexas. Essa discriminação afetou profundamente a vida desses indivíduos, que enfrentaram muitas dificuldades para encontrar empregos e garantir a subsistência de suas famílias. A exclusão e a marginalização dos negros livres do mercado de trabalho é uma das muitas formas pelas quais o racismo se manifestou na sociedade brasileira e continuou a perpetuar a desigualdade social e racial no país.

A posição de marginalidade dos negros em relação à nova organização social e a “inapropriação” em relação ao trabalho se estruturaram estabelecendo uma relação de inferioridade cultural. Isso resultou em um acesso limitado a trabalhos formais e, conseqüentemente, às “ocupações informais” como serviços domésticos, biscates e outras ocupações subalternas (FREITAS; MOURA, 1985 apud KALCKMANN; SANTOS; BATISTA; CRUZ, 2007). Essa situação contribuiu para a exclusão dos negros do mercado de trabalho e para a limitação do acesso à educação em uma sociedade onde o acesso à educação era restrito às elites.

Durante o período colonial e, posteriormente, após a abolição da escravatura no Brasil, não houve apenas uma falta de acesso à educação para os negros, mas sim uma total exclusão do grupo da educação formal. O acesso à escola era restrito para pessoas negras, de modo que muitas leis foram criadas para proibir a educação desses indivíduos. Esse cenário perpetuou a desigualdade social e racial no país, uma vez que a educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de qualquer indivíduo. A exclusão dos negros da educação formal contribuiu para que essas pessoas fossem impedidas de ocupar posições de poder e de influência na sociedade, o que perpetuou o racismo e a desigualdade social. Somente com a luta de movimentos sociais e ações afirmativas nas últimas décadas é que começamos a ver uma mudança na inclusão de negros no sistema educacional formal do país. Segundo a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “a proibição de ensino para negros, como tantas outras formas de violência, era institucionalizada, legalizada, socialmente construída e legitimada” (SILVA, 2011, p. 74). Isso mostra como a exclusão do grupo da educação formal não foi apenas uma consequência da falta de recursos ou da falta de interesse, mas sim uma prática sistemática de discriminação e marginalização, que perpetuou o racismo e a desigualdade social no país.

O racismo se estabelece na fundamentação da crença da existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana - raças superiores e raças inferiores. Tal crença justificou, por muito tempo, atrocidades que foram cometidas contra a humanidade, como o antissemitismo, o nazismo, o apartheid e a escravidão. É importante destacar que todas as atrocidades cometidas ao longo

da história da humanidade são inaceitáveis e não devem ser relativizadas. No entanto, é possível identificar hierarquias de atrocidades, que se referem à extensão e à gravidade das violações dos direitos humanos em diferentes contextos históricos e sociais. Quando se trata de antissemitismo, nazismo, apartheid e escravidão, essas são formas de opressão que foram historicamente arraigadas em sistemas políticos e sociais que foram responsáveis por perpetrar imensas violações de direitos humanos. A escravidão foi uma prática histórica que negou a humanidade de milhões de pessoas ao longo de três séculos, tirando-lhes a liberdade e submetendo-as a condições desumanas. É importante enfatizar que todas essas formas de opressão deixaram legados dolorosos que afetaram e continuam afetando as vidas de muitas pessoas. Sendo assim, independentemente da sua classe social, ser negro hoje é ser excluído e marginalizado numa sociedade em que o racismo estrutura as relações (MUNANGA, 1986).

Com o objetivo de estabelecer a igualdade de oportunidades, defender os direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e combater a discriminação e as demais formas de intolerância étnica, foi criada a Lei Nº 12.288, que em seu artigo 2º do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010, n. p.) institui:

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

No entanto, a realidade presente demonstra não haver esta igualdade. Apesar de ter as leis antirracistas e implantação de cotas raciais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi somente no ano de 2018 que pretos e pardos se tornaram maioria no ensino superior da rede pública do País (50,3%). Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população. Além disso, na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua realizada em 2016, e divulgada em 2018 pelo IBGE, há um disparate ainda maior com relação ao percentual de mulheres pretas e pardas, apenas 10,4% concluem o ensino superior, uma diferença exorbitante comparada a mulheres brancas (23,5%) que é mais do que o dobro do calculado, isto é, duas a três vezes maior.

Contudo, a exclusão racial na infância é uma realidade para muitas meninas negras, que são frequentemente vítimas de discriminação e preconceito na escola e na sociedade em geral. Estudos indicam que elas são mais vulneráveis a sofrerem bullying e exclusão social do que outras crianças (MARTINS, 2016). Essa exclusão pode ter um impacto significativo em sua autoestima e autoimagem, afetando seu desenvolvimento emocional e social. É importante que sejam criados espaços seguros para que as meninas negras possam se sentir acolhidas e valorizadas em sua identidade étnica e cultural, e que a sociedade como um todo se conscientize da necessidade de combater o racismo e a discriminação em todas as suas formas, desde a infância.

Martins (2016) aponta que a exclusão racial na infância pode ser particularmente danosa para meninas negras, uma vez que elas são frequentemente confrontadas com estereótipos e preconceitos em relação à sua aparência e comportamento. Além disso, elas podem sentir-se desencorajadas a buscar seus objetivos e sonhos, acreditando que não têm valor ou capacidade

devido à sua cor de pele. É fundamental, portanto, que sejam criados espaços seguros para que essas meninas possam se expressar livremente e ser valorizadas em sua individualidade, para que possam crescer com autoestima e confiança em si mesmas. A sociedade, por sua vez, precisa se conscientizar da necessidade de combater o racismo em todas as suas formas, a fim de garantir que todas as crianças, independentemente de sua cor de pele, tenham acesso igualitário a oportunidades e possam desenvolver todo o seu potencial.

A partir de então, se reconhecer negra transforma-se em tabu, têm, portanto, a necessidade de embranquecer. A jornada para o distanciamento deste “ideal” é dura e complicada. Silva (2000) atribui esse processo de identidade como uma forma de situar-se no mundo; é percebendo o “não-eu” que o indivíduo compreende sua distinção, assim, dizer ser negro significa que o indivíduo afirma não ser branco, percebendo a sua própria identidade.

Segundo Ângela Davis, a identidade não é algo fixo ou estático, mas uma construção social e histórica que está em constante mudança e transformação. Ela argumenta que a identidade é influenciada pelas formas como os indivíduos são percebidos e tratados pela sociedade, e como eles se relacionam com as estruturas de poder e opressão. Davis também destaca a importância de se considerar as experiências e as lutas coletivas dos grupos marginalizados na construção da identidade. De acordo com ela, “A identidade é um processo em constante evolução, influenciado pelas formas como somos percebidos e como percebemos a nós mesmos em relação ao mundo ao nosso redor” (DAVIS, 2016, p. 32).

Logo, é um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Os traços culturais marcam referências da condição humana, que se expressa nos rituais, práticas linguísticas, comportamentos alimentares e tradições. Segundo González Rey, “a cultura é uma dimensão inerente à subjetividade humana, que se constitui e se desenvolve em um contexto sociocultural determinado” (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 7). Ele defende que a cultura é fundamental na constituição da subjetividade humana e na formação de nossas identidades individuais e coletivas, influenciando nossa percepção do mundo e de nós mesmos, além de moldar nossas formas de pensamento e comportamento.

Para González Rey, a cultura não é um elemento externo ao indivíduo, mas sim uma parte integrante de sua vida cotidiana e de sua experiência emocional e social. Ele destaca que a cultura é composta não apenas de valores e crenças, mas também de práticas sociais e instituições que estruturam as relações sociais.

Portanto, a cultura é vista por González Rey como um fator determinante na formação da subjetividade e na compreensão das experiências humanas, sendo fundamental para a construção de identidades individuais e coletivas. A compreensão da cultura e suas implicações nas vidas das pessoas é essencial para a psicologia e outras ciências sociais (GONZÁLEZ REY, 2015). Desse modo, como em outras maneiras identitárias, a identidade negra se edifica progressivamente, desde as primeiras relações no grupo social mais próximo, numa ação que envolve incontáveis variáveis, causas e efeitos, desde as relações primárias determinadas no grupo social mais íntimo, no qual a comunicação pessoal se estabeleceu nos primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.

Frequentemente este procedimento se inicia na base familiar e vai formando ramificações e desenvolvimentos a partir de outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, 2005).

Silva (2017), descreve este processo como árdua a construção positiva da identidade negra numa sociedade onde é incentivado negar a si mesmo para ser aceito. No Brasil, a edificação de uma identidade racial se deu de uma maneira singular e, até atualmente, permanece vulnerável e frágil, possibilitando o estudo do tema que se mostra altamente complexo, envolvendo questões históricas e sociológicas. Desta forma, o colorismo, dentro dessa perspectiva, surge como mais uma particularidade da discriminação racial, tentando, mais uma vez, categorizar as pessoas pela cor da pele, no qual, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as possibilidades de sofrer exclusão em sociedade. Com a finalidade de enquadrar-se em um ideário branco, tornou-se comum na comunidade negra modificar os cabelos e a pele, fazendo o possível para “melhorar” a aparência e fazendo-se passar pelos brancos. Este comportamento, foi alívio para alguns negros, porém, significava sujeição e humilhação para outros que não aprovavam tais atitudes e nem que suas características fossem alteradas por algum tipo de disfarce para se parecer com a branquitude (SILVA, 2017).

A partir disto, necessita-se ressaltar o peso maior imposto à mulher negra neste sistema. Mesmo o racismo estando presente tanto para homens quanto para mulheres, há uma clara distinção entre eles. A mulher negra ocupa a base da pirâmide social. Termo este utilizado porque é a base que sustenta o esqueleto capitalista, racista e sexista. Ou seja, tudo desmoronaria se não fosse pela mão de obra barata e pelos abusos que ela sofre (RODRIGUEZ, 2016). É justamente esta que sofre os efeitos da culpabilidade branca, porque ela sobrevive na base da prestação de serviços, enfrenta os desafios familiares praticamente sozinha, enquanto os homens da sua vida, seus irmãos, filhos, marido são objeto de perseguição policial sistemática. Mesmo quando a mulher negra é de classe média enfrenta discriminação, não adianta ser “educada” ou estar “bem-vestida”, de “boa aparência” (atributos estes associados a mulheres brancas); os porteiros obrigam a mulher negra entrar pela porta de serviço, só pode ser “doméstica”, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, 1984).

Para Collins (2000), existem no corpo social marcas do racismo e sexismo. Segundo Davis (2016), o racismo é um sistema político e social que se fundamenta na crença na inferioridade de determinadas raças em relação a outras, visando à manutenção do poder e da opressão de grupos privilegiados. Davis afirma que o racismo se manifesta de diversas formas, desde a discriminação e violência física até a exclusão social e o acesso limitado a recursos e oportunidades. Já o sexismo é uma forma de discriminação baseada no sexo ou gênero que se manifesta em diversas esferas da vida, como no trabalho, na educação e na cultura. Segundo Scott (1995), “o sexismo é a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, portanto, no direito de dominar” (p. 5). Ambas são causas de dominação que se descrevem por opressões que se intersectam.

Essa intersecção é conceituada pela autora Akotirene (2015) como a “maneira complexa pela qual a raça, classe, gênero, sexualidade, habilidade e outros eixos identitários se interconectam e se sobrepõem em diferentes contextos sociais, políticos e culturais, criando experiências únicas de opressão e privilégio para diferentes indivíduos e grupos”. Segundo ela, a interseccionalidade é uma abordagem que reconhece as múltiplas formas de opressão e privilégio que afetam a vida das

peças e busca compreender as relações de poder e hierarquias que se estabelecem a partir da interação desses eixos identitários.

Akotirene destaca que a interseccionalidade é uma ferramenta importante para a análise e o combate às desigualdades sociais e às formas de opressão que afetam grupos marginalizados. Ela afirma que a interseccionalidade permite compreender as experiências específicas de cada indivíduo e grupo, e promove uma visão mais completa e integrada das dinâmicas sociais e políticas que afetam as pessoas em diferentes contextos e situações (AKOTIRENE, 2015).

Neste seguimento, um padrão de que mulheres negras sofrem dupla ou tripla discriminação, é inapto compreender estas interconexões entre formas distintas de opressão se influenciam mutuamente. É preciso ter em mente, de acordo com Collins (2000), que gênero, raça e classe social são sistematizações distintas de opressão subtendidas à única estrutura de dominação.

Como resultado destas representações sociais que perpassam gênero e raça, a mulher negra tem sua imagem marcada ao mercado do trabalho e do sexo, encontrando-se fora do mercado afetivo. Em contraposição, as mulheres brancas pertencem ao casamento, a cultura do afetivo. A cor da pele, as características fenotípicas e corporais são o conjunto de fatores que regulam esta escolha (PACHECO, 2013). Além de ser considerada Hiper sexual, é imposto a mulher negra um discurso masculinizado: mulher forte, no mesmo nível do homem negro, mais forte que a mulher branca (FERNANDES, 2016). Uma representação deste funcionamento é na metáfora trazida por Zanella (2017, p. 05), denominada de “prateleira do amor”:

Essa prateleira é regida por um ideal estético (que vem se construindo desde o começo do século passado) marcado pela característica de ser branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre sua autoestima e maiores as chances de se sentir “encalhada” na prateleira, ficando em posições mais desfavoráveis na mesma. As mulheres negras são as mais afetadas nesse dispositivo, pois na configuração cultural das preferências afetivas, são as mais preferidas, em função do racismo.

Um estudo de Zanella (2021) discute a prateleira do amor a partir da perspectiva de pessoas negras que se sentem excluídas por não se enquadrarem nos estereótipos raciais valorizados pela sociedade. Segundo a autora, a prateleira do amor é uma forma de violência simbólica que afeta negativamente a autoestima e a saúde mental das pessoas negras. Além disso, ela destaca que a prateleira do amor não se limita às relações amorosas, mas também afeta a vida profissional e social dos indivíduos negros, que muitas vezes são preteridos em detrimento de pessoas brancas com menos qualificações ou habilidades.

Zanella aponta para a necessidade de desconstruir a prateleira do amor e construir relações mais igualitárias e respeitadas, baseadas em valores e virtudes individuais, independentemente da cor da pele (ZANELLA, 2021) e está ancorada na ancestralidade e na luta pela liberdade e igualdade, que se manifesta em diversas dimensões da vida social, como na cultura, na religião e nas lutas políticas”. Nesse sentido, a valorização da cultura negra e o resgate da história dos ancestrais são fundamentais para a construção de uma autoestima positiva e resistente, que possa enfrentar as opressões e desafios impostos pelo racismo e outras formas de discriminação. A prateleira do amor é mais uma forma de violência simbólica que atinge as pessoas negras, reforçando a ideia de

inferioridade e exclusão social. É preciso, portanto, desconstruir essa prática e construir relações baseadas na valorização mútua e na igualdade de oportunidades.

Segundo Davis (2016), a autoestima é fundamental para a luta contra o racismo e outras formas de opressão. Para a autora, a autoestima é a base para a formação de uma consciência crítica e para a resistência às injustiças e desigualdades. Davis destaca que a autoestima é influenciada pelas relações sociais e pelas formas como os indivíduos são tratados e percebidos pela sociedade em que vivem. Portanto, é importante que a luta contra o racismo inclua também a promoção da autoestima e do empoderamento dos indivíduos negros, para que possam resistir aos efeitos danosos do racismo em suas vidas. (DAVIS, 2016).

Quando valorizamos as características de um povo, quando respeitamos e consideramos as suas qualidades, a cultura e seus direitos, o ambiente acaba se tornando propício para que a autoestima se manifeste. Os ancestrais negros foi o ponto de referência para aquilo que chamamos de resistência que como consequência constrói também a autoimagem (JULIO, 2011). Segundo Nascimento (2003, p.40) traz a ideia afirmando que: “A identidade de resistência, talvez o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade, é criada por atores pertencentes a grupos desvalorizados ou estigmatizados pela lógica da dominação”. Ainda segundo Nascimento (2003, p. 28), “O desenvolvimento da autoestima e a elaboração de identidades positivas por parte de indivíduos discriminados”, colabora para a formação de espaços de efetiva cidadania. De acordo com a autora, identidade é algo que acontece tanto no íntimo de sua alma quanto em suas representações sociais na sua cultura coletiva. Por essa razão, é possível proferirmos num processo de autoestima, que se dê, no sujeito, como resultante de fatos que se deem também no coletivo, no que podemos chamar de identidade racial.

A pergunta norteadora deste estudo é: Quais são os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra universitária? Por conseguinte, este artigo tem por objetivo analisar a autoestima de mulheres negras universitárias, compreender o que significa racismo para as mesmas e descrever experiências de racismo e suas consequências na autoestima destas. O que justifica este estudo são as manifestações do racismo estrutural que imperam na sociedade brasileira, a violência que ocorre contra os corpos, a cultura, a religião, a fala e todas as questões que advém do povo negro; em pleno século XXI depararmos cotidianamente com casos de racismo, portanto, enquanto o racismo não for combatido, fazer pesquisas e abordar este assunto nunca será saturado, principalmente quando a violência é cometida contra mulheres negras. Desta forma, faz-se necessário ressaltar o interesse despertado sobre o tema a partir de vivências de uma das acadêmicas, onde teve a autoestima abalada em decorrência do racismo.

MATERIAIS E MÉTODO

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo descritiva, com base em entrevistas e no método photovoice. Foi realizada com 10 mulheres negras acadêmicas, com a faixa etária entre 19 e 26 anos. As participantes foram selecionadas a partir do método de seleção por

conveniência e com base em sua autodeclaração, ou seja, pretas e pardas (correspondente à classificação do IBGE).

A coleta de dados foi realizada através da entrevista semiestruturada que é apoiada em teorias e hipóteses relacionadas ao tema estudado, que surgem a partir de questionamentos básicos, possibilitando à medida que recebem as respostas dos informantes, novas indagações. Deste modo, o investigador e informante trabalham em conjunto na elaboração da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). E o método photovoice, onde os participantes são os próprios autores das fotografias, encontrando significados e sentidos no que está registrado em imagens, possuindo um momento de análise e reflexão. O Photovoice se diferencia dos demais métodos por causa disso. O registro é feito pelos próprios participantes da investigação, e não por outros (Meirinho, 2017). Desta maneira, mesmo que o sujeito não saiba ler ou escrever, o investigador pode adentrar a perspectiva dos grupos vulneráveis, pois basta que saibam fotografar (Santos, Lopes & Botelho, 2018 *apud* SÁ; COSTA; MOREIRA, 2021).

Todas as colaboradoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de iniciar a pesquisa. As entrevistas ocorreram de modo individual, de forma virtual, através da plataforma GoogleMeet. Em seguida, o método Photovoice foi aplicado, as participantes foram divididas em dois grupos de 5 mulheres, ocorrendo a execução em dois encontros de 40 a 50 minutos cada, sendo o primeiro encontro para interação entre elas e apresentação do método, e o segundo para apresentação das fotografias registradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender e tratar e interpretar os dados obtidos a partir da entrevista e do método photovoice, foi utilizado o método de análise temática-categorial de Bardin.

A análise temática foi realizada em três etapas: Pré-análise - identificação das fotografias discutidas, ordenando os objetivos de pesquisa; 2. Exploração do material - reconhecimento das fotografias levando em consideração as imagens e o que transparecem e a designação de motivações das colaboradoras; 3. Tratamento dos dados e interpretação – foram considerados os registros que transpassaram as incumbências cotidianas trazidas pelas colaboradoras e abordaram de maneira objetiva a experiência do racismo.

Por motivos éticos, todos os nomes foram substituídos por fictícios, deste modo não possibilitando nenhuma identificação das participantes. Além disso, as falas foram transcritas de modo literal, não havendo nenhuma correção.

1.1. SER MULHER NEGRA

Ser mulher negra no Brasil significa enfrentar uma série de desafios e opressões decorrentes da interseccionalidade entre raça e gênero. De acordo com Akotirene (2015), a mulher negra é uma das principais vítimas do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, sendo frequentemente marginalizada e submetida a violências e discriminações. Além disso, a autora destaca que as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas nas discussões sobre feminismos, ficando à margem das lutas e conquistas das mulheres brancas.

Nesse sentido, é importante destacar que a mulher negra no Brasil enfrenta uma série de desafios em sua vida cotidiana. Desde a infância, ela é exposta a estereótipos racistas e sexistas que a inferiorizam e a tornam alvo de discriminação. Na escola, muitas vezes é tratada de forma diferente pelos professores e colegas, sendo excluída e sofrendo com a falta de representatividade na educação. No mercado de trabalho, as mulheres negras enfrentam dificuldades para conseguir empregos, além de receberem salários mais baixos do que os homens brancos e as mulheres brancas.

Além disso, a mulher negra é frequentemente alvo de violências físicas e simbólicas, como o racismo e o assédio sexual. Segundo Akotirene (2015), a cultura do estupro e do feminicídio atinge de forma ainda mais severa as mulheres negras, que sofrem com a naturalização da violência em suas vidas. A autora destaca ainda que a luta das mulheres negras por seus direitos e sua visibilidade tem sido histórica, como nos movimentos abolicionistas e pelos direitos civis.

Portanto, ser mulher negra no Brasil é enfrentar um contexto de desigualdades e opressões que afetam diretamente sua vida e sua identidade. A luta das mulheres negras por igualdade e respeito é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de discriminações e violências.

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 1990, PP.77).

Este vir a ser é ilustrado na fala de uma das participantes, quando:

(...) até alguns anos atrás, reforço a ideia de que pra mim não significava nada, sou só mais uma pessoa, de uma cor diferente de uma pessoa que é branca (...) E aí você começa a ver, a perceber, que isso significa que você precisa se esforçar um pouco mais, não deveria ser assim, mas significa ter que se provar a todo momento, de onde eu vim, quem eu sou, esse espaço também é meu, eu também posso estar aqui, eu também posso fazer a diferença, não importa a forma como me olha, ou se eu sou ou não bem-vindo aqui, mas eu faço parte dessa sociedade, então, se tornou, e significa ter que lutar mais por algo que não deveria ser assim (...) ser essa mulher preta significa que ter que me firmar e me afirmar, e dar mais de mim todo o tempo, acho que é isso, mais força também, né? Eu acho que acaba

trazendo para mim forças, assim, no sentido de que vou provar que eu sou forte, sim, para isso. (Marta)

Tal desejo de reafirmação parte da experiência racista que perpassa a constituição do simbólico da mulher negra sobre o sentimento de inadequação. Como reverberado por Nogueira (2021, p. 79), “o sentimento de nunca sermos bons nas relações ou funções sociais por nós assumidos: não basta sermos bons, temos que ser os melhores e exemplares”. Deste modo, Laura declarou sobre ser mulher negra:

Que eu preciso ser muito mais esforçada, que eu preciso ser melhor de todas as formas, eu penso que não melhor que os outros, né? Na verdade, assim, me destacar de alguma forma, como se o peso nas costas fosse dobrado, sabe? Que eu tivesse que me esforçar o dobro para passar mais credibilidade, talvez... principalmente na minha área, eu faço odontologia, e é um curso muito elitizado, que você não percebe tantas pessoas pretas, tantas meninas negras e meninos também, e de fato você percebe mesmo que você precisa ser melhor. (Laura)

Nogueira (2021, p. 79) continua afirmando que estas aspirações representam para o negro “a impossível superação do incômodo de sermos portadores de um corpo negro”. Há, portanto, esta busca incessante ao ideal do corpo branco, tendo de compensar essa não realização que o faria pertencente. Como destacado na fala seguinte:

Por ser mulher, por ser preta, tipo, eu me sinto um pouco “gordinha”, então, por ser gorda também é um fator a menos na aceitação (...) eu sinto um peso muito grande nas minhas costas de ter que compensar todos esses fatores “negativos” que a sociedade impôs para a gente, tendo que dar o dobro, sabe? Tem que ser realmente o melhor para que as pessoas esqueçam o outro lado da nossa cor, do nosso cabelo. (Amélia)

1.1 RACISMO

O racismo pode ser explicitado no olhar, na fala, no menosprezo das pessoas marcado pelo descaso e indiferença, o que acaba inviabilizando ações, imobilizando aquele que é seu alvo. A instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. A trajetória escolar aparece como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico-racial e o seu padrão estético (GOMES, 2002). O cotidiano escolar, ao não possibilitar a construção da autoestima, da negritude e do conhecimento da história das

populações africanas e afro-brasileiras, reforça a violência constante do racismo, contribuindo para a invisibilidade do negro para si próprio e para o outro (CAVALEIRO, 2005; *apud* BERNADO; MACIEL, 2015). A escola acaba sendo o primeiro ambiente de socialização causador de sofrimento como consequência do racismo. Desta maneira, metade das participantes declararam já terem sido atingidas desta forma na escola, uma delas foi a Cármen, que desabafou:

(...) a gente sofria muito bullying pela cor, pelo cabelo, me chamavam de 'tufão preto, sabugo preto, tição preto', então sempre teve essas denotações porque eu era Negra, era baixa e tinha o cabelo diferenciado, cabelos crespos, então, era 'formiguinha', esses eram os apelidos que eu levava todos os dias na escola. Então, desde a minha infância até o ensino médio ainda tinha muito isso, ainda sofria muito isso. (Cármen)

No entanto, a violência racista não para na escola. Ao entrarem nas universidades as mulheres negras continuam sofrendo, e a estética permanece sendo o principal alvo. De acordo com Queiroz (2019), tais comportamentos podem ser danosos para a saúde mental de muitas mulheres negras, que são abaladas da infância a fase adulta, ocasionando na luta das mulheres negras para encontrar-se com seu pertencimento racial. No Brasil, ter o cabelo crespo ou cacheado é ser alvo de comentários indelicados, negativos, propagandas e piadas racistas. A mulher negra internaliza imagens subjetivas associadas a propagandas e comentários a respeito de si mesma, chegando à conclusão de que o seu cabelo não é bonito como o que vê nas Mídias, nas revistas, nas prateleiras de lojas de cosméticos e, conforme o meio social em que esta mulher está inserida (QUEIROZ, 2019). E ao serem inseridas no meio acadêmico, tais comentários reforçam este estereótipo, como é demonstrado no relato de Amélia:

Uma vez eu estava com um coque afro alto, eu me sentei na frente nesse dia, e era um seminário, um filme, alguma coisa assim, daí ele (colega de turma) olhou, ele meio que falou assim: 'Abaixa esse cabelo, abaixa essa vassoura' alguma coisa assim que ele falou, daí ficou na minha cabeça. (Amélia)

Ademais, estas situações não se limitam a apenas estudantes. Neste quesito, as docentes também viram alvo, refletindo diretamente na autoestima das discentes negras que acompanham de perto, como é o caso da Laura:

(...) eu tenho uma professora de cirurgia e dentística, e ela é negra, e eu tinha reparado como meus colegas não dão tanta credibilidade para ela quanto dá a outra professora, pelos comentários, assim, sempre falavam mal de como a forma que ela procedia era muito rígida, em alguns momentos debocharam das características dela, no momento eu não me toquei, eu pensei que era só de zoação mesmo, sabe? Porque estavam irritados com a professora, mas depois eu reparei. Poxa, por que tocaram logo no ponto? Porque foi logo do nariz dela, sabe? por que que não deu tanta credibilidade assim para ela? a gente pensa que não, mas

depois a gente vai ligando os pontos (...) eu fico me sentindo mal, é como se fosse eu, e eu fico me perguntando, não tem muita diferença aqui, eu poderia estar lá no lugar dela, e eu penso até em seguir essa carreira de docência e tal, e eu me preocupo, fico com medo também de, poxa, será que, como que vão pensar... Será que eu vou ter que estudar tanto para não me darem tanta credibilidade assim? Será que vale a pena? Obviamente que vale, mas tem que ter muita personalidade, tem que estar muito certa de quem você é, o que você quer. Até nisso a gente precisa ser muito mais forte do que a maioria. (Laura)

Mesmo assumindo um nível elevado dentro do âmbito acadêmico, ocupando este lugar em que não aceitariam as/os afrodescendentes, visto que cultural e historicamente existe toda uma narrativa fundada na comunidade ocidental que confere aos negros a insuficiência de competência intelectual e de desenvolvimento (MUNANGA, 2004). Embora, a mulher negra permanece sendo invalidada, a ela nunca foi permitido ser fraca. Desde o período escravista teve de manter-se forte, em manutenção do sistema. De acordo com Munanga (2004), como resultado, a todo o instante sujeitos negros têm de comprovar que são aptos de praticar a função estabelecida.

1.2 AUTOESTIMA

Como aponta Sousa (1983), desde o instante em que o negro se torna consciente do racismo, seu psiquismo é conhecido com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. A partir daí, o indivíduo vai observar, controlar e vigiar este corpo que se confronta com a construção da identidade branca que ele foi imposto a desejar. A amargura, desespero ou revolta consequências da diferença em relação ao branco vão equivaler em ódio ao corpo negro. Podemos observar na fala da Ester que trouxe de forma significativa através do método photovoice:



Figura 1 (Foto: Ester)

Por um tempo na minha vida (...) eu lembro que eu não gostava muito da minha boca, achava ela muito grande, costumava brincar, (...) se eu usasse um batom forte, eu sempre falava: 'não uso batom forte porque isso na minha boca vai chegar primeiro nos lugares do que eu'. É... não gostava, às vezes eu fazia coisas, assim, para disfarçar, tentava disfarçar na hora de tirar foto (...) os lábios carnudos, a mulher mais sexualizada, mais sedutora, e era muito atrelado a isso os comentários que eu ouvia, né? e de certo modo me incomodava um pouco também (...) (Ester)

Nas palavras de Souza (1983), o relato da ascensão social do negro brasileiro é, desse modo, o relato da semelhança aos padrões brancos de relações sociais. É o relato da conformidade ideológica de uma reserva racial em acompanhamento de outro que se lhe faz fundamental. É o relato de uma identidade abdicada, em atenção à situação que definem o valor do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. A participante continua seu relato reconhecendo seu processo de aceitação através da valorização de sua característica na branquitude:

(...) até que começaram a fazer gloss e brilho, batons, e essas coisas assim, que tinha o efeito de deixar a boca maior, de deixar o bocão (...) daí isso foi mudando na minha cabeça, a questão de que, olha só: eu não preciso fazer isso porque eu já tenho a minha boca desse tamanho!

(...) agora me aceito, agora eu adoro minha boca, tudo o que eu puder fazer para deixá-la em evidência, eu faço, gosto muito. Só que essa aceitação ela não foi algo meu, algo particular, de falar assim: 'olha, eu tenho e gosto, e é assim mesmo, e tal', mas algo do tipo: as outras mulheres também querem, elas exigem ter algo o que eu tenho, elas valorizam algo que eu tenho, né? (...) (Ester)

Encontramo-nos, conseqüentemente, em um ponto de apreensão. É dela que surge um modelo de beleza corporal real e um perfeito. No Brasil, esse modelo perfeito é branco, mas o real é negro e mestiço. O cuidado oferecido ao cabelo é possível perceber uma das formas de expor essa apreensão. O conhecimento ou o disfarce desse conflito, existente na beleza do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos indivíduos. Por esse motivo, para o negro, a interferência no cabelo e no corpo é mais do que um problema de vaidade ou de tratamento estético. É identitária (GOMES, 2002).

Com a quantidade de críticas e desaprovações, a mulher negra poderá vir a alisar seus cabelos, fazer procedimentos químicos que possam causar reações alérgicas, queda e quebra de cabelo, corte químico entre outros efeitos os quais podem ser maléficis à sua saúde, tanto física quanto psicológica, pode-se observar esses efeitos na autoestima destas mulheres, através de seus relatos referentes às suas experiências com os seus cabelos crespos/cacheados (QUEIROZ, 2019). Como uma das participantes explicita na aplicação do método photovoice:



Figura 2 (Foto: Liz)

(...) eu alisei o meu cabelo porque eu queria ser parecida com as outras mulheres, meu cabelo é muito bonito, mas eu queria me encaixar, então o que que eu fiz? Alisei! Agora, depois de dez anos, me arrependi, estou tendo que passar por esse processo todo de novo (...) (Liz)

Segundo Munanga (2012), a recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade. E a partir do momento que uma mulher se reconhece desta maneira, se torna inspiração encorajando outras a deixarem o alisamento, é possível que elas compreendam, assim, o quanto os cabelos crespos são lindos, dignos de serem livres de químicas (QUEIROZ, 2019). A fala de Maria reflete isso:

Quando eu entendi que eu tinha que aceitar o meu cabelo (...) nesse processo, você não tem ideia o tanto de meninas, mulheres, que se sentiram motivadas com a transição e passaram, muitas! da minha família, assim, foram umas cinco (...) esse processo foi transformador, é como se saísse de uma fase de libertação mesmo. (...) sobre o meu cabelo, que ele é símbolo mesmo da pessoa que eu sou hoje, então, quando eu não o aceitava, eu negava tudo mais em mim, e quando eu comecei a aceitar o meu cabelo, eu aceitei também tudo mais em mim. (Maria)

Muitas vezes, mesmo ocorrendo esta aceitação, as mulheres negras trazem em sua estrutura física os impactos da crueldade racista que se mostra nas adversidades de experienciar e expor o amor nos âmbitos de seus relacionamentos afetivos ou familiares, implicando a sua autoestima (BELL HOOKS, 2006 *apud* ROSA; ALVES, 2020). Ou seja, além do racismo afetar a sua autoestima com relação ao seu próprio corpo, afeta também as suas relações. Quando perguntada sobre isso, a participante Marta enfatizou:

Já afetou sim, porque você começa a pensar assim: qual é o problema em mim? o que que eu não tenho que todo mundo tem? (...) eu tive um "crush" em alguém, e esse menino era branco, eu nunca fiz diferenciação, onde que eu vou namorar só com preto ou namorar só com branco, não sou esse tipo de pessoa, mas era

uma questão mútua, mas surgiu um terceiro elemento no meio, e esse terceiro elemento era branco, (...) era uma menina branca, dentro dos padrões de alguém que é branco, e quando eu parei eu olhei assim, a primeira coisa que veio na minha cabeça foi: será que por alguma razão, por eu ser preta, essa pessoa deixou de gostar de mim pra gostar de uma outra pessoa? (Marta)

Este sofrimento advém da solidão da mulher negra. Ainda não houve a desvinculação na sociedade da visão em que a negra é escrava sexual ou serviçal. Desta forma, a mulher negra tem sua imagem associada a erotização, escravização e prostituição, não estando vinculada à afetividade. Enquanto a mulher branca, encontra-se como ideal para o casamento, aliado à sua exaltação (CARNEIRO, 1995). À vista disso, tanto homens brancos, quanto homens negros em ascensão, que buscam essa diferenciação social, procuram relacionar-se com mulheres brancas, colocando as mulheres negras fora desta cota.

1.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Quando uma mulher negra preenche um espaço público como a universidade – até ao momento com domínio de indivíduos brancos, sejam homens ou mulheres –, desencadeia o interesse e o encorajamento para as demais da mesma forma adentrarem nesse espaço. A expressão “uma sobe e puxa a outra” – usufruída pelo movimento de mulheres negras brasileiras – amplia na percepção de gerar sistemas característicos para proporcionar o ingresso de outras negras. Diz respeito a incentivar no trabalho representativo de transformação no modo como cada sujeito vai se ver nessa proporção de possibilidades e benefícios, de modo a induzir as escolhas e as preferências profissionais. Refere-se de uma maneira de unir esforços no combate à solidão que o racismo diariamente as fez experimentar nos ambientes profissionais (SILVA e EUCLIDES, 2018). Ao trazer a foto proposta no método photovoice, Clarice demonstrou perpetuar este desejo:



Figura 3 (Foto: Clarice)

Eu quis trazer mais no contexto da pandemia (...) muita gente saiu da faculdade, trancou os cursos, e assim, de grande maioria, a gente negra, então a gente está aqui já significa alguma coisa, né? (...) a representatividade que a gente pode ter para as pessoas que ainda estão querendo seguir este caminho, porque a gente sabe que antes somente gente rica e branca ia para faculdade, e agora a gente está aqui (...) a gente pode ser referência, né, para quem está mais para frente querendo seguir esse caminho da psicologia, da odontologia, da medicina (...). (Clarice)

Como estratégia de enfrentamento, estas mulheres perceberam a importância de ser representatividade e resistência, sendo resistência aqui a ocupação nas universidades:

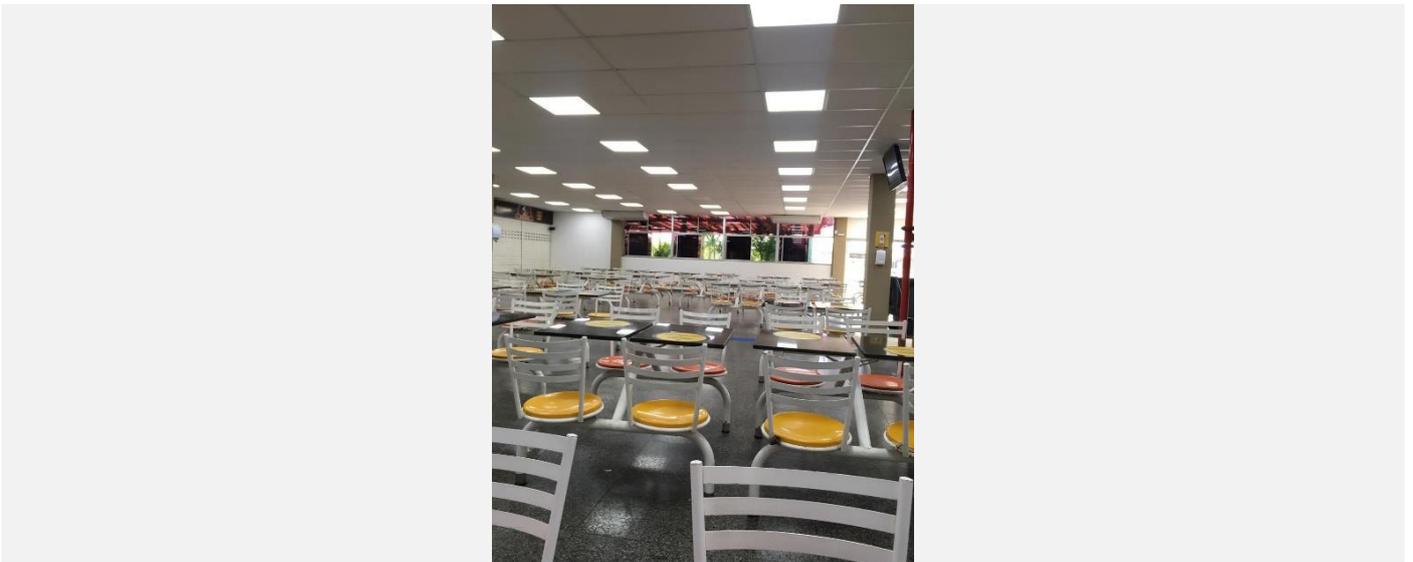


Figura 4 (Foto: Laura)

(...) só tinha eu no refeitório, e eu estava ali tomando meu suco de morango e olhando essas cadeiras brancas que por coincidência são cadeiras brancas, e naquele momento veio um Insight assim, e eu fiquei: nossa, é isso! eu gelei sozinha naquele refeitório, e é exatamente assim que eu enxergo a presença de mulheres negras, principalmente nesse contexto, né, universitário, e na minha área que é odontologia, muitas vezes eu me sinto sozinha e não representada, e eu acho que se resume a isso: ocupar espaços, né? Equilibrar a balança, ter representações, e ser competente no que eu faço, sabe? Enfim, ocupar espaços, se resume exatamente isso, sem mais: ocupar. (Laura)

O discurso trazido por Clarice e Laura representa de modo fidedigno aquilo que Souza (1983) já havia colocado:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria-prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão

social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articula com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á não saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação. (Souza, 1983, p. 18)

Desta forma, a resistência da mulher negra surge em todos os âmbitos fáticos. No tempo em que escravizadas, a procura da sua independência e a do seu povo, como fugitivas; por meio da potência bruta, em conflitos e combates, ou por meio das fugas, abrindo caminho para os seus. Adentro de seus familiares trazendo o equilíbrio dos trabalhos, dentro da sua comunidade instruindo seu povo a ser livre por meio do conhecimento (DAVIS, 2016). De todas as maneiras a mulher negra busca o seu lugar e resiste:

(...) da mesma forma que eu tenho (uma) professora só, preta, e ela para mim é uma referência, eu a acho uma mulher incrível, (...) eu sinto que eu também preciso estar um dia na cadeira de um consultório e atender uma menina que vai ter o cabelo igual o meu, e ela vai entender que ela também pode estar no mesmo lugar que eu, eu quero um dia ser essa referência também para alguém. (...) se hoje eu vejo tão poucas cadeiras sendo ocupadas por pessoas que são iguais a mim, eu também quero estar ali, sabe? Não ser mais uma.” (Laura)

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência racista dói, implícita ou explicitamente. E ao adentrarem as universidades, lugar que poucos anos antes eram impedidas de frequentar, constituída maioritariamente de brancos, encaram mais um processo de reconhecimento, do seu próprio eu e como o outro a enxerga, ambos dentro de um sistema racista. Desde a própria solidão da mulher negra até comentários e ações maldosas, interferem na sua autoestima. Por terem pouca representatividade, espaços para debates e acolhimento das suas dores dentro do âmbito acadêmico, este estudo fez-se necessário para adentrar este lugar, fazendo deste mais um ganho para estas mulheres.

Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra universitária, portanto, através dos bancos de dados coletados pôde ser observado que o racismo interfere de modo significativo na autoestima das estudantes, fazendo-as se sentirem inadequadas nos ambientes, gerando inseguranças com relação a outras pessoas e estimulando a odiarem seus próprios corpos.

Fica evidente ao analisar a autoestima destas mulheres, o quanto o racismo interfere para que lhe desmotivem a se perceberem como quistas, ocasionando uma dificuldade para o reconhecimento como pessoa negra. A baixa autoestima é uma realidade presente por um longo período nas suas vidas. Só a partir de um processo longo e angustiante de aceitação de si mesma, das suas raízes

e da sua existência, é que essas mulheres conseguem lutar com todo ódio externo em forma de racismo.

Este processo fica claro ao descreverem suas experiências com a violência racista, evidenciando que têm lidado com isto desde a infância, não cessando na vida adulta, mais enfaticamente, na universidade. Ser mulher negra neste ambiente, é ter todos os âmbitos da sua vida atingidos pelo racismo. No entanto, ao descobrirem suas potencialidades neste meio, buscam formas de reverter este sistema racista em resistência.

Por fim, é de caráter urgente o desenvolvimento de fóruns, projetos e pesquisas relacionados a este tema. Desta forma fazendo com que mais vozes sejam ouvidas. Já que as jovens afrodescendentes têm lutado para conquistar seu espaço nos mais diversos campos, como na literatura, nas redes sociais, nas universidades, nas escolas e nas ruas, ampliando assim a representatividade da comunidade negra. É importante lembrar que essa luta não é recente e só é possível hoje devido ao trabalho árduo das gerações anteriores. Assim, seguimos nessa caminhada, dando voz a essas conquistas e ampliando nossas vozes cada vez mais.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. (2015). O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento.

BRASIL. Lei 12. 288, de 20 de julho de 2010: Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Casa Civil,

2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L1228m>. Acesso em: 4 de abr. de 2021.

BERNARDO, T; MACIEL, R. O. Racismo e educação: um conflito constante. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. In: Revista Estudos Feministas. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

COLLINS, P. H. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

COTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, D. A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Estudos Feministas, Florianópolis, 2016.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Um breve discurso. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GONZÁLEZ REY, F. L. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2015.

HALL, S. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. Modernity and its Futures. Polity Press, 1996. p. 275-320.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 6 de abr. de 2021.

_____. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 6 de abr. de 2021.

JULIO, A. L. Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras. Protestantismo em revista. São Leopoldo - RS. v24, p. 62-69, Jan-abr. 2011

KALCKMANN, S.; SANTOS, C. G. dos; BATISTA, L. E. and CRUZ, V. M. da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde soc.* [online]. vol.16, n.2, pp.146-155, 2007.

MARTINS, J. R. Racismo, exclusão social e bullying na infância: a experiência de meninas negras em escolas públicas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 83-103, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216624>.

MEIRINHO, D. O olhar por diferentes lentes: o Photovoice enquanto método científico participativo. Discursos fotográficos, Londrina, v. 13, n.23, p. 261-290, ago./dez 2017. Disponível e m : <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/26989/0>. Acesso em: 27 abr. de 2021.

- MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- NASCIMENTO, E. L. O Sortilégio da cor-identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, p. 40, 2003.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. Editora Perspectiva S/A, 2021.
- PACHECO, A. C. L. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA (Coleção Temas Afro), 2013.
- QUEIROZ, R. C. S. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v.12, n.40. p. 213-229, Jul/dez. 2019.
- RODRIGUEZ, M. D. S. “Até, meu bem, provar que não, negro sempre é vilão: Racismo e sexismo em um conto de Conceição Evaristo”. REVISTA INVENTÁRIO, nº19, p. 1-12. 2016
- ROSA, E. G; ALVES, M. C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. Psicologia: Ciência e Profissão, 40 (nspe), 1-14, 2020.
- SÁ, P. (Coord.); COSTA, A. P. (Coord.); MOREIRA, A. (Coord.). Reflexões em torno de metodologias de investigação: recolha de dados. Aveiro (PT): UA editora, v. 2, 2021. 100 p.
- SANTANA, B. Vozes insurgente de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte. Maza edições. 2019.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.
- SILVA, T. M. G. S. e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760>. Acesso em: 13 de out. de 2021.
- SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, J; EUCLIDES, M. S. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). Educar em Revista [online]. v. 34, n. 70, pp. 51-66. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.58760>>. ISSN 0104-4060. Acesso em: 1 de dez de 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. "Mulher negra, educação e exclusão". In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Orgs.). O avesso das relações raciais: invisibilidade e exclusão social no Brasil. Edições Selo Negro, 2011, p. 67-88.

SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Mais! p. 6. 19 mar. 1995.

SOUSA, N. S. Torna-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª edição. Rio de Janeiro. Graal LTDA. 1990.

TIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 176 p, 1987.

ZANELLA, E. A prateleira do amor e o racismo: estudo sobre pessoas negras que se sentem excluídas dos relacionamentos amorosos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

ZANELLO, V. Saúde mental e gênero. 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero. 2017.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rev.v16i3.1740

Joaz Silva de Melo

email@email

Doutorando em Letras pela FURG; graduado e mestre em Letras pela UFPB; bacharelado em Teologia pelo Salt-Fadba;

Marcelo da Silva Torres

email@email

Graduado em Pedagogia, Teologia e Administração; atualmente é coordenador do museu de geociência e coordenador das disciplinas de religião da Fadba;

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

A RELEVÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE FÉ E CIÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS SEMINÁRIOS CRIACIONISTAS REALIZADOS NA FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA

THE RELEVANCE OF THE DIALOGUE BETWEEN FAITH AND SCIENCE: AN EXPERIENCE REPORT OF THE CREATIONIST SEMINARS HELD AT FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a necessidade do diálogo razoável entre religião e ciência no contexto acadêmico. De acordo com William Lane Craig (2012), Norman Geisler e Frank Turek (2008), e Clive Staple Lewis (2017), o conhecimento científico pode se relacionar de forma plena com a vida cristã sem que alguma das duas esferas sejam danificadas, pelo contrário, sendo amplificadas mutuamente. No intuito de proporcionar para sua comunidade acadêmica a possibilidade dessa conciliação, a Faculdade Adventista da Bahia (Fadba) realizou dois eventos o Simpósio Criacionista (2021) e o Seminário Criacionista (2022), que são descritos nesse estudo em forma de relato de experiência, demonstrando que a instituição tem investido no diálogo entre essas importantes áreas para a vida de seu corpo estudantil.

Palavras-chave:

Fadba. Criacionismo. Fé.

Keywords:

Fadba. Creationism. Faith.

MELO, Joaz Silva; TORRES, Marcelo da Silva. A relevância do diálogo entre fé e ciência: um relato de experiência dos seminários criacionistas realizados na Faculdade Adventista da Bahia. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 123 - 130, Dezembro 2023.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the need for reasonable dialogue between religion and science in the academic context. According to William Lane Craig (2012), Norman Geisler and Frank Turek (2008), and Clive Staple Lewis (2017), scientific knowledge can be fully related to the Christian life without any of the two spheres being damaged, by the contrary, being mutually amplified. In order to provide its academic community with the possibility of this conciliation, the Faculdade Adventista da Bahia (Fadba) held two events, the Creationist Symposium (2021) and the Creationist Seminar (2022), which are described in this study in the form of an experience report, demonstrating that the institution has invested in the dialogue between these important areas for the life of its student body.

1. INTRODUÇÃO

A Faculdade Adventista da Bahia (Fadba) é uma instituição de ensino superior confessional, que professa a fé cristã e a inclui no currículo de seus cursos através de diversos componentes curriculares. A partir de ações como essa, a instituição já demonstra ir ao caminho inverso de outras que não apenas deixam de incentivar a fé, mas desencorajam todo tipo de espiritualidade no corpo discente.

O cenário universitário, não só brasileiro, mas também mundial, é basicamente de secularismo e relativismo, com exceção de poucos centros de ensino cristãos. Resultado disso é que ideias e cosmovisões naturalistas são tão difundidas que chegam a parecer unanimidade na Academia. Em decorrência dessa percepção, costumes e filosofias religiosas, principalmente a cristã, são vistas com desprezo e desdém.

Contudo, essa visão não unanimidade entre pesquisadores, pois diversas referências no campo da apologética, filosofia, teologia e ciências naturais, já demonstraram que a fé cristã é fruto de uma profunda reflexão sobre fatos empíricos. Ela não despreza as descobertas da ciência ou se faz cega para questionamentos existenciais, mas procura estabelecer-se através de uma percepção racional, mesmo que apoiada na revelação de Deus.

No presente artigo, buscamos demonstrar a importância de efetuar a desconstrução de preconceitos frequentes à fé cristã através de discussões relevantes e cientificamente respaldadas sobre ela. Nesse intuito, apresentamos o relatório das ações desenvolvidas pela Fadba em seu Simpósio Criacionista, realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2021, e no Seminário Criacionista, realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2022. Esses eventos são uma demonstração da forma como instituições de ensino superior podem estabelecer um contato com o corpo discente que vise o oferecimento de respostas razoáveis para seus questionamentos a respeito desses dilemas.

O Simpósio Criacionista contou com a presença do Dr. Tiago Souza, Dra. Maura Brandão e do Me. Everton Alves. Por sua vez, o Seminário Criacionista contou com a presença do professor Rodrigo Mello Gomes e do professor Dr. Matusalém Alves Oliveira. As palestras desenvolvidas nesses dois eventos buscaram apresentar respaldo para a conciliação da fé e ciência.

2. DESENVOLVIMENTO

A relação entre religiosidade e ambiente universitário nas últimas décadas tem sido vista quase como paradoxal, pois a maioria das pessoas entendem que fé e religião não podem conviver. No entanto, essa percepção pode ser colocada em questionamento quando se observa, por exemplo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, que demonstra que cerca de menos de 10% da população brasileira afirma não possuir religião, enquanto os outros 90% se dividem entre os mais diversos ramos religiosos, desde o budismo, religiões de matrizes africanas, à maioria que indica participar da Igreja Católica Apostólica Romana (IBGE, 2010).

Em relação à população envolvida na vida universitária, o relacionamento com o campo religioso está da seguinte maneira, de acordo com o IBGE: entre os que concluíram o ensino médio e estão cursando o ensino superior, cerca de 27.156.813 pessoas, apenas 1.983.942 afirmavam não possuir uma fé religiosa. Um número expressivamente pequeno, pouco mais de seis por cento do total. Quanto àqueles que já concluíram o curso superior, cerca de 12.462.016 pessoas, apenas 877.378 pessoas afirmaram não possuir envolvimento religioso, aproximadamente sete por cento do total.

Portanto, com um percentual tão pequeno em prol da não-religião, chega-se ao seguinte questionamento: por que o ambiente acadêmico é tão hostil à religiosidade? Rodrigo Silva, em seu livro *O Ceticismo da Fé* (2018), explica a problemática da seguinte maneira:

A novidade de hoje é que, diferentemente das gerações passadas, os universitários ateus, agnósticos e humanistas começam a considerar seu secularismo um aspecto importante e fundamental de sua identidade. Até pouco tempo, identificar-se como feminista, LGBT, afrodescendente, pacifista, ambientalista, socialista, libertário ou liberal era o fator primário da vida estudantil. A identidade secular (ateu ou agnóstico) vinha em segundo plano. É isso que está mudando. Identificar-se como assumidamente não religioso está se tornando cada vez mais importante para muitos (SILVA, 2018, p. 46).

O “orgulho ateu” é um movimento que tem crescido bastante nos últimos anos e seu reduto principal tem sido as universidades. Movido pelos famosos neoateus, como Richard Dawkins, Daniel Dennet, Sam Harris, Christopher Hitchens, que destilam um discurso odioso em relação à religiosidade, os acadêmicos têm proclamado com orgulho o divórcio da religião que praticaram um dia.

Embora haja um preconceito generalizado a respeito da racionalidade e do conhecimento dos religiosos, grandes nomes da apologética cristã têm ganhado espaço nos últimos anos, como o teólogo, filósofo e debatedor, William Lane Craig. De acordo com Craig, a visão secularizada da

juventude é altamente prejudicial, por negar de antemão os conceitos apresentados por aqueles que defendem a fé. Segundo ele,

Ao falar em universidades por toda a Europa, percebi que a reação dos estudantes era em geral de espanto diante do que eu dizia. Segundo o pensamento que eles têm, *o cristianismo é coisa de mulheres idosas e crianças. Afinal, o que esse senhor, com dois títulos de doutorado de universidades europeias, está dizendo aqui defendendo a fé cristã com argumentos para os quais não temos respostas?* (CRAIG, 2012, p. 18).

Devido à ideia comum de que a fé é uma reação ingênua e irrefletida do ser humano em relação aos fenômenos naturais, os jovens têm entregado a religião ao descrédito, principalmente no ambiente acadêmico. Quando Craig, em uma de suas cruzadas apologéticas, expõe seus cinco pontos lógicos pelos quais apresenta a racionalidade e plausibilidade da fé cristã, a plateia cética costuma ficar atônita, pois veem seu preconceito desmoronar.

Em ocasião semelhante, Craig relata que chegaram a ligar para as universidades, nas quais ele afirmava ter estudado, para perguntar se os títulos que ele afirmava possuir eram realmente autênticos, pois entendiam que um crente não podia possuir particular erudição (CRAIG, 2012, p. 19).

De acordo com Norman Geisler e Frank Turek, a interpretação secular que domina o ambiente acadêmico não possui fundamento lógico:

Nossa cultura pós-moderna apresenta uma série de ideias sobre a verdade. Ela ensina que a verdade e a moralidade são relativas, que não existe essa coisa de verdade absoluta. Para a elite intelectual que domina as nossas universidades e os principais meios de comunicação, essas ideias são consideradas sábias e progressistas, embora todos compreendamos intuitivamente que existe uma verdade absoluta e, mais importante, que todos conduzimos nossa vida baseados nesse reconhecimento (GEISLER; TUREK, 2008, p. 8).

A rejeição intelectual sobre a verdade absoluta não é praticável empiricamente, pois é impossível viver sem acreditar na verdade percebida pelos sentidos. Quando alguém clama por justiça após ter sofrido dano causado por outrem, essa pessoa, por exemplo, não refletiria sobre a ética relativa ou a moral variável, mas clamaria por uma verdade absoluta. Como ilustra C. S. Lewis:

O intuito [de uma] briga é mostrar que o outro está errado, mas não teria sentido fazer isso a menos que você e ele tivessem algum acordo sobre o que é certo e errado, da mesma forma como não tem sentido dizer que o jogador de futebol cometeu uma falta se não houvesse algum acordo sobre as regras de futebol (LEWIS, 2017, p. 30).

Não há pessoa que não lute pelos seus direitos como absolutos, ainda que negue abstrata ou filosoficamente que tal coisa inexistente. Com esse exemplo, Lewis explica claramente, assim como Geisler e Turek, que a razão absoluta é inerente ao ser humano, embora este afirme o contrário para determinados assuntos.

A despeito da crença popular, para o filósofo Benjamin Wiker, o naturalismo é uma fuga, pois, “Epicuro aconselhava seus seguidores a estudar a natureza. [...] O objetivo do estudo da natureza não era, como se poderia pensar, a descoberta da verdade. Estranhamente, o objetivo era produzir

e conservar certo estado de espírito tranquilo e despreocupado” (WIKER, 2011, p. 40). Desse modo, entendendo que a cosmovisão naturalista teve Epicuro em seus primórdios, Wiker explica que tal perspectiva apenas busca anular a existência de Deus para viver sua vida despreocupadamente.

A partir dessas reflexões, passaremos a observar como a Fadba executou dois eventos visando explicar a relação possível entre ciência e a religião.

3. RELATÓRIO DOS EVENTOS

3.1 SIMPÓSIO CRIACIONISTA (2021)

O Simpósio Criacionista, um evento realizado pela Faculdade Adventista da Bahia, organizado e apresentado pelo pastor Marcelo Torres – diretor do Núcleo de Geociência da Fadba; foi aberto para todos os públicos, através de transmissão pelo YouTube, tendo em vista o contexto de pandemia.

O evento aconteceu nos dias 22 e 23 de outubro de 2021, e contou com a mais de três mil visualizações na plataforma do YouTube. Sua programação contou com a presença do pastor Marcelo Torres, como mediador, e os palestrantes: Everton Alves, Maura Brandão e Tiago Souza. Everton Alves é escritor, palestrante e pesquisador. Biólogo, Especialista em Biotecnologia e Paleontologia. Mestre em Ciências (Imunogenética) e autor de artigos científicos, além de ter escrito cinco livros (LATTES, 2023). Maura Eduarda Lopes Brandão é bióloga e doutora em ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora do *Origins Museum of Nature*, em Galápagos, ela também é membro da Sociedade Criacionista Brasileira (LATTES, 2023). Tiago Souza é doutor em Ciências Biológicas com concentração em Genética. Além de ser autor de diversos artigos e capítulos de livros nacionais e internacionais, incluindo *Environmental Science: Nano* e *Scientific Reports - Nature Research*. Leciona as disciplinas de Genética e Evolução e Neurociências do Comportamento e é Coordenador do Grupo de Estudos em Ciências Forenses - UNASP/EC. Também exerce o cargo de Perito Criminal no Instituto de Criminalística da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (LATTES, 2023).

No primeiro dia do evento, houve uma mesa redonda em que os convidados discutiram sobre a macro e microevolução e sua relação com a Teoria Evolucionista. Além de tratar sobre a razoabilidade da fé cristã e a possibilidade de conciliação entre ela e uma carreira científica.

No segundo dia do evento, correram as palestras, ministradas pelos professores Everton Alves e Tiago Souza. As apresentações foram organizadas da seguinte maneira: Sábado, 8h00, tema 1: “Dinossauros: O Verdadeiro Jurassic Park”: Everton Alves. Sábado, 9h00, tema 2: “Reflexões Sobre a Vida”: Tiago Souza. Sábado, 10h40, escola sabatina ordinária. Sábado, 11h00, tema 3: “A Era do Gelo”: Everton Alves. Sábado, 15h00, tema 4: “Origem das Etnias”: Tiago Souza. Sábado, 16:00, tema

5, “Homens das Cavernas”: Everton Alves. Por fim, sábado, 17h00, tema 6: “Epigenética Divina”: Tiago Souza.

O pastor Marcelo Torres defendeu, ao final do evento, que o principal objetivo do Simpósio é transmitir a ideia de que não há contradição entre a fé e a pesquisa científica.

As pessoas precisam entender que não há conflito entre ciência e religião. O primeiro livro da revelação de Deus é a natureza e a forma de estudá-la é através do método científico. As pessoas podem acreditar em Deus, mas ao mesmo tempo têm a responsabilidade de ter uma postura científica (TORRES apud FERNANDES, 2021).

Através desse posicionamento, o pastor deixou clara a sua posição contra a dicotomia que foi desconstruída através das palestras. Uma aluna do quarto período do curso de Administração afirmou que o evento foi um momento proveitoso para a compreensão da possibilidade de conciliar o conhecimento científico com a Bíblia: “O simpósio é uma das melhores formas de provar que a ciência e cristianismo não são rivais. A ciência nos ajuda a compreender melhor o mundo” (FERNANDES, 2021).

Para os alunos da Fadba que participaram do evento e se inscreveram nas palestras, foi disponibilizado um certificado de 10 horas de atividade complementar, além de obterem o acesso gratuito ao livro do professor Everton, *Evidência de Design Inteligente* (2018).

3.2 SEMINÁRIO CRIACIONISTA (2022)

O Seminário Criacionista foi um evento realizado pela Faculdade Adventista da Bahia, organizado pelo pastor Marcelo Torres, e aberto para todos os cursos da instituição, com duração total de dez horas.

O evento aconteceu nos dias 28 e 29 de outubro de 2022 e contou com a presença de cerca de seiscentas pessoas, entre alunos e participantes da comunidade, tendo um total de cerca de mil e quinhentas pessoas sendo beneficiadas. A equipe de organização foi composta por dez pessoas.

Baseado na necessidade da comunidade acadêmica, o Seminário convidou os professores Rodrigo Mello Gomes e Matusalém Alves Oliveira. Rodrigo Mello Gomes possui Pós-Doutorado em Fisiologia Endócrina e Metabolismo. Doutorado e mestrado em ciências biológicas (área de concentração biologia celular e molecular) pela Universidade Estadual de Maringá. Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência nas áreas de Fisiologia e Bioquímica (LATTES, 2023). Matusalém Alves Oliveira é graduado em História, em Pedagogia e em Arqueologia Bíblica. Especialista em Educação, em Psicanálise na Educação e Saúde, em Arqueologia, e em Antropologia. Mestre em Teologia Histórica. Doutor em Psicanálise (UNIDERC) e Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)/ Universidade da Amazônia (UNAMA) (LATTES, 2023).

O evento iniciou-se, de forma semelhante ao anterior, com uma mesa redonda na sexta-feira (28) com os dois palestrantes, sendo mediada pelo pastor Marcelo Torres. Na ocasião foram feitas perguntas para provocação a partir da temática da evolução das espécies, se ela existe e como funciona dentro da cosmovisão cristã. Além disso, os professores foram convidados a dar seus testemunhos pessoais de como lidam com a vida acadêmica e a vida cristã.

O segundo dia de evento deu espaço às palestras, que foram ministradas pelos professores convidados. Os títulos estiveram ligados à temática discutida no dia anterior: “Descendentes de mutantes ou CRIADOS por Deus?”, apresentada pelo professor Rodrigo Mello Gomes; e “O Problema da Pré-História”, dividida em duas partes, apresentada pelo professor Matusalém Alves Oliveira.

O balanço feito a partir do evento, pela comissão organizadora foi positivo, entendendo que ele atingiu plenamente os objetivos propostos de apresentar uma apologética razoável e incentivar a fé racional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, é possível entender que o ensino superior em geral, no cenário brasileiro e mundial, tem guinado numa direção oposta à fé, buscando estabelecer cada vez mais uma cosmovisão naturalista como a única razoável. No entanto, esse quadro não condiz com a realidade das pessoas no Brasil. O ambiente acadêmico, portanto, seria um microcosmo em que imperaria o ateísmo-naturalista como regra comum, baseado em escritores que ganharam fama ultimamente escrevendo sobre o aparente divórcio entre a fé e a racionalidade.

Entretanto, de acordo com os filósofos e cientistas destacados, tal percepção apenas apresenta uma figura distorcida da fé cristã, que não é simplória ou irracional. Desse modo, o conhecimento acadêmico-científico não necessita estar separado de uma vida devocional para que seja plenamente realizado.

Baseado no relato de experiência dos eventos realizados pela Faculdade Adventista da Bahia (Fadba) pôde-se observar como é possível que dentro da academia haja espaço para tratar de questões relacionadas à fé. A Fadba contribuiu com o assunto contando com a presença de pesquisadores, mestres e doutores, que puderam apresentar, de forma embasada, as razões de suas crenças. Sendo, desse modo, exemplos de que fé e conhecimento científico não precisam estar separados, mas podem andar juntos numa carreira de sucesso.

REFERÊNCIAS

CRAIG, William Lane. **Em Guarda**: defenda a fé cristã com razão e precisão. São Paulo: Vida Nova, 2012.

FERNANDES, Esther. **Núcleo de Geociência realiza Simpósio Criacionista** [2021]. Disponível em: <https://adventista.edu.br/noticias/nucleo-de-geociencia-realiza-simposio-criacionista>. Acesso em 30/04/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 05 abr. 2010.

GEISLER, Norman; TUREK, Frank. **Não Tenho Fé o Suficiente para Ser Ateu**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

LEWIS, Clive Staple. **O Cristianismo Puro e Simples**. São Paulo: Thomas Nelson Brasil.

PLATAFORMA LATTES. Everton Fernando Alves. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3222964702763728>. Acesso em 30/04/2023.

PLATAFORMA LATTES. Maura Eduarda Lopes Brandão. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1795374671211033>. Acesso em 30/04/2023.

PLATAFORMA LATTES. Matusalém Alves Oliveira. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7857793615411703>. Acesso em 30/04/2023.

PLATAFORMA LATTES. Rodrigo Mello Gomes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3121095341590269>. Acesso em 30/04/2023.

PLATAFORMA LATTES. Tiago Alves Jorge de Souza. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1004105852620765>. Acesso em 30/04/2023.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **O Ceticismo da Fé**. Rio de Janeiro: Ágape, 2018.

WIKER, Benjamin. **Darwinismo Moral**: como nos tornamos hedonistas. São Paulo: Paulus, 2011.

Revista Formadores

Vivências e Estudos



V CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

Investigação Científica

A serviço da Missão 2023

V COSUDI - PORTUGUÊS

Volume 16 Número 3 Dezembro 2023

ISSN: 2177-7780 - ONLINE ISSN: 1806-5457 - IMPRESSA

DOI: 10.25194/rt.v16i3.1689

Brena dos Santos de Jesus

brena.jsantos01@gmail.com

Brena Santos de Jesus, Graduada em Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia.

Ana Flávia Soares Conceição

ana.soares@adventista.edu.br

Mestra em Psicologia. Docente de Psicologia na Faculdade Adventista da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6654-0785>

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA EM UMA PERSPECTIVA AFETIVA-SEXUAL

THE LONELINESS OF THE BLACK WOMAN IN AN AFFECTIVE-SEXUAL PERSPECTIVE

RESUMO

Este artigo busca compreender a Solidão da Mulher Negra na realidade brasileira e seu preterimento no mercado afetivo. A pesquisa trata-se de uma revisão narrativa, de natureza qualitativa contendo publicações que compreendem o período de 2012-2022, analisando aspectos como a existência do sentimento de solidão da mulher negra relacionada principalmente à falta de um relacionamento amoroso, além de discutir como se deu a solidão dessa mulher no Brasil e, conseqüentemente, os impactos ao bem-estar de tais mulheres. Na análise dos dados, foi evidenciado que mulheres negras não são tão requisitadas em relacionamentos afetivos e conjugais, fato esse que está associado ao contexto histórico da escravização de tais mulheres e até o momento presente tem reverberado negativamente na trajetória de mulheres de pele preta.

Palavras-chave:

Solidão. Mulher Negra. Racismo.

Keywords:

Loneliness. Black Woman. Racism.

JESUS, Brena dos Santos; CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares. A solidão da mulher negra em uma perspectiva afetiva-sexual. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 131 - 139, Dezembro 2023.

ABSTRACT

This article seeks to understand the Solitude of the Black Woman in the Brazilian reality and its neglect in the affective market. The research is a narrative review, of a qualitative nature containing publications that comprise the period 2012-2022, analyzing aspects such as the existence of the feeling of loneliness of the black woman related mainly to the lack of a loving relationship, in addition to discussing how the loneliness of this woman occurred in Brazil and, consequently, the impacts on the well-being of such women. In the analysis of the data, it was evidenced that black women are not so requested in affective and marital relationships, a fact that is associated with the historical context of the enslavement of such women and until the present moment has reverberated negatively in the trajectory of women with black skin.

INTRODUÇÃO

A presente revisão visa trazer informações relevantes sobre a solidão da mulher negra em uma perspectiva afetivo-sexual, para fomentar e ampliar a discussão, contemplando aspectos como o reconhecimento da solidão, além da origem dessa solidão no contexto brasileiro e suas repercussões para o bem-estar dessa figura feminina. Nesse contexto, o aprofundamento nessa temática se faz necessário, no entanto, é pouco abordado na literatura, sendo de elevada importância a discussão desse tópico na sociedade atual, contribuindo para a sistematização do conhecimento.

A solidão é um sentimento de falta de conexão com outras pessoas, que pode decorrer tanto do fato de estar sozinho sem companhia quanto do convívio com inúmeras pessoas ao redor. Esse sentimento pode despertar tristeza, gerando dor e tornar-se gatilho para diversos problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, impactando em toda a estrutura social do indivíduo que se sente dessa forma.

De acordo com Motta (2018), a solidão é caracterizada pela profunda sensação de separação de outras pessoas, sentir-se sem aceitação, carinho, afeto, conexão ou satisfação emocional, ou seja, o sentimento incômodo gerado em decorrência da escassez de vínculos significativos. Esse sentimento pode ocorrer em diferentes contextos, desde sentir-se só em meio a uma multidão de indivíduos até mesmo ocorrer quando não há pessoas que ofertam algum significado especial para tal indivíduo.

Além disso, a moralidade da época da escravização de indivíduos negros não permitia ao senhor dar vazão às suas fantasias sexuais com sua sinhá. Assim, ele selecionava uma negra para praticar sexo fora do casamento, a fim de obter prazer exacerbado. Segundo Freitas (2011), ainda na atualidade, reverbera o legado do senhor com seus preceitos religiosos, que não tinha satisfação sexual plena com a esposa branca, que era ideal para a reprodução. No entanto, abusava sexualmente e sem

quaisquer restrições de negras escravizadas, que serviam como objetos sexuais, assim reside uma dupla moral sexual brasileira.

Diante do exposto, há um indicador muito elevado sobre mulheres negras serem, em sua maioria, mães solteiras e terem dificuldades para constituir relacionamentos românticos estáveis, como o casamento. Esse dado advém das consequências de todo um contexto estruturado, onde a mulher negra é vista como mero objeto sexual, em decorrência da reverberação da época em que as mulheres negras eram subordinadas a um sistema de opressão e dominância, sendo exploradas tanto no viés sexual quanto pelo laboral. Conforme Hooks (1995, p.469), mulheres negras eram vistas apenas pelos seus corpos capazes de gerar prazer aos seus senhores, e procriadoras de novos escravos, assim tais mulheres deveriam ser domadas.

No imaginário social a mulher negra raramente é objeto de amor, ela por vezes é vista pelo aspecto sexual como já relatado ou até mesmo como cuidadora, sendo caracterizada como o objeto do outro. Assim, a mulher negra é colocada em um lugar onde não é idealizada romanticamente e com a permanência dos sentimentos de solidão e isolamento trazendo consequências tanto para sua saúde mental quanto física.

Outro dado importante evidenciado por Berzins (2003), relata que mulheres sempre estão em desvantagem em relação a figura masculina, pois são alvos recorrentes de discriminação, violência, salários inferiores, para além do risco de terem uma dependência maior de recursos externos para a sua manutenção. Portanto é válido destacar que em meio a toda essa conjuntura social onde tal mulher tem pouca seguridade social e inúmeras repercussões em seu bem-estar é extremamente dolorosa sua trajetória de vida que repercute sobretudo no mercado do amor.

SENTIMENTO DE SOLIDÃO E MULHER NEGRA

A questão do racismo e da solidão da mulher negra no Brasil é um tema de grande importância e urgência. Infelizmente, a discriminação racial e de gênero ainda é muito presente na sociedade brasileira, afetando principalmente as mulheres negras. Muitas vezes, elas se encontram em uma posição vulnerável, tendo que enfrentar diversos desafios e obstáculos para se afirmar em uma sociedade que ainda as coloca em uma posição inferior.

A solidão é uma das consequências desse processo, que se agrava ainda mais quando falamos de mulheres negras. Elas enfrentam uma dupla discriminação: por serem mulheres e por serem negras. Muitas vezes, elas se sentem isoladas e sem apoio, tendo que lidar com a falta de representatividade e de espaço na sociedade. Isso pode levar a problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade, além de outras doenças relacionadas ao estresse crônico.

Além disso, o racismo estrutural no Brasil dificulta o acesso dessas mulheres a oportunidades de trabalho, educação e saúde. Elas são frequentemente excluídas dos espaços de poder e decisão, o que limita suas chances de se desenvolver e de se afirmar como cidadãs brasileiras. É preciso,

portanto, que a sociedade brasileira enfrente essa realidade e trabalhe para mudar essa situação, reconhecendo a importância e o valor das mulheres negras em nossa cultura e sociedade.

Pacheco (2013) pesquisou sobre o fenômeno descrito como solidão da mulher negra, utilizando entrevista com mulheres negras de escolaridades e classes sociais diversas. E como resultado constatou que a mulher negra está distante do campo do desejo afetivo, seja por seu cabelo natural, coloração de pele e demais características fenotípicas que se encontra fora do padrão europeu desejado.

Nesse viés, torna-se vigente o quanto o quadro histórico está relacionado às questões atuais, afetando o campo de relações e como essas mulheres são vistas. Em concordância com tais resultados José (2016), constatou que a população feminina negra é mais propensa a viuvez, solteirice e solidão, enquanto a maior parte das mulheres brancas encontram-se em relacionamento matrimonial.

Concomitantemente, Zanello (2018) ressalta que o “mercado” do amor é desigual, pois possui um padrão na sociedade hodierna que é branca, jovem e magra, e quanto mais distante desse estereótipo mais impactos para a autoestima de tal mulher. Vive-se em uma ditadura estética em que a branquitude é o desejável. Assim, a mulher negra encontra-se em lugares extremamente desfavoráveis. Dessa maneira, existe uma solidão que é racializada, e extremamente racista.

Dessa forma, mulheres negras estão em demérito diante dos homens, sendo vistas como objetos sexuais prontas para o descarte. Mesmo diante das muitas mudanças culturais, esse paradigma de que a mulher negra é para diversão e a branca é para casar não tem sofrido nenhuma alteração vigente.

Angela Davis, uma das mais importantes pensadoras sobre racismo e feminismo negro, é uma referência incontornável nesse debate. Em um de seus discursos, ela afirmou: “A solidão da mulher negra é uma forma de opressão estrutural que precisa ser enfrentada. É preciso que a sociedade reconheça que as mulheres negras são sujeitos políticos, capazes de pensar e agir em prol de suas próprias vidas e das transformações sociais necessárias” (DAVIS, 1981).

Davis também destaca a importância da representatividade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária: “A representatividade é fundamental para as mulheres negras. É preciso que sejam criados espaços de poder e decisão que considerem as demandas e necessidades específicas desse grupo social” (DAVIS, 1981). Essas citações de Angela Davis nos mostram que a luta contra o racismo e a solidão da mulher negra é uma luta política e social. É necessário o engajamento de todos na desconstrução de uma sociedade desigual e injusta, em que as mulheres negras sejam valorizadas e tenham as mesmas oportunidades e direitos que qualquer outra pessoa.

Além de Angela Davis, Bell Hooks também é uma referência importante no debate sobre a solidão da mulher negra e o racismo no Brasil. Em sua obra “Feminism Is for Everybody”, Hooks destaca a importância de se entender a intersecção entre a opressão racial e de gênero na construção da identidade e experiência das mulheres negras.

Bell Hooks também é uma referência importante no debate sobre a solidão da mulher negra e o racismo no Brasil. Segundo Hooks, “a solidão da mulher negra é resultado da violência racista e

sexista que marginaliza e silencia as vozes das mulheres negras” (HOOKS, 2000). Para Hooks, a luta contra o racismo e a solidão da mulher negra passa pela construção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade, em que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Ela destaca que é preciso criar espaços de acolhimento e empoderamento para essas mulheres, que muitas vezes enfrentam uma dupla discriminação na sociedade.

Infelizmente, as estatísticas mostram que as mulheres negras no Brasil enfrentam dificuldades não apenas no mercado de trabalho, mas também no campo afetivo. De acordo com um estudo realizado pelo IBGE em 2019, o casamento entre mulheres negras é menos frequente do que entre mulheres brancas. Enquanto 46% das mulheres brancas estão casadas, apenas 31% das mulheres negras estão na mesma situação.

Essa diferença é ainda mais acentuada quando levamos em conta a faixa etária. Entre as mulheres brancas de 25 a 34 anos, 54% estão casadas ou vivem em união estável, enquanto entre as mulheres negras da mesma faixa etária, o número cai para 35%. Isso demonstra que as mulheres negras enfrentam maiores obstáculos para encontrar um parceiro e construir uma vida afetiva estável.

Essas estatísticas refletem não apenas a discriminação racial presente na sociedade brasileira, mas também a falta de representatividade e valorização das mulheres negras. A ausência de referências positivas na mídia e na cultura popular pode levar a uma desvalorização da beleza e da capacidade afetiva das mulheres negras. Além disso, a falta de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades pode afetar a autoestima e a confiança das mulheres negras na hora de buscar um parceiro.

É importante que a sociedade brasileira enfrente essa realidade e trabalhe para mudar essa situação. É necessário que sejam criados espaços de diálogo e empoderamento para as mulheres negras, que elas tenham representatividade na mídia e na cultura popular, e que sejam implementadas políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero, possam se desenvolver plenamente em todas as áreas de suas vidas.

COMO SE DEU A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL

A solidão da mulher negra no Brasil tem raízes históricas profundas. Desde a época da escravidão, a mulher negra foi vista como objeto de trabalho e de reprodução, sem direito a uma vida afetiva e familiar plena. Elas foram separadas de seus filhos e maridos, vendidas como mercadorias e tratadas como seres inferiores. Essa experiência traumática deixou marcas profundas na psique das mulheres negras, que tiveram que lidar com a solidão e o abandono ao longo dos séculos.

Além disso, a mulher negra sempre foi invisibilizada e desvalorizada na sociedade brasileira. Elas foram excluídas do acesso à educação, à cultura e aos espaços de poder, o que tornou ainda mais difícil a construção de relações afetivas saudáveis e duradouras. A falta de referências positivas na

mídia e na cultura popular também contribuiu para a invisibilidade das mulheres negras e a falta de valorização de sua beleza e de suas qualidades pessoais.

A socióloga e ativista Angela Davis destaca a importância da representatividade para a autoestima e a construção de relações afetivas saudáveis. Segundo ela, “quando não vemos pessoas como nós representadas em posições de poder, tendemos a nos sentir sozinhas e incapazes de realizar nossos sonhos”. Isso é ainda mais evidente para as mulheres negras, que foram historicamente excluídas dos espaços de poder e da mídia.

Bell Hooks, por sua vez, destaca a importância da autoestima e da valorização da individualidade para a construção de relações afetivas saudáveis. Ela afirma que “a autoestima é a base de todas as relações amorosas saudáveis. É preciso que cada pessoa se sinta bem consigo mesma, para que possa se relacionar de forma positiva com outra pessoa”. Isso significa que é fundamental que as mulheres negras se sintam valorizadas em sua individualidade, para que possam construir relações afetivas saudáveis e duradouras.

Em resumo, a solidão da mulher negra no Brasil é resultado da exclusão e invisibilidade históricas a que foram submetidas. É fundamental que a sociedade brasileira enfrente essa realidade e trabalhe para promover a igualdade de oportunidades e a valorização das mulheres negras. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero, possam se desenvolver plenamente em todas as áreas de suas vidas. A chegada das pessoas negras escravizadas no Brasil já se deu de forma violenta e obrigatória, no que diz respeito a figura feminina negra seu espaço era limitado entre a senzala e a casa grande, mormente eram usadas como força braçal como uma espécie de faz tudo, porém a apropriação de seus corpos era tão incessante que além de ser exploradas fisicamente eram também obrigadas a satisfazerem os desejos sexuais de seus ditos senhores. Dessa forma, no contexto da escravidão suas habilidades e o seus corpos eram explorados, pois não eram donas de si mesmas, e sim propriedades de seus senhores (GIACOMINI e PACHECO,2006).

Diferente da escravidão que foi abolida há mais de um século as percepções a respeito da mulher negra ainda estão perpetuadas no imaginário social, como um ser inferior e servil, e no contexto afetivo ainda se propaga a imagem de mulher que pode fornecer prazer, entretanto, não seria a opção ideal para um relacionamento afetivo de longa duração. Portanto, a solidão é presente na trajetória da figura feminina de pele negra desde seu desembarque dos navios negreiros.

Nesse viés o racismo historicamente enraizado no Brasil após mais de 400 anos de regime escravocrata se apresenta como um dos quesitos mais marcantes para a desvalorização da mulher preta no mercado matrimonial, tendo como pressuposto o modelo europeu que no Brasil imperou, a mulher branca além de ser o modelo feminino desejado, também pode ser uma forma de ascensão social para homem, primordialmente o homem negro, nesse cenário por diversas vezes resta a mulher negra o papel secundário na relação afetivo-sexual.

Portanto segundo Misael e Barrozo (2021), a solidão da mulher negra é um produto advindo da junção entre racismo e o machismo. Diante da combinação desses ideais os resultados devastadores são nítidos com danos irreparáveis.

Foi possível compreender que a mulher negra é marcada por inúmeros estereótipos que geram demasiado sofrimento, negando o lugar de protagonismo e por tantas vezes deixando-as na periferia do amor, da aceitação, do bem-estar entre tantos âmbitos sociais. Nesse contexto, a solidão é uma vivência estendida em larga escala, podendo gerar o senso de não pertencimento principalmente ao que tange a mulher de pele escura que historicamente é tratada como objeto que pertence a qualquer outro menos a si mesma.

Esses resultados colaboram com as conclusões de Teixeira (2015), relata que mulheres negras em meio a história vivenciaram demasiados modos de exclusão, e nenhum dos relatos históricos demonstram um senso de pertencimento, mas apenas de servidão, onde lhes foi negado o direito de ser, e construída uma identidade negativa, onde não há respeito, pois não é considerada como ser humano.

Ademais, ser visualizada de forma tão objetual pela sociedade é um fator de preocupação para o sexo feminino de raça negra que recorrentemente gera o sentimento de menos valia, autoimagem negativa, além de danos psicológicos e físicos (MIZAEL, 2021). Sobreviver em meio a tantos dilemas acarreta repercussões inevitáveis.

Magalhães (2020) afirmar que indivíduos negros pouco tem poucas oportunidades de usufruir de uma melhor qualidade de vida ao longo de sua existência que por vezes acaba não se estendendo muito, já que o corpo negro é alvo de constante violência, dessa forma a possibilidade do envelhecer é diminuta e mais ínfima ainda o envelhecimento com bem-estar. Ainda mais relacionada ao papel de cuidadora, aquela que está pronta para servir manter o outro bem, sendo ela mesma deixada em segundo plano, sem cuidados, sem carinho.

A experiência emocional, está interseccionada com questões de gênero, raça, posição social entre outras formas de poder, e esses aspectos evidenciam diversas dimensões da estrutura social presente, que são marcadas e recorrentemente mostram-se estruturadas nessa experiência, nesse caso específico é a solidão da mulher preta (PACHECO, 2013). Assim, pode-se inferir o quanto a trajetória de vida da figura feminina negra é carregada por resistência para lidar não só com o fator da solidão, mas todas as repercussões dessa vivência, salientando a subjetividade diante de tal processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe um recorte de repercussões sofridas por mulheres negras diante da solidão, assim ficou bem evidente que uma mulher negra carrega inúmeros estigmas advindos da época em que eram escravizadas, estigmas esses que persistem em nossa atualidade e são causa de intenso sofrimento já que a representação do corpo negro é tão atraente quanto ao prazer e pouco visto como figura digna de amor. Esse sofrimento se acarreta marcas singulares nesse

processo, sendo importante salientar também que a vivência da solidão vai ser experienciada de maneira única por cada figura do sexo feminino a depender da sua própria concepção a respeito do assunto. Diante do exposto, é evidente as consequências negativas advindas do racismo enraizado que permanece na sociedade unido ao machismo que ainda impera. Ademais, é necessário que haja mais pesquisas com o intuito do aprofundamento dessa temática para que a sociedade hodierna seja conscientizada a respeito desse assunto.

REFERÊNCIAS

CARMONA, C. F., COUTO, V. V. D., & SCORSOLINI-COMIN, F. A experiência de solidão e a rede de apoio social de idosas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 4, p. 681-691, out./dez., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-73722395510>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MOTTA AB. Idade e solidão: a velhice das mulheres. **Revista Feminismos**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 88-96, mai./ago., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30390>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CARRERA, F; CARVALHO, D. Algoritmos racistas: a hiper ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. **Galáxia** São Paulo. nº 43, p. 99-114. Jan-abr., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020141614>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MAGALHÃES, S.M. et al. A vulnerabilidade acentuada da pessoa idosa negra, no contexto atual da pandemia: uma herança escravista. **SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Envelhecimento em tempos de pandemias**, Salvador, out,2020.

JOSÉ, M. R. Brancas e Pretas diante da solidão. **Anais do VI Encontro da Associação de Estudos Populacionais**.n.6, p. 185-214, 2016.

OLIVEIRA, I. de M.; SANTOS, N. C. S. SOLIDÃO TEM COR? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9–20, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4463>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DIAS, M. de J. S.; SERRA, J. Mulher, velhice e solidão: uma tríade contemporânea? **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 9–30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/sss.v17i1.8655190>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MIZAEL, T. M; BARROZO, S.C. V.; HUNZIKER, Brasil Maria Helena Leite. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da ABPN**• v. 13, n. 38, p. 212-239, 2021.

PACHECO, A.C. L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: **EDUFBA**,2013.

SILVA, M. F. S. A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: a “cor do amor” em relacionamentos conjugais. Juazeiro. **UNILEÃO**.dez.2021

SANTANA, J. F. O envelhecimento das mulheres negras e as experiências de sua institucionalização. São Francisco do Conde. **UNILAB**, out 2020.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Editora **Appris**, 2020.

HOOKS, B. Feminism is for everybody: Passionate politics. **Pluto Press**, 2000.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. **Boitempo** Editorial, 2016.

IBGE. (2019). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: **IBGE**.



Gabriela Américo de Sousa Costa
gabriela.americo.sousa@hotmail.com

Currículo

Eládia Vieira Duarte da Silva
eladia.duarte@faama.edu.br

Currículo

Lucélia dos Reis Santos Soares
lucelia.santos.soares@gmail.com

Currículo

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TDAH

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é descrito como um transtorno neurobiológico, de influência genética, que apresenta alterações das substâncias químicas dopamina e noradrenalina, afetando as funções executivas e cognitivas. Pode acometer ambos os sexos. Os sintomas se manifestam na infância e na adolescência, e se caracterizam por apresentarem um quadro de desatenção, hiperatividade e impulsividade, afetando vários setores da vida, como o social, o escolar e o profissional. Quanto à educação, estudos mostram que as tecnologias educacionais têm oferecido contribuições para o desenvolvimento escolar dos alunos. Levantou-se a necessidade de realizar esta pesquisa, de revisão bibliográfica, para avaliar a eficácia das tecnologias educacionais como auxílio no desenvolvimento do aluno TDAH, com o objetivo de reconhecer sua eficiência como suporte para o professor trabalhar em sala de aula, a fim de envolver a criança acometida pelo transtorno e ajudá-la a desenvolver suas habilidades e competências desejadas em dado período escolar. Esta pesquisa justifica-se pela relevância em se discutir sobre a utilização das tecnologias educacionais, bem como a importância das escolas terem acesso e disponibilizarem tais ferramentas, como uma forma de promover a democratização do acesso à educação e a inclusão de alunos portadores de alguma deficiência, tendo como foco o TDAH.

Palavras-chave:

Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. Educação Inclusiva. Tecnologias Educacionais. Ferramentas Digitais Educativas.

Keywords:

Attention Deficit Hyperactivity Disorder. Inclusive Education. Educational Technologies. Educational Digital Tools.

COSTA, Gabriela Américo de Sousa; SILVA, Eládia Vieira Duarte; SOARES, Lucélia dos Reis Santos. As tecnologias educacionais no desenvolvimento escolar de Crianças com TDAH. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 140 - 155, Dezembro 2023.

ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is described as a neurobiological disorder, of genetic influence, which presents alterations of the chemical substances dopamine and noradrenaline, affecting executive and cognitive functions. It can affect both sexes. The symptoms may appear in childhood and adolescence, and they are characterized by inattention, hyperactivity and impulsivity, affecting various sectors of life, such as social, school and professional life. As for education, studies have shown that educational technologies have offered contributions to the school development of students. Therefore, the need to carry out this research, a bibliographical review, was raised to evaluate the effectiveness of educational technologies as an aid in the development of the ADHD student, with the objective of recognizing its efficiency as a support for the teacher to work in the classroom, in order to involve the child affected by the disorder and help him to develop his desired skills and competences in a given school period. This research is justified by the relevance of discussing the use of educational technologies, as well as the importance of schools having access and making these tools available, as a way of promoting the democratization of access to education and the inclusion of students with disabilities, focusing on ADHD.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico, de causas genéticas, que apresenta alterações na produção dos neurotransmissores, principalmente dopamina e noradrenalina, afetando o pleno funcionamento do lobo frontal, área do cérebro que corresponde às funções executivas e cognitivas. Os sintomas se manifestam na infância e adolescência, até aos 12 anos de idade, podendo perdurar ao longo da vida, e se caracterizam por apresentarem um padrão persistente, por pelo menos 6 meses, de desatenção, hiperatividade e impulsividade. O transtorno pode acometer ambos os sexos, no entanto, segundo Miotto (2019), há uma típica prevalência no sexo masculino.

Considerando que os sintomas podem variar significativamente, por serem várias as possibilidades de alterações neuropsicológicas, sua gravidade pode ser leve, moderada ou grave. A manifestação desses sintomas pode ser dividida em subtipos: predomínio de desatenção; predomínio de hiperatividade e impulsividade; ou subtipo combinado, manifestando tanto a desatenção como a hiperatividade e impulsividade. Tais sintomas impactam negativamente a vida da pessoa acometida pelo transtorno, afetando vários setores, como o social, o escolar e o profissional.

O TDAH é o transtorno mais encontrado em crianças. Sua prevalência vem apresentando uma tendência de aumento, acometendo entre 8 e 12% as crianças, e entre 3 e 5% os adultos. No mundo, essa incidência em crianças e adolescentes varia de 0,2% a 27%, sendo em menor proporção na Ásia

e na África. Estudos comparativos mostram que nos EUA houve um aumento de 42% entre os anos de 2003 a 2011. Segundo os dados, há pouca diferença entre EUA e Europa (*Ibidem*).

Um estudo realizado por Ana Flávia Hora, em 2015, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), sobre a prevalência do TDAH, com o título “A prevalência do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura”, analisou os dados de 23 estudos sobre a temática, realizados nos quatro continentes:

- Os autores encontraram as maiores estimativas de prevalência em crianças de 3 a 6 anos — uma média de 25%. Com base em artigos e pesquisas, as amostras revelaram que, no Brasil, 7,6% dos estudantes investigados, de 6 a 17 anos, apresentaram sintomas de TDAH.
- Em relação à prevalência do transtorno em crianças em todo o mundo, a média encontrada foi de 11,26%.
- Em relação ao desempenho acadêmico — o estudo avaliou a performance de crianças com e sem sintomas de TDAH — constatou-se que as que tinham sintomas sinalizaram desempenho acadêmico inferior aos sem diagnóstico. Assim como foi detectado maior índice de repetição de ano na escola nas crianças com TDAH.

Visto que o cenário mundial se encontra extremamente conectado por meio das inovações tecnológicas, passando por um processo de constante aprimoramento das suas ferramentas digitais, tem-se como resultado progressos na comunicação, facilitando o acesso à informação, ampliando as perspectivas do trabalho e do consumo, viabilizando a democratização do acesso à educação, dentre outros benefícios.

Quanto à educação, estudos mostram que as tecnologias educacionais têm oferecido contribuições para o desenvolvimento dos alunos. Diante das informações apresentadas, levantou-se a necessidade de realizar esta pesquisa, para avaliar a eficácia das tecnologias educacionais como auxílio no desenvolvimento, especificamente, do aluno TDAH, com o objetivo de reconhecer sua eficiência como suporte para o professor trabalhar em sala de aula, a fim de envolver a criança acometida pelo transtorno e ajudá-la a desenvolver suas habilidades e competências desejadas em dado período escolar.

Vale ressaltar que não faz parte do objetivo desta pesquisa listar todas as ferramentas digitais destinadas à educação que promovam a inclusão do TDAH, mas sim reconhecer se são eficientes como material de apoio para o professor incluir em suas práticas pedagógicas complementando os conteúdos, a fim de atender às necessidades do aluno TDAH, facilitando e potencializando o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, almeja-se contribuir, por meio desta pesquisa de revisão bibliográfica, com análises de informações de trabalhos científicos relacionados ao tema, tendo como fontes de pesquisa a *internet* e livros.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância em se discutir sobre a utilização das tecnologias educacionais, bem como a importância das escolas terem acesso e disponibilizarem tais

ferramentas, como uma forma de promover a democratização do acesso à educação e a inclusão de alunos portadores de alguma deficiência, tendo como foco o TDAH.

2. ENTENDENDO O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é descrito, pela Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), como um transtorno neurobiológico, com forte influência genética, que apresenta alterações na região frontal e nas suas conexões com o restante do cérebro, sendo estas alterações um funcionamento deficitário de substâncias químicas chamadas neurotransmissores (principalmente dopamina e noradrenalina), que passam informações entre as células nervosas (neurônios).

O transtorno é reconhecido oficialmente por vários países e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ratificado por um Consenso Internacional publicado pelos mais renomados pesquisadores, médicos e psicólogos globais, sobre este assunto. Já foi denominado de várias formas pela medicina, sendo atualmente chamado de TDAH.

A Dra. Ana Beatriz Barbosa Silva (SILVA, 2010), brasileira, portadora do transtorno TDAH, referência em psiquiatria, utiliza para o transtorno, assim como para as pessoas que o apresentam, a sigla TDA, atribuindo-lhe todas as formas de manifestações (com ou sem hiperatividade); definindo-o não como doença, mas como um funcionamento mental acelerado, que acomete ambos os sexos, possuindo três alterações básicas, como: desatenção, impulsividade e hiperatividade física e/ou mental; podendo variar grandemente em intensidade, nas características e em suas formas de manifestações.

Longe do conceito de doença, a meu ver, o TDA trata-se de um funcionamento mental acelerado, inquieto, que produz incessantemente ideias que, por vezes, se apresentam de forma brilhante ou se amontoam de maneira atrapalhada, quando não encontram um direcionamento correto. (SILVA, 2010, p.12).

Para o diagnóstico de TDAH ser confirmado, as manifestações devem estar ocorrendo no mínimo por seis meses, trazendo prejuízos à vida social, acadêmica e/ou profissional. Tais manifestações tornam-se perceptíveis desde a infância ou adolescência, antes dos 12 anos de idade, podendo perdurar na vida adulta, em 70% dos casos, com algumas variações. Devido à significativa variabilidade de apresentações dos sintomas, conclui-se que não existe um “perfil” específico das alterações (MIOTTO, et al. 2019; SANTOS, et al. 2015; SILVA 2010).

3. ALTERAÇÃO DA ATENÇÃO, IMPULSIVIDADE, HIPERATIVIDADE FÍSICA E MENTAL

Segundo Silva (2010), o cérebro do TDAH não é considerado como “defeituoso”, mas que possui um funcionamento peculiar, e essa particularidade é responsável tanto pelas habilidades que se destacam no indivíduo, quanto pelos desacertos de sua vida. Miotto (2019) explica que tal funcionamento é decorrente de um padrão persistente das alterações de atenção, de impulsividade e da velocidade da atividade física e mental.

O TDAH é apontado como um termo superficial, pois a expressão déficit não engloba todos os aspectos da desatenção, retratando apenas a ideia de deficiência. A alteração da atenção é a dificuldade de se manter a concentração em algo ou em alguma obrigação, mesmo que por pouco tempo, devido à forte tendência à dispersão, resultado dos múltiplos pensamentos acelerados e incessantes; em contrapartida, pode haver uma extrema concentração, denominado como hiperfoco, em outros assuntos que despertem o interesse de forma espontânea ou sobre alguma paixão. Sendo assim, é preferível para a autora usar o termo “instabilidade de atenção”, por descrever melhor a capacidade de atenção do TDAH (SILVA, 2010).

A compreensão sobre a impulsividade no TDAH se dá através de seus significados literais como: 1) ação de impelir; 2) força com que se impele; 3) estímulo, abalo; 4) ímpeto, impulsão; em reação aos estímulos que se lhe apresentam. Ao serem despertadas as emoções, a força dessas emoções funcionam como um catalisador de reações, o que muitos chamam de exagero, ações impensadas ou impulso sem filtro. Posteriormente, tal atitude acarreta sentimentos de sofrimento, culpa, angústia, prejudicando relacionamentos pessoais no cotidiano (*Ibidem*).

A mente de um TDA funciona como um receptor de alta sensibilidade que, ao captar um pequeno sinal, reage automaticamente sem avaliar as características do objeto gerador do estímulo. (SILVA, 2010, p.24).

A mesma autora explica que, nas crianças, a impulsividade pode se manifestar em reações físicas exageradas, principalmente nas interações durante as brincadeiras. Já em adultos, essa manifestação ocorre por meio de impulsos verbais. Vale ressaltar que, os resultados da impulsividade são consequências cumulativas, por exemplo, problemas com a autoestima e a instabilidade. Silva (*ibid*, p. 27) cita mais exemplos como: “agressividade, descontrole alimentar, uso de drogas, gastos demasiados, compulsão por jogos, tagarelice incontrolável.”

A hiperatividade física é fácil de ser identificada em crianças e se evidencia por meio de movimentos agitados, enquanto que nos adultos, os movimentos transparecem de maneira mais discreta como no sacudir dos pés ou pernas, no rabiscar de papéis, roer unhas, dentre outros, havendo sempre uma busca por manter as mãos ocupadas (*Ibidem*).

É o adulto que interrompe a fala do outro o tempo todo, muda de assunto antes que o seu interlocutor possa elaborar uma resposta e que não dorme à noite porque seu cérebro fica tão agitado que não consegue se desligar. (SILVA, 2010, p. 29-30).

4. O TDAH INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR

Considerando que o TDAH se comporta de forma diferenciada na criança e no adulto, faz-se necessário discutirmos o TDAH infantil, para compreendermos o que esperar do comportamento da criança portadora do transtorno em sala de aula.

Reiterando o que já foi introduzido, os três principais sintomas do TDAH são: distração, impulsividade e hiperatividade. Para Miotto (2019, p.343), o TDAH “é o distúrbio comportamental mais encontrado em crianças”. Todavia, Silva (2010), afirma que essas características se manifestam normalmente em todas as crianças, o que resulta na dificuldade em distinguir a que é portadora do transtorno da que não é acometida por ele. No entanto, por meio de uma atenciosa observação, há de se verificar que tais características, nos portadores do TDAH, são ostensivamente mais intensas, frequentes e constantes. Se a criança TDAH for predominantemente hiperativa, comportar-se-á de forma mais agitada, mais bagunceira e mais impulsiva. Por outro lado, se o predomínio for a desatenção, será mais distraída, dispersa e não persistente.

A autora (*ibid*, 2010) descreve as características peculiares do TDAH infantil da seguinte forma:

1. Inquietação da criança ao ter que manter-se quieta, mexendo pés e mãos frequentemente, mudando de posição ao estar sentada ou levantando-se incontrolavelmente repetidas vezes;
2. É facilmente distraída por qualquer estímulo externo, mesmo os julgados como mais simples e insignificantes, principalmente se tiver que realizar uma tarefa obrigatória que não lhe desperte interesse;
3. Impaciência ao esperar a sua vez em várias situações como brincadeiras, filas, processos em grupo, ou até mesmo em conversas, interrompendo outros ao falar, para expor, sem demora, seus pensamentos e desejos, o que afeta o seu processo de socialização, por ocasionar descontentamento dos demais envolvidos;
4. Prontidão em responder, sem ao menos seu processo mental ou de raciocínio ter sido concluído, sendo uma consequência da impulsividade, ocorrendo em situações de respostas para perguntas ainda incompletas, resultando em desorganização das palavras, devido à incapacidade de filtrar ou equilibrar o alto fluxo de pensamentos que permeiam a sua mente;
5. Dificuldade em seguir ordens e instruções, pois prefere fazer as coisas do seu jeito, de acordo com a maneira que assimila. Essa questão faz com que a denominem de rebelde e teimosa, por não compreenderem que é resultado do seu peculiar funcionamento cerebral. É muito provável que tal característica perdure na fase adulta;

6. Dificuldade em manter a atenção durante atividades prolongadas e repetitivas, até mesmo as lúdicas se enquadram neste aspecto se houverem regras, pois como afirma Silva (2010, p. 76) “sua atenção é fluida, escorregadia e vaporosa [...]”. Porém, o oposto poderá ocorrer caso uma forma de atividade lhe seja atrativa e estimulante, como por exemplo o vídeo game;

Um exemplo comum é o videogame. Tais jogos unem estímulos de diversos tipos, de forma sincrônica e simultânea, comumente em grande velocidade. São imagens vivas, coloridas e dinâmicas acompanhadas por sons vibrantes que correspondem às ações empreendidas pela criança no jogo. [...] O fato é que as características desses jogos conseguem ativar o cérebro de uma criança TDA de uma forma que as atividades rotineiras não são capazes, pois não possuem as características dinâmicas necessárias. (SILVA, 2010, p. 76).

7. Mudanças de atividades frequentemente, mesmo quando há interesse, devido aos múltiplos pensamentos, existe uma mudança de atividades por outras, ficando quase sempre inacabadas. Assim como ocorre impulsividade na fala, também ocorre nas ações. Muitos pensamentos desorganizados resultam em vários atos desordenados, desencadeando um quadro de confusão e desespero, o que intensifica ainda mais a desconcentração;
8. Costuma brincar de forma agitada e barulhenta, muitas vezes de maneira arriscada para si ou para o que está em sua volta;
9. Dificuldade de ser concisa e objetiva ao falar, pois se perde em seus pensamentos, falando excessivamente sobre outras coisas antes de chegar no assunto que queria falar ou, nem chega aonde queria. É necessário que pais, cuidadores e professores estejam atentos e auxiliem a criança TDAH a se concentrar no que realmente quer falar;
10. O constante esquecimento faz com que a criança perca as suas coisas, por não lembrar onde as deixou ou por não guardá-las. O referido esquecimento justifica-se pela desatenção e lapsos de memória típicos do TDAH. Essa situação pode ser considerada para muitos como irresponsabilidade ou imaturidade, acarretando conflitos e baixa autoestima na criança.

5. OS ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS DO TDAH E OS ESTÍMULOS DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

O TDAH é um transtorno neurobiológico que apresenta alterações na região frontal cerebral e, conseqüentemente, nas suas conexões com os demais componentes do cérebro, sendo estas alterações um funcionamento deficitário de substâncias químicas produzidas pelos

neurônios chamadas neurotransmissores (principalmente dopamina e noradrenalina), cuja função é transmitir informações entre os neurônios, ou seja, há deficiência dos neurotransmissores, dopamina e noradrenalina, para emitirem sinais entre os neurônios e estimularem o cérebro a induzir a realização das funções que precisam ser executadas. Para que o cérebro seja estimulado a realizar funções, ele precisa processar a informação relacionada à sensação de prazer ou de satisfação, o chamado “sistema de recompensa”. Os neurotransmissores citados fazem esta relação, no entanto, quando encontrados em déficit, a relação fica prejudicada e, conseqüentemente, a realização das ações também (BARKLEY, 2011).

O encéfalo é o conjunto de todas as estruturas contidas no interior da caixa craniana. As estruturas que compõem o cérebro são o telencéfalo e diencefalo. O telencéfalo, parte superior do cérebro, é constituído por dois hemisférios cerebrais (lados). A camada mais externa desses hemisférios é chamada de córtex cerebral. No córtex, ocorre o processamento de todas as informações enviadas e recebidas pelas células neurais ou neurônios. Concernente a Melo (apud STERNBERG, 2010), “É o córtex que possibilita ao homem pensar, planejar, coordenar pensamentos e ações, perceber padrões visuais e sonoros e utilizar linguagens”.

Cada córtex cerebral é dividido em cinco partes: lobo frontal, lobo parietal, lobo occipital, lobo temporal e ínsula. Os lobos são responsáveis por desenvolverem atividades muito específicas, todavia, nenhum funciona de forma independente dos outros.

No TDAH, o lobo frontal é a principal área afetada, portanto faz-se necessário nos atentarmos melhor para esta região. O lobo frontal, localizado à frente do cérebro, o qual não possui uma função única, está associado às funções executivas, além do papel de desempenhar todas as funções cognitivas. As funções cognitivas compreendem três aspectos: atenção, hiperatividade e impulsividade.

As relações de informações que ocorrem entre os neurônios são denominadas de circuitos. Para que esses circuitos ocorram, os neurotransmissores precisam emitir sinais que serão recebidos pelas células neurais receptoras. Dentre os vários tipos de neurotransmissores, estão a dopamina e noradrenalina, os que se encontram alterados no TDAH. Sendo assim, as conexões que dependem da dopamina e noradrenalina ficam prejudicadas, podendo ser inexistentes, existentes de forma insuficiente ou existentes em excesso.

A dopamina é um neurotransmissor que emite informações que envolvem controle motor, cognição, compensação, emotividade, prazer, dentre outros. Enquanto que a noradrenalina está associada à memória. Se tais neurotransmissores estão deficitários, logo as suas funções serão afetadas, exatamente as disfunções que afetam o TDAH.

A dopamina é produzida nos neurônios dopaminérgicos, já a noradrenalina é produzida, principalmente, nos neurônios noradrenérgicos. A liberação desses neurotransmissores ocorre quando há um estímulo externo que o cérebro interpreta como algo que será prazeroso executar. Conforme Salcedo (2021), os estímulos podem se dar de várias formas, dentre elas, pelo uso da *internet*. Isso se deve ao fato de que há uma intencionalidade na produção dos recursos disponibilizados na *internet*, destacando-se as redes sociais, para que se sinta prazer ou satisfação ao utilizá-las.

A relação entre os estímulos e os recursos tecnológicos da *internet* ocorre por meio da compreensão adquirida através de estudos comportamentais do ser humano. O behaviorismo é a teoria psicológica que estuda a psicologia através da observação do comportamento, concluindo que: “De acordo com a teoria behaviorista, um comportamento é fortalecido pelas consequências que ele produz e por esta razão, as próprias consequências são chamadas de “reforços”.” (MENEZES et al., 2014, p. 14). Os autores exploram ainda mais o assunto elucidando as consequências produzidas pelo reforço positivo:

Portanto, a base do processo de condicionamento operante por reforço positivo reside na ideia de que resultados satisfatórios aumentam a chance de ocorrência do comportamento que o produziu. Reforço é a consequência de um comportamento que se mostra capaz de alterar a frequência deste, tornando-o mais ou menos provável. O reforço positivo ocorre quando um comportamento é seguido de um estímulo recompensador. Um reforço positivo aumenta a probabilidade de um comportamento pela presença de uma recompensa (ZILIO, 2010, apud MENEZES et al., 2014, p. 14- 15).

Os “esquemas de reforço”, tema abordado pelo documentário “O Dilema das Redes” (2020), intensamente utilizados pelos programadores, é uma forma de treinar o cérebro por meio das consequências das ações. Em suma, o cérebro tende a repetir ações que causem um efeito positivo e, a não repetir quando o efeito é negativo. As redes sociais possuem vários reforçadores positivos, como: curtidas, *likes*, comentários, visualizações, compartilhamentos, várias formas de *feedback*, sugestões constantes de acesso ao que é mais apreciado pelo usuário, enfim. O ato de atualizar os perfis para ver o resultado dessas interações, sendo este satisfatório, ocorre a liberação de dopamina, consequentemente, uma sensação de prazer, ressaltando que esta sensação não exige esforço. O ato satisfatório mencionado, assim como a sensação de satisfação advinda de qualquer outro ato, é um reforço para o comportamento humano que causa consequências referentes a sua forma de reagir.

Skinner (1982) declarou que o homem é um ser sensível a um reforçamento positivo, movido pela satisfação, pelo prazer e pelas consequências da sua ação. Se as consequências de uma ação forem punitivas ele cessa o comportamento até chegar numa supressão chamada “supressão do responder”. Sendo positivas, a tendência é haver o reenforçamento desta atividade. (SKINNER, 1982, apud MENEZES et al., 2014, p. 15).

Além dos reforçadores positivos serem utilizados pelas redes sociais, “Todos os sistemas de jogos se baseiam em esquemas de reforço de razão variável, embora seus efeitos sejam geralmente atribuídos a sentimentos.” (MENEZES et al., 2014, p. 16). Da mesma forma, as tecnologias educacionais, como as ferramentas digitais educativas, que possuem propriedades lúdicas, possuem reforçadores, sendo o *kahoot* um exemplo de gamificação, que reforça por meio de características dinâmicas, como: estímulos visuais e sonoros; acúmulo de pontuações; maior pontuação em relação ao tempo/acertos das respostas; constantes atualizações do pódio; e o pódio final. Essas experiências estimulam o cérebro a executar funções, a participar, se envolver e imergir na atividade, como argumenta os autores:

Desta forma, os sistemas gamificados podem ser utilizados como ferramentas importantes para os processos que objetivam influenciar de forma positiva o comportamento do usuário. Seja no estímulo ao aprendizado participativo dentro da educação, onde tarefas consideradas tediosas ou mesmo exaustivas ganham um componente motivacional, [...]. (MENEZES et al., 2014, p. 16)

Compreende-se que tais ferramentas podem ser usadas, pelos professores em sala de aula, como grandes aliadas em suas práticas pedagógicas para envolver os alunos acometidos pelo TDAH, como expõe Castelli (2019, p. 6) “[...] quanto mais a atividade for prazerosa, mais tempos se mantém a concentração, mesmo em crianças com TDAH.”

A partir do que foi discutido, pode-se pensar que as tecnologias educacionais se limitam apenas à gamificação, no entanto, este recurso foi discutido de maneira mais detalhada para facilitar a compreensão sobre os “esquemas de reforço” e suas consequências no comportamento humano. Este é apenas um dos recursos dentre as várias práticas inovadoras das tecnologias educacionais que ainda serão abordadas adiante. Acrescenta-se acerca do conceito de gamificação:

Vale ressaltar, contudo, que a gamificação não é, ou está obrigatoriamente vinculada à criação de um jogo ou brincadeira ‘premiável’. Qualquer proposta que possuísse caráter lúdico ou de desafio pode ser considerado como uma ação gamificada.” (AZARITE, 2013, apud MENEZES et al., 2014, p. 11).

6. TDAH E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Conforme a obra de Damasceno e Oliveira (2021), no decorrer da história da humanidade, o ritmo da evolução tecnológica na educação foi mais lento em comparação com outros setores. Os demais setores seguem um ritmo mais rápido de evolução e inovações tecnológicas, pois são fortemente pressionados pela competitividade e pela globalização. Entretanto, esse cenário da educação mudou a partir do final do século XX e início do século XXI, período em que passou por um processo de evolução tecnológica muito mais intenso. Consideravelmente, a pandemia da COVID-19 acelerou esse processo, tanto em inovações quanto na apropriação desses recursos pela educação numa extensão global. Essas inovações e recursos tecnológicos utilizados na educação, atualmente denomina-se de tecnologias educacionais.

As tecnologias educacionais conceituam-se como recursos tecnológicos utilizados para fins pedagógicos, que podem contribuir através de suas práticas inovadoras como materiais de apoio e recursos complementares para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois aumentam as possibilidades de atividades e interações.

Esses artefatos tecnológicos, que ora passamos a denominar de tecnologias educacionais, potencializaram a virtualidade, a transformação digital da educação, as mídias e os formatos

de representação do conhecimento, a diversidade de modelos de interação e comunicação, entre muitos outros aspectos. (*Ibid*, 2021, p. 5)

De acordo com Mota (2010), a revolução tecnológica redesenhou o mundo, trazendo mudanças na sociedade, surgindo uma nova geração imersa na tecnologia digital, que é usuária de computadores, *internet*, celulares, *tablets*, *games*, comunicadores instantâneos, dentre outros. Diante desse cenário da sociedade contemporânea, os recursos tecnológicos podem propiciar além da informação e da interatividade novas possibilidades de educação.

Os recursos tecnológicos se destacam como ferramentas de auxílio aos professores, despertando cada vez mais a atenção de todas as crianças. O uso das TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação - nas escolas vem quebrando paradigmas. Apesar de serem ainda recursos muito discutidos e desafiadores, fazem com que as crianças se tornem pesquisadoras, construtoras de conhecimento e estejam sempre atentas ao novo. (CASTELLI, 2019 p. 5).

As tecnologias educacionais cooperam com o processo de aprendizagem, pois o aspecto dinâmico desperta o interesse do aluno nas aulas, melhorando seu desempenho na aquisição e construção do conhecimento. É de suma importância destacar que, dentre seus vários benefícios, essas ferramentas viabilizam a democratização do acesso à educação e a inclusão

de alunos portadores de alguma deficiência, devido aos diversos recursos que facilitam a aprendizagem e ajudam a superar limitações.

Percebe-se que em muitos casos o aluno com TDAH possui uma maior inclinação para desenvolver a prática do uso de tecnologias computacionais, em virtude disso, compreende-se essa disposição como algo positivo para a inserção da tecnologia como suporte de ensino para essas crianças (MATTOS, 2020). (apud DAMACENO, SILVA, BRANDÃO, 2022, p. 7).

Baseado em Castelli (2019), o tratamento para o TDAH envolve a associação de medicações, instruções dos pais e professores, e técnicas que desenvolvem as habilidades cognitivas. Dentre essas técnicas, as ferramentas digitais educativas são recursos tecnológicos que se destacam como suporte para o professor em sala de aula. O autor (*Ibidem*, p. 5) ainda explica que “Através do uso de computadores, navegação na *internet*, uso de *tablets* em sala de aula, jogos, entre outros; as aulas se tornam prazerosas, dando novo sentido e significado aos conteúdos.” Silva (2010, p. 76) reforça o mesmo pensamento ao apontar que para o TDAH “o grande “clique” seria unir atividades educativas com meios multimídia.”

O fato dos recursos tecnológicos, em parceria com as atividades educativas, terem um efeito positivo para o aluno TDAH, se deve aos mecanismos intencionais da tecnologia possuírem características que estimulam o funcionamento adequado das funções cerebrais necessárias ao aprendizado, contornando o déficit ocasionado pelo transtorno, como explica a autora Mendes (2021):

O processo de aprendizagem está relacionado ao bom funcionamento da execução das funções executivas. Para um TDAH, a aprendizagem só será significativa quando ele obter prazer na atividade proposta. Portanto, se as funções executivas são amplamente utilizadas em quaisquer atividades cotidianas do ser humano, isto não seria diferente com o ato de jogar videogames ou executar atividades escolares gamificadas.

Tanto os jogos mais simples, como os mais complexos se utilizam das funções executivas para que o desafio proposto pelo jogo seja superado. É preciso planejamento, estratégias, flexibilidade cognitiva, controle inibitório, atenção seletiva e memória operacional. As atividades gamificadas vão ativar todas essas funções executivas, condicionando o cérebro a aplicar essas habilidades em outras áreas. (*Ibid*, p. 39-40).

São exemplos de tecnologias educacionais que podem ser utilizadas pelos professores no contexto escolar:

- **Lousa digital:** é uma tela de computador proporcional a uma lousa tradicional, que é sensível ao toque.
- **Realidade virtual:** óculos especiais que aumentam a imagem permitindo o contato com outras realidades sem sair do lugar.
- **Gamificação:** envolve todos os recursos de jogos digitais, que podem ser utilizados para auxiliar a aprendizagem de forma lúdica.
- **Google sala de aula:** organizador de tarefas por meio da comunicação digital entre professores e alunos.
- **G Suite for Education:** serviço do *google*, com recursos de organização para os professores, que fornece ferramentas digitais com várias opções de atividades práticas e dinâmicas para os alunos.

Mendes (2021), lista outros exemplos de ferramentas destinadas à educação:

- **Duolingo:** é uma plataforma de ensino de idiomas que pode ser acessada através de um site ou aplicativos de celular.
- **Perguntandos:** jogo que envolve as categorias arte, ciências, esportes, entretenimento, geografia e história.
- **CodyCross:** é um game brasileiro para celulares, que simula as tradicionais palavras cruzadas.
- **Voo Educativo:** jogo com a proposta de trabalho interdisciplinar entre a língua portuguesa e a matemática.
- **Mapa do Brasil:** jogo que reproduz os conceitos de geografia, habilitando conhecimentos sobre os quatro cantos do mapa do Brasil e todos os seus detalhes, como suas capitais, relevo, rios e muito mais.

- **Mestre da tabuada:** jogo de desafio contra o tempo, para adquirir agilidade na tabuada e melhorar as habilidades nas operações matemáticas de adição, subtração, multiplicação e divisão.
- **Coleta seletiva:** jogo que trabalha a percepção dos conceitos da coleta seletiva em que o jogador deverá distinguir em que cor de lixeira cada tipo de resíduo deve ser descartado.
- **Sistema Solar:** jogo que dispõe de informações sobre os planetas do sistema solar.

Há vários relatos de pais que confirmam como a tecnologia tem auxiliado seus filhos nos estudos. Vieira (2019) relata uma dessas experiências, em que um pai, chamado Wanderson

Leite, percebeu que sua filha de sete anos tinha TDAH e se concentrava melhor nos estudos com o auxílio da ferramenta de realidade virtual. O pai, um administrador, criou uma empresa, por nome Asas VR, que objetiva a inserção da realidade virtual na educação. Outras empresas também desenvolvem a ferramenta voltada para o mesmo objetivo, como a *TF Mind*, a *Brainy Mouse Foundation*, a SUPERA - Ginástica para o Cérebro.

Ressalta-se que todas as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o campo educacional contém propriedades significativas que transformam a realidade, mas não são uma possibilidade de cura para o TDAH, e sim uma alternativa eficaz de diminuir os impactos das dificuldades enfrentadas pelo aluno com o transtorno, possibilitando-o oportunidades de desenvolvimento.

As atividades gamificadas não irão curar o TDAH, mas irão proporcionar ao aluno com dificuldades de aprendizagem, meios para que ele contorne seus déficits e assimile conteúdos importantes, tanto para ser avaliado nos conteúdos escolares como para que ela consiga viver no seu meio social de uma forma saudável, que não prejudique sua autoestima, que preserve seu afetivo fazendo-o se desenvolver plenamente. (MENDES, 2021, p. 40)

Inserir as tecnologias na escola é adentrar nas portas que se abriram para a educação, é reconhecer o potencial educacional das ferramentas educativas como mediadoras no processo de ensino e de aprendizagem que podem beneficiar crianças não alcançadas por outros métodos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a conjuntura da pandemia da COVID-19, em que passou-se por um “forçado” e intenso processo de evolução das tecnologias educacionais e a apropriação destas ferramentas pela educação e pelos profissionais da área, persistir apenas com os métodos tradicionais de ensino é um posicionamento ultrapassado, não sendo mais suficientes para oferecerem uma educação adequada ao contexto de ensino e aprendizagem contemporâneo, além de não envolverem as peculiaridades de todos os alunos.

Com base nos estudos que este trabalho apresentou, conclui-se que a utilização das tecnologias educacionais é uma forma de promover a educação inclusiva, pois influencia positivamente o desenvolvimento escolar de alunos atípicos, sendo o aluno TDAH um dos beneficiados por esses recursos, confirmando a eficácia do questionamento levantado. As tecnologias destinadas à educação possuem características dinâmicas, projetadas intencionalmente, que estimulam o funcionamento adequado das atividades cerebrais encontradas deficitárias no transtorno, auxiliando o aluno a contornar suas dificuldades, facilitando seu processo de ensino e aprendizagem.

O uso da tecnologia no ambiente escolar está amparado pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, art. 32, inciso II, em que o Ensino Fundamental, terá como um de seus objetivos para a formação básica do cidadão, a “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;”. Portanto, as tecnologias educacionais devem compor o conjunto de métodos pedagógicos que promovem a construção do conhecimento, inovando e potencializando esse processo para os alunos. (CASTELLI, 2019).

Levando em conta o elevado percentual de crianças acometidas pelo TDAH e o fato das tecnologias fazerem parte da realidade das crianças, na maioria dos casos, desde muito cedo, como entretenimento, sugere-se que os profissionais que compõem a equipe pedagógica conheçam os aspectos do TDAH; dediquem-se a estudos e práticas das tecnologias educacionais; que o ambiente escolar disponha de tais artefatos e que possa utilizá-los como meios de suporte para o professor trabalhar em sala de aula, complementando suas metodologias, para oferecer possibilidades de desenvolvimento na aprendizagem dos alunos, tornando os estudos mais atrativos, devido aos atributos lúdicos, proporcionando ao TDAH, um tempo maior de concentração, aprendizado e melhora em seus resultados. A abrangência dos ganhos será não apenas para a criança, mas para todos ao seu redor, colegas, pais, professores, escola e sociedade.

REFERÊNCIAS

ABDA. Associação Brasileira de Déficit de Atenção. **O QUE É TDAH.** Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em: 2 out. 2022.

BARKLEY, Russell A; BENTON, Christine M. **Vencendo o TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: adulto.** Artmed, 2011.

COUTOL, Taciana de S; JUNIOR, Mario R. de M; GOMES, Cláudia R. de A. Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão. **Ciência&Cognição.** vol.15 no.1 Rio de Janeiro, abr. 2010

DAMACENO, Gabriele de Moraes; SILVA, Juan Manoel; BRANDÃO, Fabiana Fernandes de Freitas. **CRIANÇAS COM TDAH E O USO DA TECNOLOGIA PARA AUXÍLIO DA APRENDIZAGEM**. Anais: Exposição Anual de Tecnologia, Educação, Cultura, Ciências e Arte. Instituto Federal de São Paulo- Campus Guarulhos - v.2, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/65-Texto%20do%20Artigo-493-2-10-20220830%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/65-Texto%20do%20Artigo-493-2-10-20220830%20(3).pdf). Acesso em: 17 jan. 2023.

DAMASCENO, Mônica Maria Siqueira; OLIVEIRA, Ricardo Damasceno de. **Tecnologias educacionais**. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/600539/2/COLETANEA%20TECNOLOGIAS%20EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

HORA, Ana Flávia. A prevalência do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura. Universidade Federal do Pará, Brasil. **Psicologia** vol.29 no.2 Lisboa dez. 2015.

MENDES, Beatriz de Andrade. **OS JOGOS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH**. Revista: FESA, 2021. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/4/4>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MENEZES, Graciela Sardo *et al.* **Reforço e Recompensa: A Gamificação tratada sob uma abordagem behaviorista**. Projética, Londrina, V.5 N.2, p. 09 - 18, Dezembro/2014. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/db21/db9ac14037a4c03492a1312a3cde27103f7b.pdf?_ga=2.207377936.2033912458.1673785678-591981194.1673785678. Acesso em: 11 jan. 2023.

METZGER, Martin. **Neurotransmissores e seus receptores**. Disciplina BMB5759. Universidade de São Paulo – USP, 2016.

MIOTTO, Eliane Correa; LUCIA, Mara Cristina Souza de; SCAFF, Milberto. **Neuropsicologia Clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2019.

MOTA, Rafaela Ribeiro. **Blog como ferramenta de relacionamento e posicionamento de marca com o mercado consumidor: um estudo de caso do blog “energia eficiente” da Philips**. 2010. 83 f. Monografia (graduação em Publicidade e Propaganda) - Faculdade 7 de Setembro – FA7, Fortaleza, 2010.

NEUROCONECTA. **Saiba mais sobre os lobos cerebrais e suas funções**. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/saiba-mais-sobre-os-lobos-cerebrais-e-suas-funcoes/>. Acesso em: 5 out. 2022.

SAE DIGITAL. **Ferramentas Digitais para o ensino remoto**. 2022. Disponível em: <https://sae.digital/ferramentas-digitais-para-o-ensino-remoto/#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20as%20ferramentas,como%20computadores%2C%20tablets%20e%20smartphones>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SANTOS, Flávia Heloísa Dos; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando F. A. **Neuropsicologia Hoje**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SANTOS, Rocilene O. **Estrutura e Funções do Córtex Cerebral**. 2002. 34 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Faculdade de Ciências da Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2002.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Kátia B. C; CABRAL, Sérgio B. **Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH**. 1ª ed. ABDA. 28 p.

VIEIRA, Nathan. **Tecnologia: uma aliada inesperada para pessoas com TDAH**. 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/tecnologia-uma-aliada-inesperada-para-pessoas-com-tdah-153991/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Marília; Mestre em Educação pelo PPGE-FFC-UNESP - Marília (bolsa CNPq); Possui Pós-graduação em Psicopedagogia clínico institucional e Pós-graduação em Gestão da Educação Infantil; Coursou graduação em Pedagogia pela - UNESP e Graduação em Letras pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Atua como Docente permanente no Mestrado Profissional em Educação no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6452-5047>

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

50 ANOS DE HISTÓRIA DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO: GESTORES E PROFESSORES CUMPRINDO A MISSÃO

*50 YEARS OF HISTORY OF THE ADVENTIST FACULTY OF EDUCATION:
TEACHER AND MANAGERS FULFILLING THE MISSION*

RESUMO

Conhecer a história de uma instituição educacional e situá-la no contexto da história da formação docente é um desafio instigante e convidativo aos pesquisadores. Dessa forma, este texto tem o intuito de refletir sobre a relevância, abrangência e contribuição da Faculdade Adventista de Educação (FAED), curso de Pedagogia no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), ao longo dos seus 50 anos de existência. Este é o primeiro curso de formação de professores mantido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil. Para compreender a formação docente no âmbito da instituição adventista no Brasil, este texto enfoca o surgimento e contribuição da FAED. A trajetória de formação de professores no Instituto Adventista de Ensino (IAE) remonta ao ano de 1918 por meio da Escola Normal. Somente em 1973, com a criação da FAED, a instituição promoveu a formação docente em nível superior. A partir de 1999, o IAE foi transformado em UNASP e a FAED passou a ser denominada Curso de Pedagogia. A FAED-Pedagogia iniciou um legado para a formação docente adventista brasileira. Perpetua até os dias atuais por meio do curso de pedagogia e demais licenciaturas, contribuindo significativamente para a melhoria da formação de professores, especialmente para o provimento de professores para a rede de escolas adventistas. Ressalta-se que boa parte da liderança educacional da IASD se formou nessa instituição e ocupou diversas funções: professores, coordenadores, orientadores, diretores em escolas de Educação Básica e Ensino Superior da Rede Adventista no Brasil e na América do Sul com o intuito de cumprir a missão.

Palavras-chave:

História da Formação Docente. Educação Adventista. Faculdade Adventista de Educação. Curso de Pedagogia.

Keywords:

History of Teacher Training. Adventist Education. Adventist College of Education. Pedagogy Course.

SALES, Giza Guimarães Pereira. 50 anos de história da faculdade adventista de educação: gestores e professores cumprindo a missão. *Revista Formadores: vivências e Estudos*. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 156 - 166, Dezembro 2023.

ABSTRACT

Knowing the history of an educational institution and placing it in the context of the history of teacher training is an intriguing and inviting challenge for researchers. Therefore, this text aims to reflect on the relevance, scope and contribution of the Faculdade Adventista de Educação (FAED), a Pedagogy course at the Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), throughout its 50 years of existence. This is the first teacher training course held by the Seventh-day Adventist Church (SDA) in Brazil. To understand teacher training within the scope of the Adventist institution in Brazil, this text focuses on the emergence and contribution of FAED. The trajectory of teacher training at the Instituto Adventista de Ensino (IAE) dates back to 1918 through the Escola Normal. Only in 1973, with the creation of FAED, did the institution promote higher education teacher training. From 1999 onwards, IAE was transformed into UNASP and FAED was renamed the Pedagogy Course. FAED-Pedagogy began a legacy for Brazilian Adventist teacher training. It continues to this day through the pedagogy course and other degrees, contributing significantly to the improvement of teacher training, especially in providing teachers for the network of Adventist schools. It is noteworthy that a large part of the IASD's educational leadership graduated from this institution and held various positions: teachers, coordinators, advisors, directors in Basic Education and Higher Education schools of the Adventist Network in Brazil and South America with the aim of fulfilling the mission.

INTRODUÇÃO

Importantes questões permeiam a compreensão da história da formação dos docentes e gestores no Brasil, das instituições educacionais, do ensino confessional, da educação adventista e o cumprimento da missão ou obra missionária para a qual cada pessoa se sente chamada. Numa perspectiva mais ampla, este texto objetiva compreender: 1) as relações entre formação de professores e saberes pedagógicos; 2) a associação entre as práticas culturais e a cultura escolar num ambiente confessional específico para a formação docente; 3) observar especificidades do contexto de formação de professores e gestores numa escola de formação de professores adventistas.

Dessa forma, como possibilidade de investigação no âmbito da história das instituições escolares, este texto ressalta aspectos da história da formação docente da FAED, instituição que completa 50 anos, atual Curso de Pedagogia do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). A FAED se tornou importante para a rede educacional adventista como principal provedora de diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e professores desde 1973, ano de sua criação. Continua a fornecer, até hoje, profissionais envolvidos na missão de salvar e educar.

Conhecer a história do lugar, sua cultura escolar e a filosofia institucional gera relações complexas e interconectadas. A compreensão dessas questões pode ajudar a identificar desafios e oportunidades para melhorar a educação, tanto no contexto público quanto privado, especialmente ao olhar para o passado e identificar pontos positivos ou negativos.

Portanto, conhecer o processo de formação docente de uma instituição, a dinâmica da formação e a construção da profissionalidade são apenas algumas possibilidades para melhor compreensão do campo.

Ao investigar a formação de professores e a circulação de saberes pedagógicos, observamos com maior clareza como as ideias sobre ensino e aprendizagem são transmitidas e assimiladas pelos educadores. Esses saberes pedagógicos estão enraizados em práticas culturais específicas, portanto, são influenciados pela cultura escolar e pedagógica em que os professores são formados e no local de trabalho.

Além disso, a distinção entre ensino público e privado, ou confessional e laico pode afetar a formação de professores e a cultura escolar. Por exemplo, escolas privadas podem ter diferentes expectativas em relação aos professores e alunos em comparação com escolas públicas. O mesmo pode ser dito sobre escolas confessionais e escolas laicas. Ao adentrar nesses espaços e captar as memórias e histórias dos sujeitos envolvidos na formação de professores e na cultura escolar, é possível obter uma visão mais profunda dessas questões e entender como elas mudaram ao longo do tempo. Essa compreensão pode nos ajudar a encontrar maneiras de melhorar a formação de professores e a educação em geral.

A história é construída a partir da recuperação de momentos, fatos, narrativas e acontecimentos que ocorreram no passado. Para que essa construção seja feita de maneira consciente e criteriosa, é necessário que os historiadores utilizem métodos e técnicas de pesquisa adequados, além de se valerem de fontes confiáveis e diversificadas.

Ao reconstituir esses momentos e acontecimentos, os historiadores estão, de certa forma, (re)montando as trajetórias traçadas, trilhadas e vividas pelos sujeitos. É importante lembrar que a história é uma construção interpretativa; diferentes perspectivas e abordagens podem conduzir a interpretações e narrativas históricas diversas.

Portanto, a produção histórica não é um processo simples ou objetivo, e requer abundante trabalho e reflexão dos historiadores. Justamente essa complexidade é que torna a história uma disciplina fascinante e fundamental para compreendermos o mundo em que vivemos.

Para isso, torna-se essencial entender os percursos, trajetórias, continuidades e descontinuidades; perceber como a história da formação de professores tem sido traçada no âmbito das diversas instituições formadoras no Brasil e de que maneira essas instituições se consolidam na busca da constituição de sua identidade, considerando cada uma de suas especificidades. Outras questões importantes: qual a proposta da formação do futuro profissional da educação? Como os saberes pedagógicos são processados nessas instituições, enquanto lócus de formação, que se consolida ao longo do tempo no país?

Enfim, compreender como ocorrem as relações com as demais esferas da sociedade. Essas questões consistem um inquietante campo de investigação que pretende-se discutir neste artigo, Explorar aspectos históricos de uma das instituições formadoras de professores — de origem privada e confessional — pode ajudar a compor, mesmo de maneira singela, um pouco da história da formação de professores e da história da educação no Brasil.

O trabalho historiográfico pode retomar perspectivas pouco conhecidas de uma realidade que em algum momento foi carregada de significado. Chartier (1990) atribui ao historiador uma responsabilidade para compreender essa realidade manifestada “[...] em diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança ou ruptura, invenção ou inércia ao mesmo tempo” (p. 68), nos permitindo conhecer, revisitar e compreender tal realidade. E Le Goff (2015, p. 7) salienta que a realidade está em constante processo e movimento: “[...] a história não é estática [...] como o tempo que é sua matéria; inicialmente parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças”.

Portanto, o objetivo deste ensaio é contemplar os percursos e trajetórias da FAED, pertencente ao IAE, ligado à IASD no Brasil. E perceber como sua história foi construída para tornar-se uma instituição tradicional na formação de professores, fundamentada em filosofia confessional. A instituição forma professores até hoje por meio do curso de pedagogia e demais licenciaturas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estabelecida oficialmente em 1973, a FAED/IAE foi a primeira instituição mantida pela IASD a implantar um curso de formação de professores em nível superior no Brasil e permaneceu sendo a única por cerca de 15 anos. Posteriormente vieram os cursos de licenciatura em Ciências e Matemática (1988), Letras (1988) e Educação Artística e Música (1998), ainda ligadas à FAED. Somente em 2010 o curso de História foi inserido. A FAED foi, também, a principal responsável por prover profissionais qualificados (professores, administradores, diretores, coordenadores e orientadores) para as escolas da rede educacional adventista em âmbito nacional. As diversas escolas públicas ou privadas por todo o país também receberam seus egressos.

O período de existência da FAED encerra-se no ano de 1999, quando a instituição mantenedora iniciou novo ciclo estrutural, acadêmico e jurídico e tornou-se em Centro Universitário, promovendo a ampliação de cursos e faculdades. Nesse momento, a FAED foi oficialmente transformada em curso de Pedagogia do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, conforme regulamentação do Conselho Federal de Educação. Por ocasião dessa reestruturação, o UNASP passou a agregar três campi: São Paulo, Engenheiro Coelho e Hortolândia, todos no estado de São Paulo, e a oferecer diversos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de exatas, humanas e biológicas. Essas medidas fizeram parte de um plano idealizado pela liderança da IASD desde a década de 1970 para a condução do processo de transformação em Universidade, o que não foi concretizado até o momento.

A origem dessa faculdade está diretamente relacionada à promulgação da lei n. 5692/71, que impactou o funcionamento das escolas primárias e secundárias no país. Uma mudança significativa ocorreu a partir desse momento. O Curso Normal foi extinto e passou a funcionar a Habilitação Específica para o Magistério, em formação secundária. As mudanças impostas ao sistema de ensino nacional promoveram uma reestruturação dessas escolas. No que concerne à rede adventista, as exigências legais causaram grande impacto já que a maioria das escolas até os anos 60 e 70 limitavam-se ao ensino de 1ª a 4ª séries e funcionavam como pequenas escolas paroquiais, nas dependências das igrejas.

A partir de então, as escolas não puderam limitar-se ao Ensino Primário de 4 anos, mas precisaram oferecer o 1º grau completo de 8 anos. Acrescente-se a isso a exigência da formação superior para os profissionais da educação, que não mais poderia ser limitada ao magistério em nível secundário, conforme previa a lei anterior. Diversas exigências surgiram com a lei n. 5692/71, mas em especial, houve a necessidade de formação superior para professores de 1º grau e especialistas da educação. Com isso, a liderança da IASD decidiu implantar um curso de formação docente em nível superior para suprir a carência de pessoal qualificado em sua rede educacional. É nesse contexto que o IAE, maior escola adventista do Brasil e a única a oferecer curso superior (Enfermagem e Teologia), iniciou um curso preparatório para professores a partir de 1971. Esse curso visou a formação de professores de ensino religioso/instrutor bíblico. Esteve vinculado à Faculdade de Teologia (FAT) até 1972, enquanto aguardava-se a autorização CFE/MEC para funcionamento da Faculdade de Educação, o que ocorreu somente em 1973.

Esse curso possuía programa semelhante à proposta para os dois primeiros anos do curso de pedagogia que se pretendia obter autorização. Dessa maneira, as duas primeiras turmas que iniciaram os estudos através da FAT concluíram o programa e receberam o título de “Instrutor Bíblico de Primeiro e Segundo Graus”. Posteriormente, esses alunos poderiam ingressar na FAED e prosseguir os estudos eliminando as disciplinas cursadas. Devido à demora na regularização desse curso, alguns alunos decidiram concluir programa de pedagogia em outras instituições de ensino no entorno, valendo-se de um acordo de parceria entre as instituições.

Nesse contexto de reestruturação do sistema educacional adventista, a FAED foi estabelecida com o fim primário de prover profissionais qualificados para atuarem na rede de escolas e sedes administrativas da IASD, junto aos setores responsáveis pela gestão educacional. As medidas de reestruturação da rede adventista de educação compreenderam: 1) adequação do tempo e dos níveis de ensino; 2) estruturação do espaço escolar com prédios preparados especialmente para esse fim; e 3) formação dos profissionais qualificados e comprometidos com a filosofia educacional institucional.

A autorização para o funcionamento da primeira Faculdade Adventista de Educação do Brasil somente foi concedida em 1973, quando instalou-se oficialmente o Curso de Pedagogia por meio do decreto n. 72.610, de 14 de agosto de 1973, assinado pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho e pelo Presidente da república em exercício Emílio Garrastazu Médici. A publicação no Diário Oficial da União aconteceu em 15 de agosto de 1973. O documento autorizando funcionamento da FAED concedeu permissão para a implantação do Curso de Pedagogia com habilitações de magistério nas disciplinas pedagógicas do 2º grau e administração de 1º e 2º graus. Ou seja, o profissional formado poderia lecionar disciplinas didático-pedagógicas em cursos de formação em nível de 2º grau e atuar na administração (direção, supervisão, coordenação e orientação) nas escolas de 1º e 2º graus.

Em 01 de setembro 1976, o Conselho Federal de Educação, acolhendo o processo 17016/75, concordou com o parecer 2932/76, CESu e deferiu o pedido de reconhecimento do curso. Por fim, o decreto n. 78.607 com o reconhecimento do curso de Pedagogia - Licenciatura Plena com as habilitações em Administração Escolar e Magistério de Matérias Pedagógicas do 2º Grau da FAED. foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de outubro de 1976.

A turma que iniciou os estudos na FAED em agosto de 1973 graduou-se em 26 de junho de 1977. Posteriormente, a publicação no Documento 241 de dezembro de 1980 do Conselho Federal de Educação, Parecer 1405/80 CESu, aprovado em 4/12/1980, Processo 1328/80, autorizou as habilitações em Orientação Educacional e Supervisão Escolar.

A ideia de instituir uma Faculdade de Educação consistia num fator fundamental para a instituição. A educação adventista carecia de profissionais habilitados para atuarem na rede escolar primária e que estivessem em consonância com a visão filosófico-educacional adventista. Destaca-se também a preocupação da mantenedora com a melhor titulação de diretores e professores para atuarem nas escolas. Para a comunidade adventista, a FAED não representava apenas um Curso de Pedagogia, mas uma Faculdade de Educação no seu sentido amplo, considerando a complexidade do termo educação como algo maior, complexo, integral, segundo os princípios filosóficos educacionais adventistas.

Além da formação curricular, religiosa e moral oferecida na FAED e no IAE em geral, inaugurou-se a Escola Modelo, ou Escola de Aplicação da FAED, construída em 1988 e inaugurada em 1989 para promover os estágios e servir como fonte de modelo educacional para os alunos e alunas. Este foi um dos grandes sonhos realizados do diretor Orlando Ritter, conforme relatado na Revista Adventista:

Complementando seus ideais pedagógicos, a Faculdade Adventista de Educação, no IAE, inaugurou a sua Escola Modelo no dia 19 de fevereiro. Esse empreendimento, financiado pela Golden Cross, veio concretizar um antigo sonho do prof. Orlando Ritter, diretor da FAED. Dispondo de cinco salas amplas, equipamento adequado, salão de atos, salas de tecnologia e de direção, bem como dois pátios, a escola está funcionando com 270 crianças. Sob a direção do Prof. Roberto Faustino, o corpo docente é formado pela própria faculdade (REVISTA ADVENTISTA, 1989, p. 18)

Ensinar Os princípios educacionais adventistas estão presentes em toda a sua rede mundial de educação. Foram concebidos a partir de uma visão bíblico-cristã sistematizada em forma de cartas, livros e escritos diversos pela escritora Ellen G. White, entre 1870— quando a autora começou a escrever sobre a instrução das crianças e jovens adventistas — e 1915, ano de seu falecimento. Boa parte das orientações da autora sobre o tema estão pulverizados em muitos de seus escritos, no entanto, a grande maioria se concentra de forma especial nos seguintes livros: Educação (1903); Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes (1913); Fundamentos da Educação Cristã; Conselhos sobre Educação; Fundamentos da Educação Cristã; Mente, Caráter e Personalidade – volume 1 e volume 2 e Orientação da Criança. Exceto os dois primeiros livros, os demais foram resultado de compilações póstumas de seus escritos (SALES, 2022)

Tendo como matriz filosófico-educacional os princípios whiteanos, as instituições adventistas primaram pela manutenção das ideias confessionais na condução das suas escolas de educação básica e superior, como é o caso da FAED.

A FAED foi estabelecida com o intuito de formar professores e demais especialistas da educação para que a rede adventista de educação e outras redes educacionais, recebessem professores com formação profissional para divulgar o que consideravam ser a boa educação e a filosofia adventista de educação.

Dessa forma, a FAED buscou preencher uma lacuna que existia em relação ao cumprimento do seu ministério educacional: a formação de educadores que atuariam nas escolas adventistas e nos setores educacionais ligados à instituição e em outras redes de ensino público ou privado no país. A pesquisa da qual resulta este texto demonstra a rápida absorção da mão de obra dos professores recém-formados pela FAED. Dos sujeitos entrevistados, 85,1% responderam que foram admitidos como profissionais imediatamente após a formatura e outros 7% dentro de 1 ano. E 81,6% dos entrevistados foram absorvidos por escolas adventistas, 3,4% na organização adventista (não escola) perfazendo um total de 85%. Os 15% restantes foram absorvidos por outras instituições públicas ou privadas.

A contribuição da FAED para a rede educacional adventista é significativa, sendo menor a sua contribuição às escolas públicas e privadas em geral, como evidencia o emprego imediato da mão de obra especializada, demonstrado nos resultados da pesquisa. Outra contribuição da pesquisa: o entorno da Faculdade absorveu boa parte desses novos educadores. Dos alunos da FAED, 60% a 65% provinham de outras unidades federativas. Ao responderem à pergunta sobre o primeiro local de trabalho após a formatura na FAED, 20,7% afirmaram terem retornado à sua unidade federativa de origem, 32,2% se estabeleceram no entorno da FAED e 37,9% foram trabalhar em locais diversos do país, possivelmente atendendo aos convites da própria organização adventista que mantinha escolas nos demais estados.

A FAED, portanto, foi estabelecida num momento estratégico e oportuno para atender às necessidades da mantenedora. Diante das circunstâncias, demonstrou-se como ferramenta importante na recuperação da qualidade da educação adventista ao formar os profissionais de acordo com o que estabelecia a Lei 5692/71, e consolidando a rede de ensino e filosofia institucional (SALES, 2022). A contribuição da FAED para a educação adventista foi vital para o meio adventista naquele período, especialmente entre os anos 70 e 80, período em que esse sistema enfrentava sérias dificuldades. Tornou-se o celeiro de profissionais habilitados para suprir as demandas criadas pelas circunstâncias aqui descritas.

Com o passar dos anos constatou-se que vários dirigentes do sistema educacional adventista atuantes nas escolas —diretores, coordenadores, orientadores— e nos escritórios da mantenedora —secretários, coordenadores e departamentais de educação— foram formados pela FAED. A FAED rapidamente conquistou a atenção da comunidade adventista, uma vez que buscava conciliar a formação em nível superior e a formação integral preconizada nos princípios da filosofia educacional adventista. O funcionamento em regime de internato misto, e a localização estratégica em São Paulo, o intenso processo de expansão econômico-industrial e de acolhimento migratório contribuíram para que a FAED/IAE atraísse estudantes de todas as regiões do país e alguns do exterior.

A grande maioria dos alunos que chegavam à FAED possuíam relação direta com a igreja adventista. Quase todos professavam a religião, muitos eram professores e funcionários de instituições educacionais adventistas. Quando formados, quase todos foram empregados em curto período na própria rede educacional ou nos setores administrativos da organização adventista relacionados à educação. Dessa forma, compreende-se que a FAED cumpriu o objetivo para o qual foi estabelecida: formar profissionais de educação convictos da Filosofia Educacional Adventista, que professem a mesma fé, com o intuito de alavancar esse processo de reerguimento e consolidação do sistema

educacional adventista no Brasil (SALES, 2022).

A partir da década de 1980, em virtude dos planos para criar uma Universidade Adventista e da necessidade de encontrar um local mais adequado à filosofia institucional de educação integral — afastada dos grandes centros urbanos— iniciam-se as construções de um novo campus no interior de São Paulo, na cidade de Engenheiro Coelho.

Segundo Stencil (2006, p. 209):

a IASD entendia que aquele momento poderia trazer boas perspectivas para o avanço da educação superior no país. Sendo assim, os diversos setores da denominação se engajaram para a consecução de seus ideais. No que tange à abertura de novos cursos superiores o documento sustentava dois novos componentes ideológicos, ou seja, a ideia da união de três campi e a elaboração de um projeto para a abertura da universidade.

No ano de 1991, a instituição viu a necessidade de transferir progressivamente os cursos superiores para o novo campus, sendo o curso de Teologia o primeiro, seguido do curso da FAED, em 1992. A partir desse período a FAED entrou numa nova fase. Em 1999 a FAED deixou de ser uma faculdade independente e passou a fazer parte do Centro Universitário Adventista, conforme o plano de expansão da instituição. Segundo Klein (2008), “o enfoque passou a ser na unidade curso e não mais na unidade faculdade que abrangia mais de um curso (pedagogia, letras, educação artística)”. A figura do diretor da faculdade deixou de existir para dar lugar aos coordenadores de cursos e ao diretor acadêmico, responsável pelos demais cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destaco que o trabalho historiográfico aqui realizado pôde trazer, nos limites deste texto, aspectos pouco conhecidos de uma realidade arregada de significados para os sujeitos do seu tempo. Chartier (1990) atribui ao historiador a responsabilidade de compreender essa realidade, manifestada “[...] em diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança ou ruptura, invenção ou inércia ao mesmo tempo” (p. 68). Nos permite conhecer, visitar e compreender tal realidade. Para isso, Le Goff (2015, p. 7) chama a atenção para o fato de a realidade estar em constante processo e movimento: “[...] a história não é estática [...] como o tempo que é sua matéria; inicialmente parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças”.

Portanto, para compreender essa história, busca-se empreender um novo olhar proporcionado pela Nova História Cultural, especialmente a partir da apropriação dos conceitos dos seus representantes: Chartier (1990), Ginzburg (1989), Le Goff (2003), Bloch (2001), Prost (2008), Certeau (1982), Thompson (1981) e Carvalho (2003). Busca-se evidenciar neste texto uma “outra história” ou uma “história lacunar” ou até mesmo uma “história vista de baixo”, que talvez estivesse esquecida, silenciada ou não contada, por não ser a história oficial ou das instituições oficiais e dos grandes sujeitos. Mas se constitui na história de um determinado grupo que não é maioria, mas possui uma representatividade relevante no seu contexto, no seu tempo e em seu lugar.

Por fim, nos registros da FAED constam que em 27 anos de história, o curso formou 1252 alunos — entre 1973 — no campus São Paulo onde foi instituída, Continuou atuando no campus Engenheiro Coelho. , para onde foi transferida em 1992, e encerrou suas atividades em 1999. Um novo ciclo foi iniciado como Curso de Pedagogia, pertencente ao Centro Universitário Adventista de São Paulo. Atualmente, a sigla FAED não mais existe; deu lugar ao curso de Pedagogia do UNASP, que, junto à FAED, completa 50 anos de existência formando docentes e gestores para o cumprimento da missão. Além da formação missionária, um dos principais objetivos da FAED foi oferecer formação aos profissionais da área educacional que atuavam na rede de escolas adventistas espalhadas pelo Brasil — como professores, coordenadores, orientadores ou diretores — visando atender à carência institucional frente ao crescente avanço das suas escolas.

Dessa forma, destaco que os objetivos inicialmente idealizados pela IASD/IAE para a FAED parecem ter sido plenamente atendidos. Nota-se que grande parte da liderança educacional — professores e gestores em geral das escolas adventistas — bem como dirigentes das instituições de Ensino Superior e departamentais educacionais da Igreja Adventista foram formados pela FAED.

A FAED-Pedagogia iniciou um legado para a formação docente adventista no Brasil, que perpetua até hoje por meio do curso de Pedagogia e das demais licenciaturas, contribuindo significativamente para a melhoria da formação de professores, especialmente para a rede adventista. Ressalta-se que boa parte da liderança educacional da IASD se formou nessa instituição e passou a ocupar inúmeras funções na área: professores, coordenadores, orientadores e diretores em escolas de Educação Básica e Ensino Superior da Rede Adventista no Brasil e América do Sul com o intuito de cumprirem a missão para a qual se sentiram chamados.

Vislumbrando compreender os percursos da história da FAED/IAE/UNASP percebe-se que sua trajetória foi marcada por continuidades e descontinuidades. Dentre elas: adequação às legislações educacionais, mudança de endereço por ocasião da construção de um novo campus, mudanças na estrutura curricular, o enfrentamento de uma pandemia, a competitividade do mercado dos cursos à distância e das grandes corporações de ensino superior. desses e outros desafios permitiram-lhe ser o que ela é: uma instituição com uma tradição de 50 anos formando professores em nível superior com uma base sólida na filosofia bíblico-cristã e nos princípios do espírito de profecia, mantendo-se firme no padrão curricular de excelência.

REFERÊNCIAS

CUNHA, CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 4. ed. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GROSS Renato. **Colégio Internacional de Curitiba**. Rio de Janeiro, RJ: Collins Editora, 1996.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

KLEIN, Débora. **Pedagogia na colina**: a faculdade adventista de educação da universidade adventista de São Paulo de 1971 a 1999. São Paulo: Uninove, Dissertação de Mestrado, 2008.

MENSLIN, Douglas. **Educação Adventista**: 120 anos de escolas paroquiais a uma rede de ensino: permanências e rupturas de um ideário educacional. Curitiba, PR: Ed. DVK, 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SALES, Giza Guimarães Pereira. **A Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973-1999) e sua contribuição para a formação de professores adventistas no Brasil**. Marília, 2019, 415f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.

SALES, Giza Guimarães Pereira. **História da formação docente por meio da Faculdade Adventista de Educação - FAED**: contribuições para a formação de professores no Brasil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

SILVA, Marcos. **Pedagogia Adventista, Modernidade e Pós-Modernidade**. Tese Doutoral defendida no Departamento de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 2001.

STENCEL, Renato. **História da educação superior adventista no Brasil**. Piracicaba, 2006, 275f. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba – Faculdade de Ciências Humanas, Piracicaba, 2006.

TANURI, Leonor M. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000.

TIMM, Albert. R. (Org.). **A educação adventista no Brasil**: uma história de aventuras e milagres. Engenheiro Coelho: Unaspress — Imprensa Universitária Adventista, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.